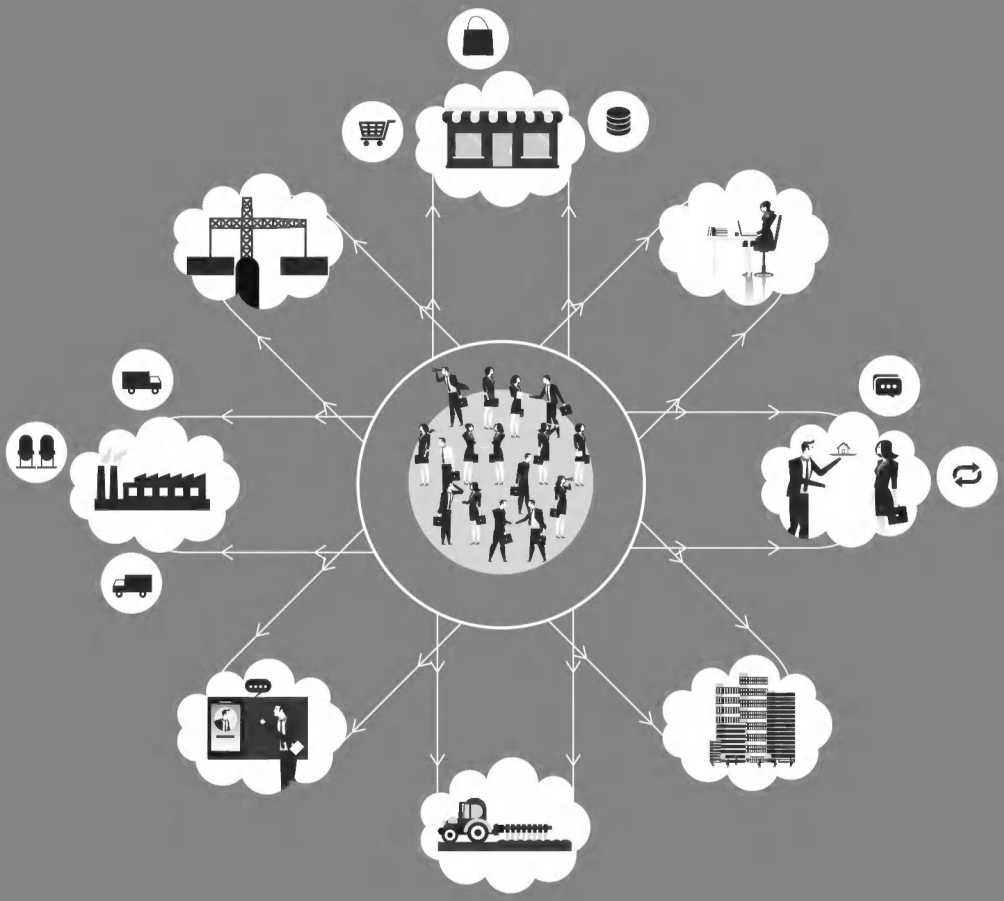
Contribuições das Universidades Comunitárias de Santa Catarina para o **Desenvolvimento Regional na Sociedade do Conhecimento**

Janir de Quadra Paim
Cristina Keiko Yamaguchi

Atena Editora
Ano 2021

Contribuições das Universidades Comunitárias de Santa Catarina para o **Desenvolvimento Regional na Sociedade do Conhecimento**



Janir de Quadra Paim
Cristina Keiko Yamaguchi

Atena Editora
Ano 2021

Editora Chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Assistentes Editoriais
Natalia Oliveira
Bruno Oliveira
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto Gráfico e Diagramação
Natália Sandrini de Azevedo
Camila Alves de Cremo
Luiza Alves Batista
Maria Alice Pinheiro
Imagens da Capa
Shutterstock
Edição de Arte
Luiza Alves Batista
Revisão
Os Autores

2021 *by Atena Editora*
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2021 Os autores
Copyright da Edição © 2021 Atena Editora
Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Atena Editora
Ano 2021

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Atena Editora
Ano 2021

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde
Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias
Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes
Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico
Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR

Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Atena Editora
Ano 2021

Universidades comunitárias e o desenvolvimento regional na sociedade do conhecimento

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Autores: Janir de Quadra Paim
Cristina Keiko Yamaguchi

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P143 Paim, Janir de Quadra
Universidades comunitárias e o desenvolvimento regional na sociedade do conhecimento / Janir de Quadra Paim, Cristina Keiko Yamaguchi – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-679-9
DOI 10.22533/at.ed.799210601

1. Universidade comunitárias. 2. Sociedade do conhecimento. 3. Desenvolvimento regional. I. Paim, Janir de Quadra. II. Yamaguchi, Cristina Keiko. III. Título.
CDD 378.05

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2021

Multidisciplinar

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

PREFÁCIO

A Educação Superior no Brasil se desenvolveu por intermédio de uma série de modelos institucionais que visaram consolidar as políticas públicas para esse nível de ensino. Em se tratando de diversos modelos institucionais que surgiram ao longo do tempo, há um destaque para aquelas que contribuem com os princípios da inclusão, da democratização do acesso e principalmente, com o desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Este reconhecimento se consolida na medida em que o seu compromisso com a transformação da realidade social da comunidade em que está inserida se torne visível nas atividades por ela desenvolvidas por meio dos diversos mecanismos educacionais, culturais, tecnológicos, entre outros e quando o conhecimento científico se torna acessível e compreensível à todas as classes sociais.

Esta concepção de universidade é condizente com a concepção das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES), pois elas só se viabilizarem e continuam se viabilizando por meio de ações sociais decorrentes de compromissos e responsabilidades assumidas coletivamente. O sentido comunitário aparece dessa forma como ideia força que agrega e mobiliza esses diferentes atores na viabilização de um projeto comum.

Foi nesta perspectiva que Janir de Quadra Paim, orientado pela professora Doutora Cristina Keiko Yamaguchi, na época professora pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), buscou compreender a percepção da comunidade organizada acerca da interação regional das ICES catarinenses, para o desenvolvimento socioeconômico regional na sociedade do conhecimento.

Os achados da pesquisa, resultou nessa importante obra intitulada "UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS DE SANTA CATARINA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO, de autoria de Janir de Quadra Paim e Cristina Keiko Yamaguchi.

Importante por ser resultado de um trabalho acadêmico científico; importante por trazer de forma sistematizada dados sobre os impactos de uma universidade dessa natureza na comunidade regional em que está inserida; importante por que por meio dessa publicação socializa os conhecimentos produzidos e; importante porque oportuniza o cotejamento de outras pesquisas dessa natureza que por ventura vier a ser desenvolvida sobre as ICES catarinenses.

O livro está organizado em quatro capítulos e as considerações finais. O primeiro faz a introdução da obra, situando o leitor sobre as motivações e os caminhos que levaram a pesquisa bem como ficam expressos os objetivos da mesma.

No segundo capítulo os autores abordam sobre o histórico da origem e formação das ICES localizadas no sul do Brasil, dando destaque especial, ao estado de Santa Catarina, lócus da pesquisa.

O terceiro capítulo os autores apresentam o caminho percorrido e as escolhas metodológicas, desde a abordagem, as formas e estratégias de coleta de dados, a

abrangência, o lócus e os sujeitos da pesquisa.

No quarto capítulo os dados e os resultados alcançados são demonstrados em forma de quadros explicativos com riqueza de informações sobre aspectos que envolve o ensino, a pesquisa e a extensão na percepção de gestores das ICES e de representantes de várias entidades civis organizadas.

Por fim, nas considerações finais, os autores apresentam, de forma sucinta, as conclusões sobre os resultados da pesquisa e a contribuição dada, sobretudo às ICES e à sociedade catarinense.

Prof. Doutor Gildo Volpato

APRESENTAÇÃO

Esse livro aborda características das Instituições Comunitárias do Ensino Superior (ICES) de Santa Catarina e a relação com o desenvolvimento regional.

Inicialmente, apresenta a origem das Instituições de Ensino Superior, visando compreender as características comunitárias dessas IES, que surgiram por meio de fundações educacionais criadas pelos municípios do estado de Santa Catarina. Atualmente, são grandes instituições consideradas ícones nos municípios sedes em que atuam.

A partir das percepções das ICES e das Associações Empresariais, apresentamos como as universidades interagem com as comunidades e o papel do ensino, pesquisa e extensão.

Descrevemos como a população e as Associações Empresariais percebem as interações entre as ICES e a comunidade local e regional. Destacam-se as características e percepções identificadas na pesquisa e pontuam como as universidades respondem as demandas da sociedade.

Foram evidenciados, como as universidades comunitárias contribuem para o desenvolvimento regional, principalmente na assistência da população menos favorecida economicamente, a interação com o setor produtivo e a necessidade de esforços conjuntos para que ocorra o desenvolvimento da região.

Nas próximas páginas, abordaremos resultados interessantes sobre o envolvimento das ICES junto à comunidade local e regional. E como essas comunidades e as Associações representativas das empresas percebem a inserção das ICES junto à sociedade.

Profa. Dra. Cristina Keiko Yamaguchi

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS **1**

INTRODUÇÃO **2**

TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO DE PESQUISA 3

OBJETIVO GERAL 3

Objetivos específicos 4

JUSTIFICATIVA 4

UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO **6**

CONSTITUIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DAS ICES NO BRASIL E EM SANTA CATARINA 6

As universidades comunitárias Catarinenses 13

Reconhecimento como universidade comunitária 17

AÇÕES DAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DE ENSINO SUPERIOR QUE PROMOVEM O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO REGIONAL 19

Desenvolvimento Regional 19

Ações promovidas pelas ICES que contribuem com o desenvolvimento regional 27

Sociedade do conhecimento 31

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS **35**

ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO 35

CÁLCULO DO ÍNDICE DE INSERÇÃO REGIONAL DAS ICES 36

METODOLOGIA DE CÁLCULO DO IIR APLICADO 40

PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS 43

CATEGORIAS DE ANÁLISE 44

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DOS LOCAIS DE PESQUISA 45

APRESENTAÇÃO DOS DADOS **50**

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS 51

ANÁLISE DOS DADOS 64

CONSIDERAÇÕES FINAIS **69**

REFERÊNCIAS 71

APÊNDICE 76

ANEXOS 88

SOBRE OS AUTORES 91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIEE	Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas
ABRUC	Associação Brasileira das Universidades Comunitárias
ACAFE	Associação Catarinense das Fundações Educacionais
AMESC	Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense
AMFLI	Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí
AMREC	Associação dos Municípios da Região Carbonífera
AMUREL	Associação de Municípios da Região de Laguna
AMURES	Associação dos Municípios da Região Serrana
ANEC	Associação Nacional de Educação Católica do Brasil
ANUP	Associação Nacional das Universidades Particulares
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
COMUNG	Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas
CONSAD	Conselho Superior de Administração
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICES	Instituições Comunitárias de Educação Superior
IDEMS	Índice de Desenvolvimento Econômico Municipal Sustentável
IES	Instituição de Ensino Superior
IIR	Índice de Inserção Regional
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PPGDS	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico
PPGs	Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu*
PUC	*Pontifícia Universidade Católica*
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SUS	Sistema Único de Saúde

INTRODUÇÃO

As Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES) exercem importante papel para o desenvolvimento da sociedade, atuando como agentes de formação técnica e acadêmica, formando cidadãos comprometidos com o crescimento e a melhoria das relações de vida em sociedade.

As Universidades Comunitárias foram criadas a partir dos esforços das comunidades regionais para construírem seus espaços de ascensão social, tendo em vista que o Estado não ofertava condições para tal. Com as transformações econômicas, políticas e sociais, têm-se a expectativa de mobilização de setores da sociedade para proporcionar uma melhor qualidade de vida, por meio da educação (FRANTZ, 2004).

No Brasil, a origem das instituições de ensino foi diversificada e de acordo com as características regionais. Durante sua evolução, passaram por diversas formatações. No estado do Rio Grande do Sul nasceram as Escolas Comunitárias, Instituições de Ensino oriundas das comunidades religiosas, porém, não foram assistidas financeiramente pelas instituições religiosas (VOGT, 2009).

No estado de Santa Catarina, as universidades comunitárias foram constituídas a partir de preocupações e esforços dos diversos segmentos sociais, como o poder público municipal e as entidades organizadas da sociedade civil, que preocupava em incrementar o desenvolvimento regional na área social, econômica e cultural, devido a sua localização e serem pouco assistidas pelos poderes públicos estaduais e federais (MACHADO, 2009).

As universidades comunitárias foram criadas pela sociedade civil ou por leis municipais, com gestão democrática e participativa, em favor da inclusão social e do desenvolvimento regional. Exercem um papel significativo na difusão do conhecimento nas regiões onde atuam; seja pelos cursos de graduação, pós-graduação ou extensão, visando contribuir com o desenvolvimento da região em que estão inseridas.

Cavichioli (2011) entende que as universidades podem agir e serem um dos agentes facilitadores do desenvolvimento, por intermédio de diversas formas de interação com a comunidade do seu entorno. Podem contribuir significativamente para que o conhecimento e as informações compartilhadas promovam o desenvolvimento e o crescimento econômico, ambiental e social nas regiões em que atuam.

No momento que o conhecimento permite a evolução das organizações sociais, políticas e econômicas, o desafio encontra-se em capturar as informações, questioná-las, organizá-las e tecer críticas, bem como empregá-las, de modo a resolver algum problema atual. Nesse cenário é que surgem as instituições de ensino superior, contribuindo significativamente para que esta mudança aconteça (GUIMARÃES; MAGALHÃES, 2016).

Para Bernheim e Chauí (2008), a universidade comunitária deve retribuir o investimento que recebe da comunidade, desenvolvendo estudos, pesquisas e projetos de extensão, compatíveis com as reais necessidades da população, em benefício comum e contribuir para solucionar os problemas da sociedade. Outra função da universidade é auxiliar os alunos a desenvolverem opiniões formuladas e críticas construtivas diante da realidade social, para que haja um avanço científico, tecnológico e cultural.

Da mesma forma, Silva e Melo (2010), mostram que a universidade desenvolve ações de extensão com compromisso social. Entretanto, a extensão realiza atividades que a comunidade desconhece e não há visibilidade quanto o ensino e a pesquisa proporcionam para a sociedade. As atividades de extensão necessitam de mais apoio, consciência da comunidade universitária, reconhecimento e incentivos, para que o tripé da universidade se consolide. Ainda que nem todas as atividades de extensão seja uma ação de compromisso social, há projetos de destaque, que incorporam o sentido de transformação da sociedade, como a emancipação social e melhora da qualidade de vida da população.

TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO DE PESQUISA

As universidades comunitárias estão centradas na missão acadêmica e de prestação de serviços à comunidade do seu entorno, para que possam justificar sua existência e o seu crescimento. E para consolidar uma identidade própria que as auxiliem a desempenhar com eficiência a missão educacional, enfatizam o trabalho em ações sociais que seriam de responsabilidade das instituições públicas (VENANZI; SANDANO, 2014).

As universidades comunitárias fortalecem sua missão, atuando nas questões de responsabilidade social, tanto na formação de cidadãos (objetivo maior das universidades) quanto na identificação de problemas da comunidade e desenvolvimento regional. Nesse sentido, tem papel fundamental na interação com as comunidades locais e regionais, bem como de auxiliar na busca por resultados mais concretos para o desenvolvimento institucional e social (VENANZI; SANDANO, 2014).

O papel principal das universidades comunitárias é a relação do ensino com a aprendizagem num processo de "humanização do conhecimento", na medida em que se propõe a compartilhar os conhecimentos produzidos com a comunidade. As universidades comunitárias possuem um compromisso social e precisam redobrar os esforços em parceria com as comunidades, para avançar em seu fortalecimento e prestar um bom serviço para a comunidade. A identidade das universidades comunitárias vem sendo construída como segmento diferenciado e ao mesmo tempo inovador, sempre com o intuito de se tornarem conhecidas como um modelo alternativo de Educação Superior (ROSA-CASTRO; MARQUES JUNIOR; MARQUES, 2014; VENANZI; SANDANO, 2014).

A partir da Lei das Comunitárias,[1] as ICES são alçadas para uma nova condição, com novas oportunidades e novos desafios, considerada em suas estratégias de desenvolvimento e continuidade, como agentes promotores do desenvolvimento regional, pela sua origem social e relação histórica e conceitual com a comunidade.

Assim, este trabalho propôs responder a seguinte pergunta de pesquisa: **como a comunidade organizada percebe a interação regional das ICES catarinenses para o desenvolvimento regional na sociedade do conhecimento?**

Para responder o problema proposto, estabelecemos os seguintes objetivos:

OBJETIVO GERAL

Compreender a percepção da comunidade organizada acerca da interação regional das ICES catarinenses para o desenvolvimento regional na sociedade do conhecimento.

1. Lei nº 12.881, Lei das Instituições Comunitárias de Educação Superior publicada em 12 de novembro de 2013.

Objetivos específicos

1. Caracterizar as ICES, incluindo o seu histórico de constituição em Santa Catarina;

2. Descrever as diferentes ações realizadas pelas ICES, que podem contribuir com o desenvolvimento socioeconômico regional;

3. Avaliar as percepções da comunidade organizada sobre as atuações das ICES para o desenvolvimento socioeconômico regional na sociedade do conhecimento; e,

4. Investigar se as universidades da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) possuem características semelhantes e se estão correspondendo às expectativas de interação da sociedade regional em que atuam.

JUSTIFICATIVA

As ICES, em sua maioria estão localizadas no sul do Brasil, principalmente nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina estão associadas à ACAFE, conduzindo suas estratégias comuns para a sustentabilidade econômica e financeira das instituições.

No ano de 2012, após a mobilização nacional, as instituições aprovaram a Lei das Comunitárias, Lei nº 12.881/2012, que reconhecem as Universidades Comunitárias como Instituições de Educação Superior (IES), voltadas ao desenvolvimento socioeconômico regional. Porém, para que possam atender o termo de outorga, necessitam comprovar uma série de exigibilidades descritas na referida Lei.

O fato de trabalhar em uma das ICES, acompanhar o crescimento estrutural e de maturação do modelo de gestão dessa IES e participar de parte das demandas da ACAFE em conjunto com o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG), da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC) e de outras entidades que representaram as instituições na mobilização junto ao congresso nacional e testemunhar a aprovação no senado, surgiu o interesse de pesquisar sobre estas universidades que representam um elo para o crescimento e o desenvolvimento regional.

As ICES desenvolvem um conjunto de atividades voltadas ao ensino, pesquisa e extensão, com envolvimento na comunidade regional. Por intermédio dessas instituições, as pessoas possuem acesso aos serviços sociais com mais qualidade – como exemplo, citam-se os atendimentos realizados nas clínicas de saúde e odontológicas, mantidas pelas ICES como local de estágios dos cursos da área da saúde. Também promovem atendimentos na área jurídica, assessorias, prestações de serviços e diversas atividades de extensão, que envolvem a comunidade local das mais variadas classes sociais.

Os programas de pós-graduação *stricto sensu*, possuem grupos de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e desenvolvem diferentes tipos de pesquisa. Tais grupos são liderados por professores qualificados, que produzem trabalhos de pesquisa com a participação dos alunos bolsistas (iniciação científica, mestrado e doutorado) para a promoção do desenvolvimento regional, social, econômico e ambiental.

As ICES são reconhecidas como instituições filantrópicas, por não terem como objetivo fim, a obtenção de ganhos financeiros para distribuição entre sócios. Por serem fundações criadas pelo poder público municipal, todos os resultados econômicos financeiros são revertidos para ampliação e manutenção do patrimônio existente, e, em caso de solvência da instituição, o patrimônio é destinado ao poder público.

Uma Universidade Comunitária promove a interação da universidade e a comunidade local ou regional, por meio de projetos de pesquisa e extensão, além de atividades abertas à comunidade em geral.

Apesar de todas as atividades e esforços empregados pelas ICES para promoverem a integração com a comunidade e com o desenvolvimento do seu entorno, permanece a dúvida, se realmente o que estão desenvolvendo é o que a comunidade espera. Se as estratégias de interação estão alcançando o resultado esperado pela comunidade e pelas próprias ICES.

O livro está dividido em capítulos, de modo a caracterizar, primeiramente, a origem das universidades brasileiras e suas influências, bem como a origem e formação das ICES. No segundo capítulo apresenta-se as formas de interação das Instituições de Ensino Superior e a importância das ICES como agentes promotores do desenvolvimento socioeconômico regional. No capítulo final apresenta-se informações coletadas nas entrevistas e a percepção dos entrevistados em relação à importância das ICES para o desenvolvimento regional.

UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO

Nesse capítulo são apresentados o histórico da origem e formação das ICES em Santa Catarina. A trajetória histórica destas instituições localizadas no Sul do Brasil, em especial em Santa Catarina, até a aprovação da lei que reconhece oficialmente as ICES (Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013).

CONSTITUIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DAS ICES NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

O ensino superior possui papel relevante no desenvolvimento socioeconômico de uma nação. O conhecimento possibilita melhores alternativas de vida em comunidade e condições sociais mais uniformes à sociedade. As IES presentes nas comunidades regionais são responsáveis pela formação de profissionais com bom nível de conhecimento, pensadores, cientistas, empreendedores e governantes do futuro, formuladores de inovação e inventores de utopias (MELO, 2011).

O ensino superior no Brasil desenvolveu-se a partir das influências trazidas por seus colonizadores. Volpato (2011, p. 680), afirma que "até 1808, os lusos brasileiros faziam seus estudos superiores na Europa, principalmente em Coimbra, Portugal." Com a chegada de D. João VI ao Brasil, foram instituídas as faculdades isoladas, nascendo assim, os cursos, as academias, com objetivo de dar respostas às necessidades da colônia, advindas da corte no Rio de Janeiro (VOLPATO, 2011).

Do período colonial até a primeira república, o Brasil não manifestava interesse em oferecer educação superior pública e gratuita para o seu povo. Isso forçou as comunidades religiosas a criarem escolas com objetivo de ensinar a ler e escrever. Essa foi uma das características da origem das universidades comunitárias no estado do Rio Grande do Sul, pois, com a falta de um sistema educacional gratuito, em 1824 os imigrantes alemães criaram seu próprio sistema, marcado pela religião e pela vivência em comunidade. O espírito comunitário é parte integrante da história de colonização do Sul do Brasil (SCHNEIDER, 2008).

A iniciativa comunitária na educação está vinculada às necessidades que os imigrantes de origem alemã enfrentaram no Brasil, numa época em que o ensino primário não era prioridade. Oriundos dos países da Reforma Protestante, esses imigrantes traziam a concepção luterana, firmada desde o século XVI, segundo a qual, a educação era encarada como obrigação em dois sentidos: do Estado, pela garantia da oferta; e da família, pelo envio dos filhos à escola. Uma vez aqui, num país sem escolas, os grupos que formaram as colônias teuto-brasileiras, ressentindo-se dessa ausência, lançaram mão da criação das escolas comunitárias, temendo que seus filhos crescessem "como caboclos" (BITTAR, 2009).

Em 1900, o ensino superior brasileiro possuía faculdades ou escolas superiores. Nesse período, a criação de universidades enfrentava dificuldades devido ao ideário positivista que orientava a fase política daquele momento. Entretanto, no final da primeira república, o Brasil possuía cerca de 200 estabelecimentos de ensino superior, considerando as escolas de formação militar e teológica e duas universidades. Porém, devido ao processo de desenvolvimento econômico, iniciado a partir de 1920 e acelerado nas décadas seguintes,

propiciou que no início de 1960 ocorresse grande demanda de mão de obra especializada. Assim, ocorreu uma expansão do ensino superior, e, no período de 1945 a 1960 foram criadas mais de 223 IES (VOLPATO, 2011).

Ainda de acordo com Volpato (2011, p. 684):

> Durante a nova república, 22 novas universidades federais foram criadas, onde cada um dos estados da federação passou a contar com pelo menos uma universidade federal localizada na capital, e neste período também foram criadas oito universidades católicas e uma presbiteriana.

Em 1968, o governo militar que comandava o Brasil, tendo os estudantes universitários como um foco de oposição, acabou por destruir o movimento estudantil da época e encaminhou a proposta de reforma do ensino superior do país. A proposta continha: extinção da cátedra; fim da autonomia das faculdades; criação de institutos, faculdades e/ou escolas; introdução do sistema de créditos; ciclo básico antes da formação profissional; garantia da representação discente e docente; ingresso contínuo por carreiras e currículos mínimos fixados pelo MEC (não à flexibilização) (SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

Com a reforma de 1968, o ensino superior no Brasil passou a sofrer influência do modelo estadunidense, e, a partir de então, os três fins da universidade – a investigação, a cultura e a verdade, foram redefinidos e passaram a ser: a investigação, o ensino e a prestação de serviço (VOLPATO, 2011).

Para Volpato (2011 p. 686), "a reforma de 1968 refletiu o alinhamento da educação superior ao modelo econômico, vinculado à internacionalização do capital sustentado pelo governo militar."

No período após a reforma proposta pelos militares, ampliou o acesso dos estudantes nos cursos tradicionais e na rede federal e estimulou a pesquisa e qualificação pela CAPES e CNPQ. Foi criado também, um programa modular de apoio à pós-graduação, à pesquisa e a introdução do regime de tempo integral para docentes (SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

De acordo com Santos e Cerqueira (2009, p. 6):

> Apesar da proposta, a reforma foi incompleta; não houve verdadeira reforma curricular e a ampliação do sistema se deu simplesmente através da multiplicação da matrícula nos mesmos cursos tradicionais. A reforma tentou organizar todo o sistema federal em universidades e de promover a pesquisa, o que ia ao encontro das reivindicações dos estudantes e constava do ideário modernizador desde 1930.

A reforma ocorrida na década de 1970, propiciou o desenvolvimento da economia no país e a classe média foi beneficiada diretamente, estimulando a demanda pelo ensino superior e aumentando o orçamento da união destinado à educação. No Brasil, a repressão política ocasionou o crescimento da demanda pelo ensino superior, em vinte anos passaram de 95.961 estudantes, em 1960, para 134.500 em 1980 (SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

De acordo com Santos e Cerqueira, (2009, p. 6):

> O aumento da demanda por ensino superior está associado ao crescimento das camadas médias e às novas oportunidades de trabalho no setor mais moderno da economia e da tecnoburocracia estatal. O setor público não se preparou para esse momento do ensino superior. Já o setor privado foi capaz de absorvê-lo, porque se concentrou na oferta de cursos de baixo custo e no estabelecimento de exigências acadêmicas menores, tanto para o ingresso como para o prosseguimento dos estudos até a graduação.

Assim, devido à reforma no sistema de educação do país, ocorreu o crescimento desordenado de instituições de ensino superior, tendo em vista que o Conselho Federal de Educação (CFE) reduziu as exigências. Volpato (2011, p. 687) explica que, "esta expansão fez com que no ano de 1980, mais da metade dos alunos de terceiro grau estivessem matriculados em estabelecimentos isolados de ensino superior, sendo 86% em faculdades privadas". Neste contexto, ocorreram evoluções nas IES na última metade do século XX, tanto no que diz respeito ao seu significado social, quanto às suas estruturas internas e em suas relações com os outros agentes sociais econômicos (ZABALZA, 2004).

A diversificação e a heterogeneidade das instituições comunitárias, componentes do sistema de ensino superior brasileiro, possibilitaram que as IES comunitárias buscassem o seu próprio espaço (BITTAR, 2009).

Dentre as iniciativas, nasceu e estruturou uma organização que as diferenciou das demais universidades, autodenominada de universidade comunitária, de natureza pública não estatal (FRANTZ, 2004). Assim, buscando diferenciar-se do chamado ensino privado "empresarial" ou "comercial", as universidades comunitárias passaram a denominar suas instituições como "públicas não-estatais", indicando o aspecto inovador de suas propostas, pelo fato de prestarem um serviço público, caracterizado pelos trabalhos sociais desenvolvidos junto às populações de baixa renda, pela aproximação do setor público estatal e distanciando-se do segmento estritamente particular (BITTAR, 2009).

Algumas dessas instituições como a PUC de São Paulo, PUC do Rio Grande do Sul e a PUC do Rio de Janeiro, detentoras de experiências na educação, com consolidados programas de pós-graduação e reconhecidos nacionalmente, necessitavam garantir sua sobrevivência institucional. Dessa maneira, na primeira metade da década de 1980, a denominação universidade comunitária começou a ser divulgada por representantes desse segmento, imbuídos de criar uma nova organização, já que, até então, a Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP) congregava todas as instituições não pertencentes ao setor público (BITTAR, 2009).

A denominação de públicas não-estatais, fez com que as universidades comunitárias buscassem um espaço que não pertencia exclusivamente ao público e nem do privado. Nessa tensão, em que as instituições possuem características de instituições públicas, devido às atividades de pesquisa, extensão com interação com a comunidade, porém, apresentam características de privadas, devido à cobrança de mensalidades. É por essa razão que se configura o processo de construção da identidade das universidades comunitárias (BITTAR, 2009).

A Constituição Federal contemplou a demanda das entidades católicas, quando inseriu a categoria das escolas comunitárias no texto constitucional com a possibilidade de transferências de recursos públicos para escolas comunitárias, confessionais ou

filantrópicas que comprovem finalidade não lucrativa e que apliquem os resultados financeiros na educação. Como exigência, era necessário assegurar que o patrimônio seria da escola e os recursos deveriam ser aplicados em pesquisa e extensão (SCHIMDT, 2010).

A experiência como universidade comunitária é relativamente nova, pois, trata-se de um termo aberto partindo da ideia de comunidade e pouco conhecido pela sociedade brasileira (FRANTZ, 2004).

Segundo Follmann (2009, p. 114):

> a Constituição Federal de 1988 é clara em seu artigo 213, quando afirma como dever do estado, o repasse de recursos para as instituições de ensino comunitárias, confessionais e filantrópicas que prestam o seu serviço à sociedade sem fins lucrativos.

Na história recente, as instituições privadas são consideradas iguais às empresas de fins lucrativos que atuam na área do ensino.

Apesar do termo "comunitária" estar na Constituição Federal e reconhecida como universidades, não foi permitido participar das concorrências de recursos federais, nos mesmos moldes de instituições estatais. Isso fez com que as instituições continuassem batalhando, tendo em vista que precisavam subsidiar suas atividades de extensão e pesquisa com recursos oriundos de mensalidades.

Follmann (2009 p. 114), afirma que:

> [...] para fazer justiça aos esforços históricos e aos esforços presentes, são necessárias medidas urgentes que reconheçam, de direito e de fato a natureza comunitária e pública não estatal, dessas instituições, como já sinalizava, com pertinência, o debate em meados da década de 1980.

Um segundo debate acorreu na década de 1990, com parecer contrário ao anterior. Na Lei nº 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), teve redação desfavorável às instituições comunitárias, considerando-as como instituições privadas (SCHIMDT, 2010). O art. 19, da LDB, estabelece apenas duas categorias de instituições de ensino: públicas e privadas, na linha da clássica dicotomia público/privado:

> I – Públicas – criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;
>
> II – Privadas – mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

No art. 20, a LDB explicita as modalidades de instituições privadas:

> I – Particulares em sentido estrito, entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;
>
> II – Comunitárias, entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de

> pais, professores e alunos, que incluam em sua entidade mantenedora representantes da comunidade;
>
> III – Confessionais, entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;
>
> IV – Filantrópicas na forma da lei.

De acordo com Frantz (2004, p. 10) o artigo 20,

> Reconhece e define esse marco jurídico da sociedade brasileira diferentes níveis e categorias de instituições de ensino superior: universidades públicas estatais e universidades privadas, sendo estes particulares em sentido estrito, confessionais, comunitárias e filantrópicas, conforme os Artigos 19 e 20 da Lei nº 9.394/1996.

Segundo Art. 3º do Decreto nº 2.306/1997, as entidades mantenedoras de instituições privadas de ensino superior, comunitárias, confessionais e filantrópicas ou constituídas como fundações, não poderão ter finalidade lucrativa. E conforme o artigo 2º do mesmo Decreto, as entidades mantenedoras de instituições de ensino superior, sem finalidade lucrativa, deverão:

- Ser certificadas por auditores independentes, com o parecer do conselho fiscal, ou órgão similar;
- Manter escrituração completa e regular de todos os livros fiscais, na forma da legislação pertinente, bem como de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial, em livros revestidos de formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- Submeter-se, a qualquer tempo, à auditoria pelo Poder Público;
- Destinar seu patrimônio a outra instituição congênere ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades, promovendo, se necessário, a alteração estatutária correspondente;
- Comprovar, sempre que solicitada:

a. a aplicação dos seus excedentes financeiros para os fins da instituição de ensino superior mantida;

b. a não-remuneração ou concessão de vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, a seus instituidores, dirigentes, sócios, conselheiros ou equivalentes;

c. a destinação, para as despesas com pessoal docente e técnico-administrativo, incluídos os encargos e benefícios sociais, de pelo menos 60% (sessenta por cento) da receita das mensalidades escolares provenientes da instituição de ensino superior mantida, deduzidas as reduções, os descontos ou bolsas de estudo concedidas e excetuando-se, ainda, os gastos com pessoal, encargos e benefícios sociais dos hospitais universitários.

De acordo com o Decreto nº 2.306/1997, as instituições comunitárias não possuem finalidade lucrativa e precisam aplicar os recursos disponíveis na educação, em suas atividades acadêmicas e os serviços para a comunidade, pois não visam lucro pelo capital investido. Segundo Franz (2004 p. 10) "tanto a Constituição de 1988, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e o Decreto Nº 2.306, de 19 de agosto de 1997, consagram o conceito e as responsabilidades das universidades comunitárias, no contexto do ensino superior brasileiro".

O Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG) (1998), entende que as universidades comunitárias são públicas não estatais, com diferenças fundamentais com as outras categorias de organizações do ensino superior.

De acordo com o documento:

a. As universidades comunitárias são instituições públicas não-estatais, criadas por iniciativas essencialmente comunitárias, e definidas como não confessionais, não-empresariais, e sem alinhamento político-partidário ou ideológico de qualquer natureza.

b. Desenvolvem um serviço educativo e científico sem fins lucrativos, sendo que todos os seus excedentes financeiros são reaplicados em educação no território nacional.

c. O patrimônio dessas instituições não pertence a um dono, grupo privado ou confissão religiosa, mas a fundações comunitárias, cuja totalidade dos bens tem, conforme o explicitado em seus estatutos, destinação pública, revertendo, em caso de dissolução para o controle do Estado. Os dirigentes dessas fundações não são remunerados no exercício de sua função. Seus balanços são de domínio público - após análise e aprovação internas, são submetidos a auditores independentes, a um conselho de curadores e à aprovação do Ministério Público.

d. No que se refere à gestão, caracterizam-se pela eleição democrática de seus dirigentes, de que participam todos os segmentos da comunidade acadêmica e representantes da comunidade regional. Ressalta-se que de seus conselhos superiores, participam também representantes da comunidade externa.

e. As atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas por essas instituições, têm uma vinculação privilegiada com a comunidade regional, destacando-se projetos ligados à promoção humana e social de segmentos excluídos ou de camadas da população de menor poder aquisitivo: menores, idosos, deficientes, analfabetos, moradores de periferia, pequenos agricultores, indígenas, doentes, presidiários etc.

f. Sua localização geográfica e vinculação social permitem o acesso ao ensino superior dos alunos que, a princípio, tem dificuldade de ingressar nas universidades públicas-estatais. Nesse sentido, as públicas não-estatais são a única possibilidade de democratização do ensino superior em sua região de abrangência, não apenas pela proximidade geográfica de seus alunos, mas também por praticarem custos de manutenção compatíveis com a realidade regional.

g. Estas instituições, valendo-se dos incentivos fiscais derivados da filantropia, implantaram, de forma criativa, mecanismos para a manutenção de alunos oriundos de classes menos privilegiadas, instalando programas de bolsas, fundos de apoio e, especialmente políticas de mensalidades acessíveis às possibilidades econômicas das famílias da região (COMUNG, 1998).

As universidades comunitárias podem ser entendidas como a ampliação dos espaços do setor público por meio da mobilização cultural e política da população que se sente excluída pelas políticas públicas. As ICES possuem características e função de preencher a ausência da ação do Estado (FRANTZ, 2004).

Na primeira década do século XXI, com o processo da Reforma Universitária desencadeado em 2004, as universidades comunitárias pedem a substituição da díade público/privado pela tríade público/comunitário/privado e obtiveram êxito parcial. O projeto encaminhado estabelece três categorias de instituições de ensino superior: públicas, comunitárias e particulares, instituindo no art. 20 da Lei nº 9.394, as modalidades de instituições privadas: I – particulares, II – comunitárias, III – confessionais e IV – filantrópicas (SCHMIDT 2010).

De acordo com Schimdt (2010, p. 32),

> O anteprojeto apresentado pelos juristas considerou "altamente relevante" incluir no instrumento que trata da organização da administração pública o tratamento a ser dado aos entes de colaboração, entidades que "embora instituídas no âmbito não estatal – ainda que, em alguns casos, com impulso estatal – desenvolvem atividades de interesse público, que as habilitam a atuar como parceiras do Estado. Elas estão a meio caminho entre o estatal e o

> não estatal, gerindo, muitas delas, verbas públicas". Os entes de colaboração indicados no documento são as organizações não governamentais, mas a lógica dos juristas é plenamente compatível com os pressupostos de um marco legal das comunitárias.

A seguir, será apresentado o histórico de formação e as características das universidades catarinenses, que tiveram sua origem, por meio das fundações educacionais criadas pelo poder público municipal no final da década de 1950 e início da década 1960.

As universidades comunitárias Catarinenses

No final da década de 1950, o estado de Santa Catarina não possuía universidades e os jovens que pretendiam cursar o ensino superior, deslocavam-se para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Naquele período, existia alguns cursos superiores em Florianópolis, com os cursos de direito, ciências econômicas, odontologia, medicina, farmácia, filosofia, serviço social e engenharia industrial. Estes cursos eram ofertados em faculdades isoladas, que em 1960 se constituiu na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (LIMA, 2009).

Em Santa Catarina, as universidades comunitárias iniciaram sua constituição no final da década de 1950, com objetivo de interiorização do ensino superior. Suas atividades iniciaram pelas fundações educacionais criadas pelos municípios, em virtude de o ensino superior serem ofertados apenas na capital do estado ou nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul. No estado de Santa Catarina, o estoque de capital social foi um dos fatores fundamentais para o suprimento e fortalecimento das universidades comunitárias. O modelo comunitário catarinense, possui forte presença do poder público local, em especial das prefeituras municipais (SCHMIDT, 2010).

De acordo com Gumbowaky (2014, p. 93), o Art. 107 da Lei Federal n° 4.024/61, concedeu estímulo às fundações educacionais ao mencionar que:

> O poder público estimulará a colaboração popular em favor das fundações e instituições culturais e educativas de qualquer espécie, grau ou nível sem finalidades lucrativas, e facultará aos contribuintes do imposto de renda a redução dos auxílios ou doações comprovadamente feitas a tais entidades.

> A Lei Federal n° 5.540/68, no seu artigo 2°, dispõe que "o ensino superior indissociável da pesquisa será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado".

Apesar das Leis Federais n° 4.024/61 e n° 5.540/68 estabelecerem na reforma universitária, que o ensino superior deveria ser ministrado em universidades catarinenses, prevaleceu o crescimento das instituições isoladas de ensino superior. Nesse contexto, as primeiras iniciativas com vistas à criação de instituições de ensino superior isoladas em Santa Catarina, iniciou pela Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, atual Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC) (GUMBOWAKY, 2014).

Segundo Gumbowaky (2014), esse processo iniciou com mais ênfase em 1964, desencadeando iniciativas irreversíveis de:

a. interiorização da oferta de ensino superior;

b. democratização das oportunidades de acesso a cursos superiores de formação profissional;

c. formação de quadros vocacionados para o atendimento das necessidades locais;

d. constituição de um corpo de professores capacitados, selecionados segundo os critérios exigidos pelo Conselho Federal de Educação;

e. instalação de uma infraestrutura de ensino qualificada; e,

f. disseminação, por todo o estado, de equipamentos laboratoriais e de bibliotecas especializadas.

Diversos municípios do estado criaram suas fundações educacionais de ensino superior e o seu patrimônio na maioria das vezes, se resumia a uma área de terra para a futura construção de instalações. Para Lima (2009, p. 93),

> Apesar de certo centralismo conservador, presente em boa parcela dos governantes e das pessoas ligadas ao ensino, aos poucos as comunidades regionais e microrregionais começaram a se organizar, dando vida a um sistema fundacional de educação superior totalmente diferenciado de qualquer outra experiência vivida nos demais estados da federação brasileira.

Com o avanço das fundações educacionais, em 1974 criou-se a ACAFE, pensada como entidade capaz de congregar e integrar as fundações educacionais na busca do fortalecimento, ordenação, articulações e planejamento de um sistema de ensino superior regionalizado. A sede da ACAFE encontra-se em Florianópolis e atualmente congrega dezesseis instituições de ensino, distribuídas por todo o estado de Santa Catarina (LIMA, 2009).

Entre as instituições vinculadas a ACAFE, estão as que foram criadas pelas fundações educacionais e que originou dos poderes públicos municipais, como é o caso da UDESC, criada pelo governo do estado de Santa Catarina e um Centro Universitário Municipal público e gratuito. Destaca-se que o Centro Universitário é o primeiro do País a ser público e gratuito.

No quadro 01, apresenta-se a relação das Instituições vinculadas à ACAFE, com o seu respectivo ano de criação.

	Fundação / Universidade	Ano de criação das Fundações
01	Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense – Fundação UNIPLAC Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC)	1959
02	Fundação UNIVALI Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)	1962
03	Fundação Universidade Regional de Blumenau Universidade Regional de Blumenau (FURB)	1964
04	Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	1964
05	Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)	1965
06	Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí (FEDAVI) /Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI)	1966
07	Fundação Educacional da Região de Joinville (FURJ) Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)	1967
08	Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina (FUNOESC) Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)	1968
09	Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI) Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)	1968
10	Fundação Universidade do Contestado (FUnC) Universidade do Contestado (UNC)	1970
11	Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste (FUNDESTE) Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ)	1972
12	Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe (FEARPE) Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)	1971
13	Fundação Educacional de Brusque (FEBE) Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE)	1973
14	Centro Universitário Catarinense de Santa Catarina	1973
15	Fundação Educacional Barriga Verde (FEBAVE) Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE)	1974
16	Fundação Educacional de São José (FUNDESJ) Centro Universitário Municipal de São José (USJ)	2005

Quadro 01 – Instituições de Ensino da ACAFE

Fonte: ACAFE (2017).

Com relação à direção das universidades, o controle administrativo e financeiro é realizado pela mantenedora, que são as fundações criadas pelo poder público municipal, consideradas instituições de direito privado, de associação ou sociedade civil. Os dirigentes da mantenedora são eleitos pela comunidade acadêmica e/ou por representantes da comunidade regional e a direção eleita é constituída por docentes da universidade (SCHMIDT, 2010).

As fundações educacionais existentes no estado e as universidades delas originadas, possui como mola propulsora e base de atuação, o envolvimento com sua região e a intenção/missão como agente de desenvolvimento regional. Com o passar do tempo, as universidades tornaram-se parceiras constantes das comunidades de suas regiões, no processo de melhoria da qualidade de vida e de desenvolvimento microrregionais, seja no setor econômico, na ambiência humana e social (LIMA, 2009).

Lima (2009) afirma que é necessário destacar algumas atitudes e atividades que podem ser decisivas no momento presente e no futuro e atuação das instituições de ensino associadas à ACAFE:

- Utilização com efetividade dos laboratórios existentes para prestar serviços de qualidade à comunidade empresarial da região do estado e do Brasil. Aprender a vender os serviços que pode prodigalizar. Ter os poderes públicos também como parceiros a quem vender esses serviços, com ênfase especial na área ambiental;
- É sumamente necessário dar visibilidade ao que precisa ser visto, o marketing institucional é primordial;
- Manter um banco de dados dinamicamente atualizado para possibilitar as instituições esse bom falar de si;
- Efetuar um estudo acurado de viabilidade para implantar qualquer curso. Esta decisão não pode se atribuir simplesmente na vontade discricionária de alguém ou de alguns poucos. Nem na beleza do projeto.
- Afastar-se da prática de amontoar tijolos sobre tijolos, construindo imobilizados que podem fazer sucumbir no meio onde interagem, devido às diversas dificuldades econômicas e sociais do sistema. Investir e investir nas pessoas, chamando-as a exercer suas lideranças e assim, ter delas, o seu melhor em termos de dedicação, trabalho e fidelização;
- Desenvolver o processo de internacionalização como uma das estratégias básicas de gestão universitária;
- Dar ênfase aos programas institucionais de Iniciação Cientifica que podem ser a base de uma futura e decisiva ação na pesquisa;
- Buscar incessantemente a integração inter pares. Abrir canais de uma comunicação verdadeira, às claras, sem peias nem meias verdades. Participar de projetos conjuntos com as associadas nas áreas de ensino, da pesquisa e da prestação de serviços.

Possibilita-se futuramente, que as instituições da ACAFE se transformem numa grande e única universidade, presente em todo o estado e capaz de atuar plenamente como o grande pilar do ensino superior, tendo a indissociabilidade entre a investigação,

intervenção, extensão e ensino (LIMA, 2009).

Atualmente, as instituições vinculadas ao sistema ACAFE buscam estratégias comuns para soluções das demandas administrativas que surgem nas ICES distribuídas no estado. Buscam compartilhar informações e problemas comuns nas áreas jurídicas, marketing, desenvolvimento, tecnologia da informação e gestão administrativa financeira, por meio de câmaras de discussão e busca de soluções coletivas.

Reconhecimento como universidade comunitária

Nos documentos das universidades e as entidades representativas, são reafirmados que as instituições comunitárias gaúchas e catarinenses possuem origem e identidade como pública e não-estatal. Para as instituições comunitárias regionais, o caráter comunitário é expresso nas diversas formas das relações das universidades com a sociedade civil e o poder público, como exemplo, a participação de integrantes da comunidade regional nas decisões da universidade e na gestão democrática das instituições (SCHMIDT, 2010).

Há um desafio constante das associações das universidades, para serem reconhecidas pelo seu trabalho e pela sua condição especial, quanto a natureza jurídica durante longo período de sua história de formação. Nas últimas décadas, surgiram diferentes iniciativas, apoiadas no marco jurídico constitucional e legal, com a função de promover a educação universitária.

Em 2008, as entidades representativas das universidades comunitárias gaúchas e catarinenses, o COMUNG e a ACAFE tomaram a iniciativa de formular e propor ao Governo Federal e ao Congresso Nacional, um projeto de lei das instituições comunitárias. Com isso, em 2009 a Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC), outras entidades representativas das universidades comunitárias brasileiras, incluindo a Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC) e a Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas (ABIEE), tiveram seus discursos unificados em uma ação em favor do marco legal, pelo qual o Estado e a sociedade passassem a reconhecê-las como instituições com características distintas das privadas (SCHMIDT, 2010).

Em 2009, as entidades representativas das instituições comunitárias de ensino superior, fizeram um manifesto conjunto direcionado às autoridades brasileiras, especialmente aos parlamentares, que integravam a Frente Parlamentar Mista de Defesa das Universidades Comunitárias, para manifestar sua posição em favor da formulação de um Marco Legal das Instituições Comunitárias. A partir desse documento, ocorreram movimentações no Congresso Nacional, com o apoio de diversos parlamentares, e então, foi construída a proposta de Lei. O dia 13 de julho de 2010 foi a data oficial do protocolo oficial na Câmara dos Deputados sobre o projeto de Lei das Instituições Comunitárias PL nº 7639/2010, que passou a ser conhecido PL DAS COMUNITÁRIAS.

Em 2012, após passar pelas diversas comissões, o referido Projeto de Lei foi aprovado na Câmara dos Deputados. Em todas as comissões obteve apoio unânime, evidenciando que se tratava de um assunto de interesse de toda a sociedade. Em seguida o Projeto foi encaminhado ao Senado com expectativa de conclusão dos tramites em 2013 (PLC 01/2013 APROVADO NO SENADO). Finalmente, em outubro de 2013, o Projeto de Lei das Comunitárias foi aprovado no Senado Nacional.

Ocorreram duas audiências na casa civil, uma em 30 de outubro e outra em 12 de novembro de 2013 e a Lei das Comunitárias foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União, no dia 12 de novembro de 2013, conforme notícia publicada na página da ABRUC.

> O Diário Oficial da União, na edição (extra) nº 221-A, de 12 de novembro de 2013, publica a Lei 12.881, a Lei das Instituições Comunitárias de Educação Superior. Assinada pela Presidenta Dilma Roussef e os ministros Guido Mantega, Aloisio Mercadante, Miriam Belchior e Luis Inácio Adams. Com três vetos pontuais (inciso 3º do art. 2º e art. 11 e 13), a lei aprovada corresponde em mais de 95% ao texto formulado pelas entidades representativas das instituições comunitárias.

Segundo noticiado pela ABRUC,

> É, pois, uma autêntica lei elaborada pela sociedade civil e avalizada pelo Estado, através do Congresso Nacional e do Executivo. Uma lei que inaugura uma nova era para as universidades comunitárias na sua relação com o Estado brasileiro, que abre as portas para um processo de cooperação marcado pela complementaridade e sinergia.

A Lei nº 12.881 de 12 de novembro de 2013, dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. Com a aprovação da Lei das Comunitárias, outorga a qualificação de Instituição Comunitária de Educação Superior como ato vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos por esta Lei. Conforme o artigo 2° da lei as Instituições Comunitárias de Educação Superior contam com as seguintes prerrogativas:

> I - ter acesso aos editais de órgãos governamentais de fomento direcionados às instituições públicas; e
>
> II - receber recursos orçamentários do poder público para o desenvolvimento de atividades de interesse público;

Com o reconhecimento das universidades comunitárias pela Lei nº 12.881/2013, as instituições buscaram novas perspectivas de sustentabilidade econômica e financeira, para continuarem suas atividades e cumprir o papel relevante para o desenvolvimento regional. Com o devido reconhecimento, passam a ter condições de acesso aos editais públicos de fomentos à pesquisa e extensão que até então, eram exclusivamente para as Universidades Públicas.

Dessa forma, as ações realizadas pelas universidades comunitárias, foram reconhecidas pela sua especificidade e características próprias, como àquela criada e mantida pela sociedade civil e contribuindo para o desenvolvimento do país, por meio da oferta de uma educação de boa qualidade. As universitárias comunitárias possuem vocação pública, voltadas para o desenvolvimento das comunidades e sem interesse pessoal ou particular (VENANZI; SANDANO, 2014).

AÇÕES DAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DE ENSINO SUPERIOR QUE PROMOVEM O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO REGIONAL

As instituições de Ensino Superior são consideradas agentes propulsores do desenvolvimento regional e possuem papel relevante na formação dos futuros profissionais na região onde estão inseridas.

Desenvolvimento Regional

A relação entre educação e desenvolvimento regional é fator relevante para o crescimento e desenvolvimento de uma nação. No livro "A riqueza das nações", publicada em 1776, Adam Smith afirma que a acumulação de conhecimento propicia o aumento de produtividade ao trabalhador, denominado de capital social (ROLIM; SERRA, 2009).

As instituições de ensino superior estão inseridas nas regiões como geradores de novos conhecimentos e de formação de capital humano. Por intermédio das universidades com a formação educacional, pesquisa e demais funções secundárias, as IES assumem papel dinamizadores no processo de desenvolvimento regional (SIRQUEIRA; FERRAZ, 2014).

De acordo com Fleck (2011, p. 274),

> [...] o conceito de desenvolvimento deve ser exposto como um processo de mudanças contínuas, intensamente complexo, que envolve transformações não somente de ordem econômica como transformações de ordem política e, fundamentalmente, de ordem humana e social.

As interações com a comunidade ocorrem por meio do ensino, da difusão do conhecimento a partir da pesquisa, da prestação de serviços e por meio das atividades de extensão realizados à sociedade (BOVO, 2003).

Sirqueira e Ferraz (2014, p. 3) esclarecem que,

> Os efeitos de uma universidade vão além dos tradicionais impactos na criação do capital humano e do conhecimento. Decorre de sua influência, tais como, o volume de investimentos em capital físico, em construção e manutenção de edifícios, laboratórios nas regiões onde estão inseridas.

Quando abordamos a competitividade de uma região, sobressai a importância do capital humano e os diferenciais competitivos para o desenvolvimento socioeconômico da região. A sociedade cobra das IES Comunitárias, as práticas sociais que demonstrem a responsabilidade social praticadas para a comunidade. É nesse contexto que as IES, investem na educação, como formadoras de competências nos aspectos sociais ou econômicos (REIS; BANDOS, 2012; SIRQUEIRA; FERRAZ, 2014).

Reis e Bandos (2012, p. 424) entendem que,

> [...] cabe às universidades trazerem ao conhecimento dos seus alunos, os problemas da sociedade em geral, e de forma particular da sua região ou cidade, para que através destes possam ser criadas soluções viáveis, inovações e a responsabilidade com a sociedade de forma geral.

As universidades são consideradas elemento chave no processo de desenvolvimento regional. E a inovação possui papel relevante no processo de desenvolvimento econômico, contribuindo com práticas sociais, preocupando-se em oferecer ao mercado, um profissional preparado e com capacidade de solucionar problemas sociais (ROLIM; SERRA, 2009; REIS; BANDOS, 2012).

Para que as Instituições de Ensino Superior possam contribuir com o desenvolvimento regional, necessitam fortalecer a tríade ensino-pesquisa-extensão (FLECK, 2011).

Visando refletir sobre a Responsabilidade Social das IES, tendo em vista o desenvolvimento da comunidade local, a Figura 01 apresenta a abordagem sistêmica da responsabilidade social das IES, para compreender os componentes do sistema, as entradas, suas interações, relacionamentos e saídas e o processo de *feedback* (REIS; BANDOS, 2012).

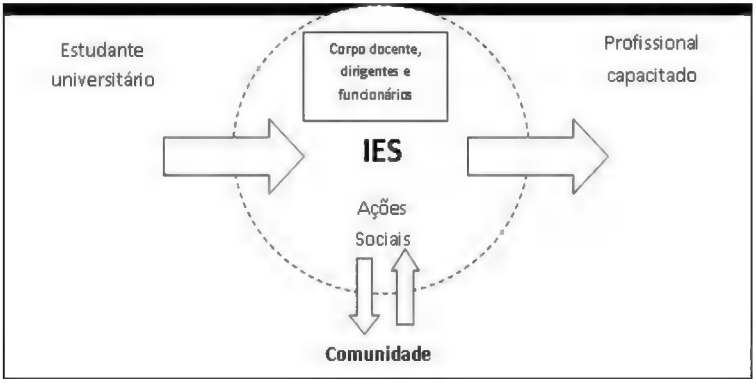


Figura 01 – Abordagem sistêmica da responsabilidade social das IES.

Fonte: Reis e Bandos (2012).

De acordo com a Figura 01, as entradas são representadas pelos estudantes que procuram a formação profissional nas universidades que buscam se preparar para o mercado de trabalho. É nesse processo que ocorre a interação e o relacionamento dos alunos com as Instituições de Ensino, sustentados pelos pilares do ensino, pesquisa e extensão, desenvolvendo alunos competentes para tratar os desafios reais da comunidade e desenvolver estudos que promovam o desenvolvimento local (REIS; BANDOS, 2012).

Considera-se que as regiões com maior possibilidade de desenvolver-se são aquelas que conseguem estabelecer um projeto político de desenvolvimento, congregando os seus diferentes atores. Faz parte desse projeto político, na vertente econômica, a utilização intensiva e coordenada do conjunto de conhecimentos existentes na região para aumentar a sua competitividade (ROLIM; SERRA, 2009).

A universidade possibilita a interação dos alunos nos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais da comunidade local, desenvolvendo a responsabilidade social e melhorando as condições das pessoas menos favorecidas (REIS; BANDOS, 2012).

A Figura 02, mostra a representação das ações das universidades que promovem o desenvolvimento regional onde atuam.

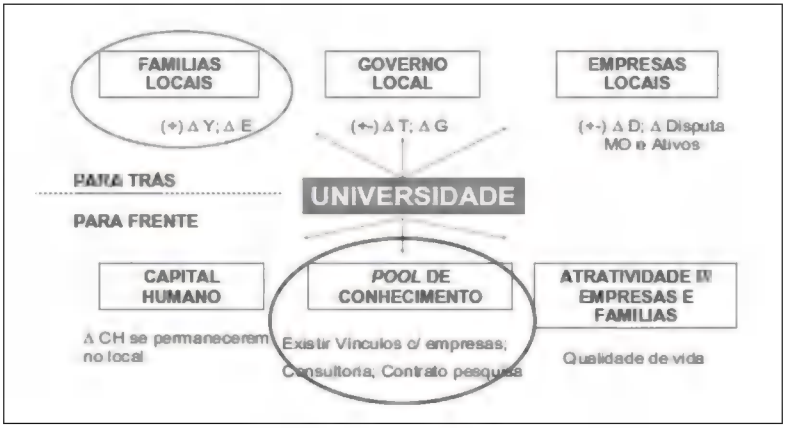


Figura 02 – Impactos regionais de uma universidade

Fonte: Rolim e Serra (2009a).

A Figura 02 mostra a universidade como agente central para o desevolvimento regional, com suporte das famílias, do governo e das empresas da região. As universidades desenvolvem o capital humano, por meio de diferentes conhecimentos, estabelecendo maior atratividade para as empresas e para as famílias.

Para desenvolver as regiões, necessita-se de engajamento regional formalmente reconhecido como um "terceiro papel" das universidades. O "terceiro papel" vai além das atividades da extensão universitária, pois, demandam de recursos e diferentes formas de gerenciamento que permitam às universidades contribuírem no processo de desenvolvimento regional (ROLIM; SERRA, 2009).

A interação de uma universidade comunitária é caracterizada por densas redes de relacionamentos, que envolvem as universidades, as entidades de classes organizadas e o governo local para aplicar com eficiência os recursos disponíveis, como suporte para construção de regiões e países desenvolvidos (FLECK, 2011).

Para que as instituições de ensino atuem como agentes propulsores do desenvolvimento, incentivam novos investimentos na região, atraem novos empreendimentos motivados pela inovação que produzem, colaborando no impacto econômico por meio de novos fluxos de renda locais (ROLIM, 2009). Contribuem para o desenvolvimento por meio de ações difíceis de serem mensuradas, como por exemplo: organização de eventos e acervos bibliográficos expressivos sobre a região. Soma-se ainda, a valorização da cultura local e da região, como as exposições de obras de arte e o incentivo à preservação do patrimônio cultural (GUMBOWAKY, 2014).

A Figura 03 mostra como as universidades podem ser o motor propulsor do desenvolvimento regional e contribuir para solucionar problemas regionais.

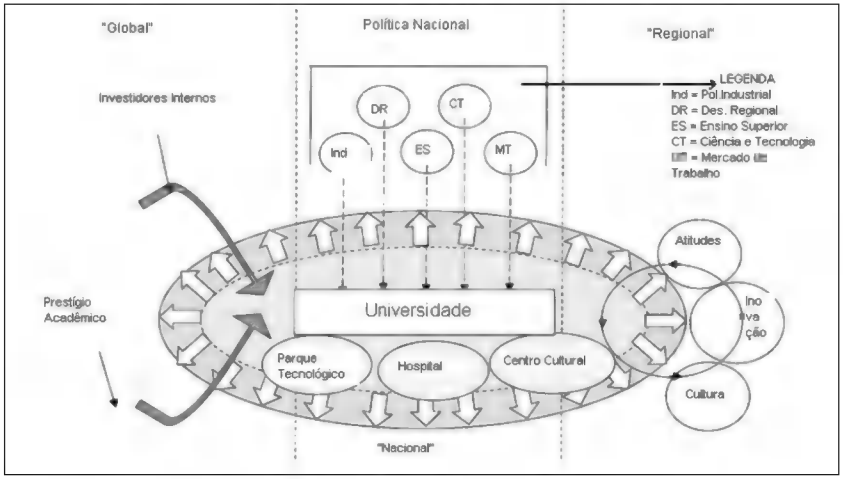


Figura 03 – IES multimodais e multiescalares comprometidas regionalmente

Fonte: Arbo e Benneworth (2007); Rolin (2009).

Na Figura 03 evidencia-se o reconhecimento, valorização acadêmica e os investidores internos de uma região e a contribuição para que as instituições de ensino desenvolvam atividades vinculadas aos parques tecnológicos, hospitais e à cultura da região, visando a promoção do desenvolvimento de polos industriais, do ensino superior, de centros de ciência e tecnologia e do mercado do trabalho como foco no desenvolvimento regional.

A movimentação de renda regional é oportunizada pelas ações das instituições de ensino, nas cidades de pequeno e médio porte e de grande importância socioeconômica. A circulação de renda local e regional ocorre por meio de pagamentos dos salários dos funcionários, de professores e demais demandas operacionais que as instituições necessitam, como: obras, equipamentos e despesas de manutenção (GOEBEL; MIURA, 2004).

O incremento das atividades comerciais gerado pelo consumo pelos alunos, docentes e funcionários, aumentou os negócios imobiliários no entorno das universidades, constitui outra forma de contribuir para o desenvolvimento regional ou local (GUMBOWAKY, 2014). Para Rolim (2009, p. 694), "os gastos realizados pelas universidades com o pagamento de professores e funcionários, as compras de materiais, insumos e serviços contratados recai diretamente na economia da região em que estão instaladas".

Reflexos da inserção das ICES nas regiões onde estão instaladas:

- impactos sobre as famílias (acréscimo de renda em decorrência de diversos pagamentos e dos efeitos multiplicadores decorrentes);
- impacto sobre os governos locais (aumento da arrecadação e maior demanda sobre bens públicos de infraestrutura); e

- impacto sobre as empresas locais (aumento da demanda e concorrência no mercado como fator de produção).

Para que ocorra o êxito territorial, ou seja, o pleno desenvolvimento da região, é fundamental que trabalhem questões como: ações sólidas e trabalhos coletivos; constituição de redes internas e externas; visão consensuada de futuro, buscando a densidade e qualidade nas interações entre os atores. Segundo Fleck (2011 p. 272), "para obter melhor desempenho no aspecto econômico, social ou humano em uma região, é necessário um sistema institucional evoluído e complexo para alcançar resultados positivos".

O ensino, pesquisa e extensão das universidades comunitárias possui elementos necessários para promover o desenvolvimento que o setor produtivo demanda. Prepara e oferece recursos humanos qualificados e acesso à novas tecnologias, que permite ao setor enfrentar um ambiente de alta competitividade e globalizado. Outro fator que promove o desenvolvimento local, é a geração de empreendimentos no seu entorno, gerando emprego e renda, colaborando para o crescimento e desenvolvimento das cidades (GOEBEL; MIURA, 2004).

Para Fleck (2011), os vetores para o desenvolvimento regional que estão vinculados às Instituições de Ensino Superior, são:

- qualificação, se dá a partir de um ensino de qualidade;
- progresso, constituído com direcionamento para a pesquisa; e
- projetos de extensão bem direcionados para o conjunto de necessidades da região e da universidade.

O modelo da tríade ensino, pesquisa e extensão no desenvolvimento regional, estruturado por Fleck (2011), sugere que existem regiões heterogêneas no país e no mundo, necessitando dessa forma, qualificações que darão ênfase nas reais necessidades de cada região. Este modelo pode ser visualizado na figura 04:

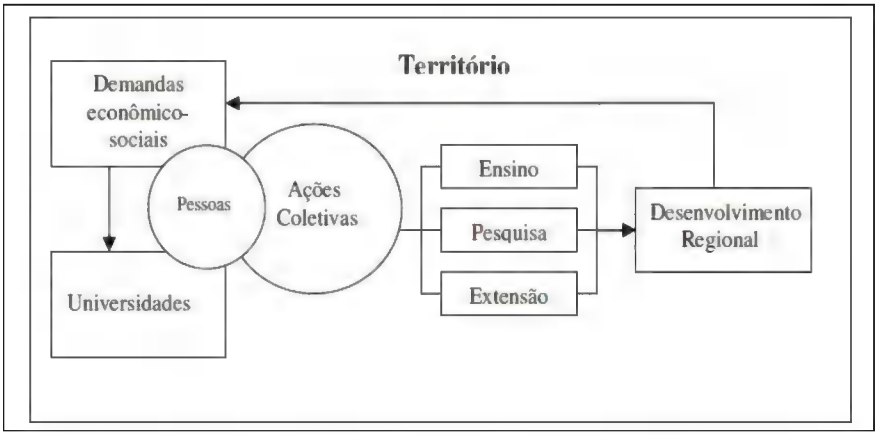


Figura 04 – Modelo teórico – inserção da tríade ensino pesquisa extensão no desenvolvimento regional

Fonte: Fleck (2011).

De acordo com a Figura 04, a força estruturante das competências para o êxito do desenvolvimento regional, se dá a partir do indivíduo e as universidades comunitárias tornam-se instituições que as legitimam como fonte auxiliar no desenvolvimento de uma região. Essa ação individual é o ponto fundamental, portanto, os três vetores – qualificação, progresso e mudança se desenvolvem com indivíduos que trabalhem por eles (FLECK, 2011).

Nesse sentido, as ICES devem promover as relações interativas e vinculadas com as questões socioeconômicas da região, criando mecanismos que facilitem a relação com o meio empresarial e a sociedade. As universidades comunitárias necessitam como objetivos prioritários institucionais, criar vínculos com o setor produtivo, atendendo as necessidades socioeconômicas locais e regionais, pois são locais próprios para o desenvolvimento, para a transferência de conhecimento e tecnologia gerados no meio acadêmico e nos laboratórios (GOEBEL; MIURA, 2004).

As demandas econômicas e sociais de um determinado local ou região quando diagnosticadas pela universidade, definem-se ações coletivas que irão nortear a tríade ensino-pesquisa-extensão e suas prioridades para atingir o desenvolvimento regional. Os resultados obtidos com as ações coletivas, gerarão um novo cenário territorial, do qual emergirão novas demandas a serem diagnosticadas, que necessitarão de diferentes ações da tríade, formando um fluxo contínuo de demandas e ações de desenvolvimento (FLECK, 2011).

O ambiente institucional não deve pensar apenas na instalação da universidade ou simplesmente a instalação de uma empresa isolada. Deve-se avaliar a forma como os atores interagem, formando uma rede de cooperação, fortalecendo o surgimento de um ambiente favorável à instalação de novos negócios, de um governo eficiente e eficaz, e de uma universidade sintonizada com as questões locais (MAGALHÃES et al., 2012).

Um sistema regional de inovação pode ser caracterizado por uma região onde existem meios de ligações e comunicações interativas entre os agentes propulsores do desenvolvimento. O conjunto de agentes é constituído por universidades, laboratórios de pesquisa básica, laboratórios de pesquisas aplicadas, agências de transferência de tecnologia, organizações regionais de governança, públicas privadas (associações comerciais, câmaras de comércio), organizações de treinamento vocacional, bancos, empresários dispostos a desenvolver novos produtos em parcerias de risco, pequenas e grandes empresas interagindo entre si (ROLIM; SERRA, 2009b).

Na Figura 05, demonstra-se a formação de um sistema regional de inovação, composto pelos subsistemas: aprendizado, ambiente inovador e financeiro que pode ser desenvolvido com a contribuição das universidades comunitárias regionais.

Figura 05 – Universidade e região

Fonte: Rolim e Serra (2009a).

Para Rolim e Serra (2009a, p. 91), "podem-se distinguir duas trajetórias claras que envolvem o papel das universidades como agentes de desenvolvimento regional e a distinção entre ser e estar na região."

- Na primeira, a universidade simplesmente se instala na região, se caracteriza por um reduzido vínculo e compromisso com a região e com o seu desenvolvimento, e o produto do seu trabalho está direcionado para o contexto nacional e/ou internacional.

- na segunda trajetória, a universidade demonstra forte relação no processo de desenvolvimento regional, estabelece vínculos e compromissos intensos com o futuro da região e com o produto do seu trabalho. Além de ter como referência, a qualidade acadêmica para a superação dos desafios da região.

Com relação à atividade do ensino, as ICES comunitárias necessitam avaliar a aderência das matrizes curriculares com as necessidades locais, para que possam contribuir na formação e inserção dos estudantes no mercado do trabalho e que possam melhorar sua formação por meio de cursos de pós-graduação e extensão (GUMBOWAKY, 2014).

As iniciativas dos professores, quando interagem com a comunidade por meio de entrevistas, aconselhamento de governos, estudos tecnológicos e análises socioeconômicas são iniciativas que podem contribuir no levantamento das necessidades regionais. As universidades quando mantém diálogos com os segmentos responsáveis pelo desenvolvimento regional, como: autoridades eleitas locais e regionais; os empregadores e as organizações patronais; as organizações culturais; os meios de comunicação regionais; os níveis inferiores do sistema educativo; os recém-diplomados e os estudantes atuais e futuros, multiplicam as atitudes inovadoras, fomentam ações e criam políticas públicas, quando incentivam as parcerias entre as empresas e outros dois atores nas ações para o desenvolvimento (MAGALHÃES *et al.*, 2012; GUMBOWAKY, 2014).

O desenvolvimento de instituições comunitárias que possuem o comportamento cooperativo, alcança com mais facilidade as soluções cooperativas quando se mantém uma relação de confiança. A cooperação ocorre de diferentes formas e não se consegue copiar modelos prontos de instituições eficientes (BUENO, 2004).

A interação das universidades com a comunidade regional pode ocorrer devido:

- ao número de vagas de cursos de graduação e pós graduação que atende aos anseios locais/regionais;
- pela formação de recursos humanos;
- pelo estímulo a interação universidade-empresa;
- pela intensificação de pesquisas em áreas estratégicas do desenvolvimento regional; e
- pela ampliação das atividades de extensão. (GUMBOWAKY, 2014).

Para Fleck (2011, p. 287) as universidades podem ser vistas como fonte geradora de qualificação para o desenvolvimento do mercado de trabalho, sendo que:

- A necessidade de qualificação destacada pelas pesquisas em gestão de pessoas volta-se para um objetivo mais amplo, que se dá na forma como um maior número de pessoas qualificadas é capaz de transformar em competência territorial e consequentemente em êxito territorial.
- O progresso vem do desenvolvimento da pesquisa dentro das universidades. Atualmente, as universidades passam por um processo de exigência constante para o desenvolvimento de pesquisas e os órgãos de fomento apenas reconhecem aquelas que conseguem habilitar-se com grupos e projetos estabelecidos.

Outro fator importante para o desenvolvimento regional, são as políticas institucionais aprovadas pelo conselho da universidade comunitária, que podem estar com maior ou menor articulação com as atividades que visem o desenvolvimento regional. Considerando que a sociedade possui assento nestes conselhos, é fundamental que levem as reais e prioritárias necessidades da comunidade local (GUMBOWAKY, 2014).

A gestão da universidade trabalha com a colaboração dos conselhos e a tomada de decisão dos projetos de ensino, pesquisa e extensão são selecionadas pelas prioridades estabelecidas entre elas. Por isso, é fundamental que as instituições e entidades regionais deixem claro à Universidade, a real necessidade da região, principalmente aos pesquisadores com incumbência de desenvolver programas de ensino, pesquisa e extensão. A falta de entrosamento da universidade com a sociedade pode trazer prejuízos significativos para ambas as partes (GUMBOWAKY, 2014).

Ações promovidas pelas ICES que contribuem com o desenvolvimento regional

As IES por necessidade dos critérios de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) são avaliadas sob a ótica de dez dimensões, as quais foram estabelecidas na Lei nº 10.861/2004. De acordo com o artigo terceiro da lei, a avaliação das instituições de educação superior tem por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

1. A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional – **Peso 5**
2. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades – **Peso 30**
3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. – **Peso 10**
4. A comunicação com a sociedade. – **Peso 05**
5. As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho – **Peso 20**
6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios. – **Peso 05**
7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação. – **Peso 10**
8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional. – **Peso 05**
9. Políticas de atendimento aos estudantes. – **Peso 05**
10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior – **Peso 05**

As dimensões dois, três, quatro e seis avalia o envolvimento e a interação das IES com a comunidade e representa 50% do peso da avaliação institucional. Entre as dimensões citadas, estão as atividades de extensão, pesquisa e o envolvimento da

comunidade organizada nos conselhos representativos das instituições de ensino superior.

Em 2014, com a reorganização do processo avaliativo do SINAES, as dimensões foram agrupadas em cinco eixos, conforme Quadro 02:

Eixos	Descrição	Dimensões	Peso
1	Planejamento e avaliação institucional	8	5
2	Desenvolvimento institucional	1 e 3	15
3	Políticas acadêmicas	2, 4 e 9	40
4	Políticas de gestão	5, 6 e 10	30
5	Infraestrutura física	7	10

Quadro 02 – Eixos de avaliação do SINAES

Fonte: dados da pesquisa.

O Quadro 02, demonstra que os maiores pesos nas avaliações das IES, estão nos eixos 03, referente às políticas acadêmicas e no eixo 04 políticas de gestão, que quando somadas, representam 70% do peso da avaliação das instituições de ensino superior. Nestes eixos encontram-se as dimensões que contribuem para caracterizar as ações praticadas pelas ICES no seu dia a dia, que contribuem para o desenvolvimento regional, conforme descreve as dimensões a seguir:

No eixo 03 contemplam-se as seguintes dimensões:

> **Dimensão 2 –** A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
>
> **Dimensão 4 –** A comunicação com a sociedade;
>
> **Dimensão 9 –** Políticas de atendimento aos estudantes.

No eixo 04 encontram-se:

> **Dimensão 5 –** As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
>
> **Dimensão 6 –** Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
>
> **Dimensão 10 –** Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior;

As dimensões de Políticas Acadêmicas e de Gestão, demonstram características que são evidenciadas em grande parte das ICES existentes, principalmente no que tange às políticas de interação com a comunidade, nas ações de pesquisa e extensão, representatividade nas decisões e comunicação com a sociedade.

A interação com a comunidade regional segundo Caldarelli, Câmara e Perdigão (2015, p. 88),

> [...] podem ser simples, como a associação do nome de determinada instituição a uma ação regional, prestação de serviços à comunidade, iniciativas de extensão, como também podem ser de base complexa, em que se destaca pesquisa, geração de capital humano, interação para a formação de bases industriais regionais e mecanismos de geração de difusão de inovações.

A Figura 06 mostra como o ensino, pesquisa e extensão de uma universidade comunitária promovem a interação com a região onde atuam, gerando o bem-estar, inovação e valorização da cultura.

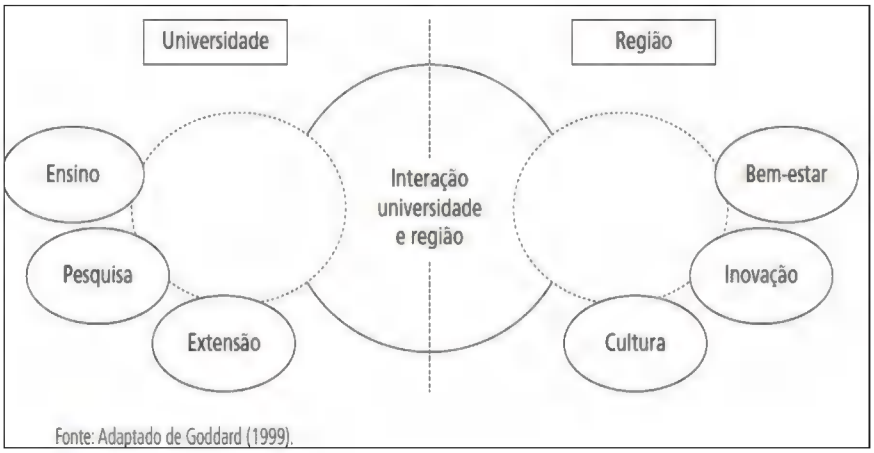


Figura 06 – Relação entre universidade e região

Fonte: Caldarelli; Camara e Perdigão (2015).

A Figura 06, demonstra a inserção das ICES na região, onde desenvolvem atividades de pesquisa e extensão, evidenciando a responsabilidade social destas IES com desenvolvimento regional.

Soma-se à missão institucional das universidades comunitárias, o tripé pesquisa, ensino e extensão, que giram em torno de produção e transmissão do conhecimento para a formação dos cidadãos. As atividades de extensão permitem a intervenção direta na realidade regional, capazes de articular pesquisa e ensino num único processo (BRASILEIRO; GONÇALVES; TARGINO, 2014).

As atividades de Extensão e de Pesquisa das instituições comunitárias demonstram a interação com a comunidade em que atuam, promovendo diversas atividades como a prestação de serviço à comunidade universitária e de seu entorno; promoção do

conhecimento por meio de cursos, seminários, laboratórios; atividades culturais e atendimentos das diversas áreas do conhecimento, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população (RIBEIRO, 2011).

A relação entre a universidade e a sociedade se viabiliza por meio da extensão, quando ocorre a aproximação, a integração e a parceria da universidade com a comunidade, possibilitando que a ciência e os saberes populares e culturais promovam novos conhecimentos para a sociedade (SANTOS JUNIOR, 2013).

Conforme Correa (2007, p. 36), as ações de extensão universitária podem ser classificadas nas seguintes áreas temáticas: comunicação; cultura; direitos humanos e justiça; educação; meio ambiente; saúde; tecnologia e produção; trabalho. Quanto às ações de extensão, elas podem ser classificadas como:

- **Programas:** Trata-se de um conjunto articulado de projetos integrados (ações, eventos etc.), geralmente de médio-longo prazo, envolvendo ensino e pesquisa;
- **Projetos:** Pode ou não ser vinculado a um programa. Deve ter objetivo específico e prazo determinado, além do caráter "educativo, social, cultural, científico, tecnológico";
- **Cursos:** São caracterizados pela ação pedagógica (teórica e/ou prática), o que pressupõe planejamento e organização sistemática e critérios de avaliação definidos, além de carga horária mínima de 8 horas (presencial ou na modalidade a distância);
- **Eventos:** congressos, seminários, ciclos de debates, exposições, espetáculos, eventos esportivos, festivais, entre outros;
- **Prestação de Serviço:** É a "realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior [...], se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem" (BRASIL, 2007, p. 36). São exemplos: atendimentos jurídicos e judiciais, atendimentos psicopedagógicos, consultas ambulatoriais, exames laboratoriais etc.

Com base no apresentado até o momento, evidenciou-se as diferentes formas de interações que podem ocorrer entre as ICES e as comunidades regionais em que atuam, evidenciando como as ações das universidades comunitárias contribuem para o desenvolvimento regional. Dessa forma, as universidades podem ser inseridas na sociedade do conhecimento.

Na seção seguinte, demonstrar-se-á como as ICES podem contribuir na sociedade do conhecimento.

Sociedade do conhecimento

As universidades comunitárias exercem papel de significativa relevância na difusão do conhecimento nas regiões onde exercem suas atividades, seja pelo ensino, extensão ou pós-graduação e ao longo dos anos contribuem com conhecimento desenvolvido e criado

nos municípios e arredores onde estão sediadas. Suas atividades de pesquisa e extensão contribuem com o conhecimento disseminado nas comunidades locais.

No atual cenário em que a sociedade se encontra, surgem novos grupos sociais e novos modelos econômicos, e nesse contexto as ICES podem contribuir na organização desses grupos sociais. O mundo está interligado tecnologicamente, o conhecimento e a habilidade com as novas tecnologias são essenciais para a vida no ambiente do trabalho, no ambiente pessoal e familiar. Entretanto, ter o acesso à informação não é suficiente, faz-se necessário transformar as informações em conhecimento, o que implica em uma gestão criativa de informações na concepção de contextos globais, na compreensão do seu caráter multidimensional e nas relações entre o todo e cada uma das partes (CAVICHIOLI, 2011).

Segundo Mota (1999, p. 01) "no final da década de 1990, o processo de mudança tecnológica atingiu uma velocidade e importância nunca vista na história humana". Os meios de informações, o avanço tecnológico num processo acelerado de novas descobertas e novas invenções contribuem no processo de produção do conhecimento.

Vivencia-se o momento de valorização do conhecimento que permeia saber capturar as informações, questioná-las, organizá-las e tecer críticas, bem como, empregá-las para responder e resolver problemas locais e regionais (GUIMARÃES; MAGALHÃES, 2016).

Neste cenário, as universidades são agentes facilitadores e interagem junto à comunidade do seu entorno, contribuindo significativamente para que as informações e conhecimentos compartilhados contribuam para o desenvolvimento e crescimento econômico ou social nas regiões em que atuam (CAVICHIOLI, 2011).

Ainda segundo Cavichioli (2011), aprender é um processo complexo, no qual o ser humano é o sujeito ativo na construção do conhecimento e a ação do sujeito sobre a realidade é de extrema importância na sociedade da aprendizagem. Nesse sentido, as ações das universidades comunitárias contribuem na formação desse sujeito ativo na sociedade em que vive.

Para Cabelleira (2007), as soluções tecnológicas ditam a velocidade dos mecanismos de controle da gestão e as pessoas configuram-se num capital intangível de alto valor agregado nas estruturas organizacionais. A gestão de grupos de trabalho com maior autonomia pode trazer mudanças profundas nas estruturas hierárquicas das organizações, contribuindo para o seu crescimento e desenvolvimento.

Nesse contexto, as informações e os conhecimentos são partes integrantes do capital e a hegemonia econômica deixa de pertencer apenas para o capital financeiro.

Desta maneira, segundo Bernheim e Chauí (2008, p. 07),

> [...] em lugar de prometer significativo progresso e desenvolvimento autônomo das universidades como instituições sociais, comprometidas com a vida das suas sociedades e articuladas a poderes diretos democráticos, a noção de sociedade do conhecimento sugere, ao contrário, tanto a heteronomia da universidade (quando ela produz conhecimento destinado a gerar mais informação para o capital financeiro, curvando-se às suas necessidades e à sua lógica), como a irrelevância da atividade universitária (quando a pesquisa é definida com autonomia pelas suas sociedades ou busca responder às suas necessidades sociais e políticas).

As atividades promovidas pelas ICES constroem um banco de dados com expressivo volume de conteúdo para os alunos, entretanto, sem incentivá-los a pensar, formando um "banco de dados", os quais não conseguem articular os dados recebidos. A estrutura curricular de disciplinas praticadas é um dos fatores que contribui para transferência engessada de informações (GUIMARÃES; MAGALHÃES, 2016).

Pode-se dizer, que o desenvolvimento do conhecimento permeia pela construção de uma visão integrada, com pensamento crítico sobre os fatos, com capacidade de articular e questionar informações, permitindo resolver problemas essenciais do dia a dia (GUIMARÃES; MAGALHÃES, 2016).

O ensino é entendido como transmissão de conhecimento. Para Bernheim e Chauí (2008, p. 13), "o ensino é concebido como uma habilitação para os graduados ingressarem no mercado de trabalho e serão eliminados alguns anos depois, ao tornaram-se obsoletos e dispensáveis" e o docente é uma pessoa apta para transmissão e treinamento de pessoas.

A universidade é uma instituição social que reflete a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade, e na universidade encontram-se opiniões, projetos e atitudes que se conflitam, divisões e contradições que são encontradas na sociedade como um todo. A universidade moderna fundamenta sua legitimidade no conhecimento direcionado pela lógica, tanto do ponto de vista de sua invenção, quanto da descoberta como a sua transmissão (BERNHEIM; CHAUÍ, 2008).

As pessoas compartilham experiências, valores pessoais e contribui com a identificação da organização. Quando estes valores são bem estruturados, cria-se uma cultura fortemente estabelecida nas organizações e possuem significado para o sucesso ou fracasso de novas estratégias que se pretendem implementar (CABELLEIRA, 2007).

Conforme Bernheim e Chauí (2008, p. 21), a Declaração Mundial sobre a Educação Superior para o Século XXI: visão e ação - inclui os seguintes conceitos com respeito à pertinência, os quais refletem a complexidade e a abrangência da missão social da educação superior contemporânea:

a. A pertinência da educação superior deve ser avaliada em função da adequação entre o que a sociedade espera das instituições e o que estas fazem. Isto exige padrões éticos, imparcialidade política, capacidade crítica e, ao mesmo tempo, melhor articulação com os problemas da sociedade e do mundo do trabalho, baseando as orientações de longo prazo em objetivos e necessidades societais, compreendidos o respeito pelas culturas e a proteção ambiental. A preocupação é de abrir acesso tanto à educação geral ampla como à educação especializada, específica para determinadas carreiras, muitas vezes interdisciplinar, centrada nas competências e aptidões, pois ambas preparam os indivíduos a viverem em situações diversas e a poder mudar de ocupação.

b. A educação superior deve reforçar seu papel de prestadora de serviço à sociedade, especialmente orientada a erradicar a pobreza, a intolerância, a violência, o analfabetismo, a fome, a doença e a degradação ambiental, sobretudo me-

diante uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar na análise dos problemas e das questões.

c. A educação superior deve fortalecer sua contribuição ao desenvolvimento de todo o sistema educacional, sobretudo para o aperfeiçoamento dos docentes, do desenvolvimento curricular e da pesquisa educacional.

d. Finalmente, a educação superior deve visar a criação de uma nova sociedade, não violenta e não-exploradora, formada por indivíduos altamente esclarecidos, motivados e integrados, inspirados pelo amor à humanidade e guiados pela sabedoria.

O avanço da sociedade do conhecimento proporciona mudanças no desenvolvimento econômico de regiões e países. Segundo Mota (1999, p. 01) "a valorização das atividades de ciência e tecnologia e de pesquisa e desenvolvimento para estados nacionais e empresas são evidências claras de processo".

Os objetivos das universidades e das organizações são diferentes, ambos fazem parte de um sistema e necessitam interagir para alcançar seus objetivos e os da sociedade. Para que isso ocorra, requer um esforço dessas organizações para que esta interação possa ser iniciada e mantida. O principal benefício para a universidade é o conhecimento que adquire sobre o funcionamento e a necessidade das organizações para as quais ela está formando recursos humanos (MOTA, 1999).

Segundo Mota (1999, p. 04), "podemos afirmar que o processo de parceria universidade-empresa segue algumas fases que iniciam no diálogo, intensificam-se com a convivência, até atingir a identificação cultural e a confiança". Existem diversas maneiras de se iniciar o diálogo, como: a participação em congressos, exposições e feiras; visitas programadas às empresas; visitas de empresários a centros de pesquisa universitários; debates científicos sobre temáticas previamente definidas.

Para Bernheim e Chauí (2008, p. 30), "é importante promover um relacionamento mais estreito e mutuamente benéfico entre os setores universitário e produtivo". Em muitos países, o distanciamento entre estas duas esferas são grandes, na qual ambas ignoram a existência da outra e o setor produtivo e industrial não toma conhecimento do trabalho realizado dentro das universidades, como as pesquisas e possíveis aplicações tecnológicas.

A relação entre universidade e o setor produtivo propicia que a educação superior possa atender as diversas necessidades dos setores da sociedade, entre eles o mundo do trabalho ou emprego. As instituições de educação superior contribuem com as mudanças do mundo do trabalho e analisam as principais tendências do trabalho, preparando-os para a "empregabilidade" (BERNHEIM; CHAUÍ, 2008).

Para Nunes e Silva (2011, p. 04), uma das responsabilidades da ICES é "preparar profissionais com domínio da linguagem técnica, em condições de utilizar novos equipamentos e capacidade de processar novas informações, além de contribuir na sociedade em que está inserida". Pode-se destacar que o fator permanente de riqueza nesse ciclo, é o homem e a sua capacidade intelectual e conhecimento (NUNES; SILVA, 2011).

Assim, segundo Correa; França e Bezerra (2015, p. 09):

> [...] é necessário uma conscientização de todos – organizações, governos, indivíduos – no sentido de que a sociedade só será totalmente "do conhecimento" a partir do momento em que ao menos a maioria das pessoas puder ter acesso aos conteúdos disponíveis e participar ativamente da construção do conhecimento interativamente, pensando na coletividade e propiciando compartilhar o saber, de modo e tornar a sociedade mais justa e igualitária.

É necessário que as pesquisas, projetos e conhecimentos produzidos nas universidades estejam alinhados com a realidade da sociedade, como elementos propulsores para novos estudos. Assim, o conhecimento produzido nas pesquisas das IES busque transformar a realidade social, intervindo em suas deficiências e não se limitando apenas à formação de alunos regulares da instituição (NUNES; SILVA, 2011).

É importante pensar coletivamente e elaborar novas ideias em benefício da sociedade. Nesse caso, as empresas privadas, órgãos públicos e cidadãos precisam engajar no mesmo propósito e trabalhar o senso crítico e a habilidade de transformar informações desconexas em conteúdo significativo, utilizando a tecnologia a favor das pessoas, empresas e da sociedade como um todo (CORREA; FRANÇA; BEZERRA, 2015).

Segundo Nunes e Silva (2011, p. 05), "a universidade pública enquanto um espaço de criação e recriação de conhecimento deve ser acima de tudo pública e, para tanto, a transformação social deve extrapolar os muros acadêmicos". As instituições de ensino não é somente um laboratório, ou objeto de estudo ou campo de pesquisas, e sim, uma instituição com pessoas, demandas, reivindicações, anseios e saberes que se encontram dentro e fora da universidade (NUNES; SILVA, 2011).

Ainda segundo Nunes e Silva (2011, p. 08), "a relação entre pesquisa e extensão ocorre quando a produção do conhecimento é capaz de contribuir para a transformação da sociedade." Porém, ainda não existe a preocupação dos órgãos de financiamento e gestão do ensino e da ciência, em atentar para as atividades de extensão, perdendo um elo de interação entre a universidade e a sociedade, com prejuízo para ambas.

Nessa seção, evidencia-se a importância das IES para o desenvolvimento e crescimento regional, por intermédio das diversas ações que promovem nas regiões em que atuam. Após a pesquisa bibliográfica buscou verificar se as ICES catarinenses possuem práticas semelhantes que podem caracterizá-las como agentes promotores do desenvolvimento regional na sociedade do conhecimento.

Assim, no próximo capítulo, apresentam-se os procedimentos metodológicos adotados nessa pesquisa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com base no princípio da interação das IES como agentes propulsores do desenvolvimento regional, propôs-se, realizar um estudo nas universidades comunitárias, pertencentes ao Sistema ACAFE, sobre a interação dessas instituições com a comunidade regional de atuação e evidenciado suas formas de envolvimento com a comunidade.

Delimita-se como lócus de estudo da pesquisa as ICES com as seguintes características:

- Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES);
- Universidades;
- Pertencentes à ACAFE; e
- Maior representatividade nas mesorregiões de atuações.

ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

O presente trabalho caracteriza-se como interdisciplinar. Segundo Philippi Junior e Neto (2011, p. 40), "interdisciplinaridade é a aximática comum de grupo de disciplinas conexas, definida em nível ou subnível hierárquico imediatamente superior, o que introduz uma noção de finalidade". Ainda de acordo com Philippi Junior e Neto (2011, p. 50):

> Interdisciplinar é a interação existente entre duas ou mais disciplinas, podendo ir da simples comunicação de ideias até a integração mutua dos conceitos diretos, da epistemologia, da terminologia, metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa e do ensino a elas relacionados.

Caracteriza-se este trabalho de pesquisa como interdisciplinar, por entender que possui relacionamento com diversas áreas do conhecimento, entre elas: ciências econômicas, história, sociologia, ciências políticas, administração, direito, entre outras.

Com relação aos objetivos, entende-se, como uma pesquisa descritiva e exploratória, em que a pesquisa exploratória tem como objetivo tornar mais explicito o problema e aprofundar as ideais sobre o estudo. Referente a ser descritiva, é porque este tipo de pesquisa descreve as características de uma população ou de um fenômeno, ou até mesmo estabelece relações entre os fenômenos (ALVES, 2007).

Com relação ao tipo de pesquisa identifica-se como uma pesquisa bibliográfica documental, a qual é desenvolvida exclusivamente, a partir de fontes já elaboradas, livros, artigos científicos, publicações periódicas, as chamadas fontes de papel (ALVES, 2007). Caracterizada como uma pesquisa de levantamento, que possui como características a interrogação direta das pessoas, cujo comportamento se deseja conhecer, procede-se a solicitação de informação a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado, para em seguida, mediante a abordagem quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados (GIL, 2008).

Referente à abordagem, caracteriza-se como uma pesquisa mista, segundo Creswell (2010, p. 27), "é uma abordagem da investigação que combina ou associa as

formas qualitativas e quantitativas. Envolve suposições filosóficas, o uso de abordagens qualitativas e quantitativas e a mistura das duas abordagens em um estudo". Para a coleta de dados foram realizadas treze entrevistas semiestruturadas com dirigentes das entidades da comunidade organizada da região de atuação das universidades, assim como dos dirigentes das ICES.

Com relação à pesquisa qualitativa entende-se como um meio para explorar e para obter, o entendimento do significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a determinados problemas sociais ou humanos (CRESWELL, 2010). Na pesquisa qualitativa, o pesquisador procura captar a situação ou fenômeno em toda a sua extensão, trata de levantar possíveis variáveis existentes e na sua interação, o verdadeiro significado da questão, daí a experiência do pesquisador ser fundamental (ALVES, 2007).

Com relação à concepção da pesquisa, trata-se ser uma pesquisa construtivista, a qual se caracteriza por ter como objetivo, confiar o máximo possível nas visões que o participante tem da situação a qual está sendo estudada. Sendo a intenção do pesquisador, extrair sentido dos significados que os outros atribuem ao mundo; os pesquisadores geram ou indutivamente desenvolvem uma teoria ou padrão de significado (CRESWELL, 2010).

A estratégia utilizada compreende ser um estudo com procedimentos mistos concomitantes, segundo Creswell (2010, p. 39), "são aqueles em que o pesquisador converge ou mistura dados quantitativos e qualitativos para realizar uma análise abrangente do problema da pesquisa."

A pesquisa utiliza-se de métodos mistos com coleta sequencial de dados quantitativos e qualitativos. Segundo Creswell (2010, p. 43), "o pesquisador baseia a investigação na suposição de que a coleta de diversos tipos de dados proporciona um melhor entendimento do problema da pesquisa." A pesquisa inicia com o levantamento amplo para generalizar os resultados para uma população. Na segunda fase concentra-se em entrevistas qualitativas abertas visando coletar diferentes pontos de vista detalhadas dos participantes.

CÁLCULO DO ÍNDICE DE INSERÇÃO REGIONAL DAS ICES

Para definir o Índice de Inserção Regional (IIR) das ICES, foi utilizada a metodologia de cálculo dos Índices de Inserção Regional das IES, aplicado por Rolim (2009), ao calcular o IIR das universidades federais. A proposta inicial do cálculo do IIR considerava quatro dimensões de impacto de uma IES sobre a região em que ela está inserida, subdivididas em subdimensões.

1ª. Dimensão: Contribuição da Pesquisa à Inovação Regional;

2ª. Dimensão: Contribuição do Ensino e Aprendizado ao Mercado de Trabalho e à Profissionalização;

3ª. Dimensão: Contribuição ao Desenvolvimento Social, Cultural e Ambiental; e

4ª. Dimensão: Capacitação Para a Cooperação Regional;

Para cada subdimensão foi construído um índice e após calculados os *i* índices, chega-se ao índice agregado para aquela dimensão, que é a média aritmética simples desses *i* índices. Repetindo-se o processo para cada uma das quatro dimensões consideradas, obtém-se o indicador procurado, que pode ser provisoriamente chamado de Índice de Inserção Regional (IIR), o qual consiste na média aritmética simples das quatro dimensões.

O IIR irá variar entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1 maior será o grau de integração da IES com a região.

Devido à dificuldade de informações, a proposta efetivada por Rolim (2009) para o cálculo do IIR, foi a partir das informações relativas às atividades de extensão universitária e coletar informações que permitissem obter indicações dos elementos presentes na segunda dimensão proposta inicialmente (contribuição do ensino e aprendizagem ao mercado de trabalho e à profissionalização), e, terceira dimensão (contribuição ao desenvolvimento social, cultural e ambiental) apresentadas no item anterior.

A proposta final para o cálculo do IIR foi construída com base em quatro dimensões:

1. A primeira dimensão considera os projetos de extensão universitária e o público atingido por eles;

2. A segunda dimensão considera os cursos presenciais de extensão universitária e o público atingido;

3. A terceira dimensão considera os cursos a distância de extensão universitária e o público atingido; e

4. A quarta dimensão considera a prestação de serviços institucionais.

Para as dimensões propostas foram consideradas as seguintes características de informações:

1 A primeira dimensão - relativa aos projetos de extensão realizados e ao público atingido por esses projetos.

Foram considerados os projetos integrantes de um programa estabelecido de extensão universitária. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), um programa de extensão universitária é um conjunto articulado de projetos e de outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços) com clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, executado a médio e longo prazo. Embora muitas universidades desenvolvam atividades de extensão não vinculadas aos programas, considerou-se que os projetos vinculados a um programa demonstram uma atividade com maior consistência e permanência no tempo (ROLIM, 2009).

Foram considerados, portanto, todos os projetos de extensão vinculados a um programa e o público atingido por eles. Esses projetos atenderam as seguintes áreas temáticas: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente,

saúde, tecnologia e produção, trabalho. Assim, para cada universidade essa dimensão foi composta pela somatória de projetos de todas as áreas temáticas, ponderados pelo número total de professores da IES, mais a somatória de todo o público respectivamente atingido por eles, ponderado pelo número total de professores da IES.

2 A segunda dimensão foram os cursos de extensão presenciais (com até 30 horas) e o número de alunos que eles atenderam e foram aprovados.

Esses cursos devem ter no mínimo oito horas e ter um processo de avaliação formal. Neste caso, foi dada uma ponderação maior aos cursos voltados para a produção industrial e agrícola, bem como aqueles voltados para as áreas médicas. Considera que, em decorrência da necessidade de mais equipamentos que esses cursos requerem, a sua oferta implica em um esforço maior das universidades. Dessa forma, tanto o número de cursos como o número de participantes foram multiplicados por 2. Esse critério é criticável, mas a sua introdução objetiva realçar o maior grau de dificuldade enfrentado. As demais áreas, como: ciências exatas e da terra, ciências sociais aplicadas, ciências humanas, linguística, letras e artes– tiveram peso 1.

Dessa maneira, para cada universidade, essa dimensão foi composta pela somatória de todos os cursos, de todas as áreas do conhecimento e algumas com peso 2. Ponderados pelo número total de professores da IES, mais a somatória do público respectivamente atingido por eles, ponderado pelo número total de professores da IES.

3 A terceira dimensão considerou os cursos de extensão a distância (com até 30 horas) e o público por ele atingido

O mesmo tipo de ponderação utilizado na dimensão anterior para os diferentes conjuntos de áreas do conhecimento foi aplicado. Todas as informações foram divididas respectivamente pelo número total de professores da IES.

Deve ser salientado que esse tipo de curso representa uma das tendências mais recentes do ensino superior em todo o mundo. É particularmente empregado em programa de formação continuada e *lifelong learning*.

4 A quarta dimensão considerada foi a prestação de serviços institucionais

Refere-se à realização de trabalhos oferecidos pela IES ou contratados por terceiros (comunidade ou empresa). A prestação de serviços engloba sete tipos e cada um pode atender a oito áreas do conhecimento. Cada tipo de prestação de serviços pode ter subdivisões, descritos a seguir.

4.1 – Atendimento ao público em espaços de cultura, ciência e tecnologia

- Espaços e museus culturais;
- Espaços e museus de ciência e tecnologia;
- Cines-clube;
- Outros;

4.2 – Serviço eventual

- Número de assessoria;
- Número de consultoria;
- Número de curadoria;
- Número de outros;

4.3 - Atividades de propriedade intelectual

- Número de depósitos de patentes e modelos de utilidades;
- Número de registro de marcas e softwares;
- Número de contratos de transferência de tecnologia;
- Número de registros de direitos autorais;

4.4 - Exames e laudos técnicos

- Número de laudos emitidos;

4.5 - Atendimento jurídico

- Número de atendimentos;

4.6 - Atendimento em saúde humana

- Número de consultas ambulatoriais (programadas);
- Número de consultas de emergência e de urgência;
- Número de internações;
- Número de cirurgias;
- Número de exames laboratoriais;
- Número de exames complementares;
- Número de outros atendimentos;

4.7- Atendimento em saúde animal

- Número de atendimentos veterinários ambulatoriais;
- Número de internações veterinárias;
- Número de cirurgias veterinárias;
- Número de exames laboratoriais e complementares em veterinária.

Cada subdimensões será composta pela somatória dos diferentes tipos de serviços que prestam em cada área de conhecimento, ponderadas pelo número total de professores da IES. O índice final da quarta dimensão é obtido pela média aritmética dos índices das sete subdimensões. Para o cálculo do índice final de cada universidade é determinada a média aritmética dos quatro índices obtidos em cada dimensão.

Cabe lembrar que as universidades consideradas possuem uma variação nas dimensões. Dessa forma, para tornar os valores comparáveis, cada indicador foi ponderado pelo número total de professores. Ou seja, os valores considerados representam a proporção da variável em relação ao número total de professores em exercício na universidade.

METODOLOGIA DE CÁLCULO DO IIR APLICADO

Com base na metodologia proposta, houve algumas adequações sobre as informações que compôs as dimensões pré-estabelecidas, de modo a adequar a realidade das ICES de Santa Catarina para calcular o IIR com as seguintes informações:

- **Primeira dimensão - relativa aos projetos de extensão realizados e ao público atingido por esses projetos**.
- Projetos integrantes de um programa estabelecido de extensão universitária;
- Público atingido;
- Áreas temáticas, comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, trabalho;
- Projetos vinculados a um programa que demonstram uma atividade com maior consistência e permanência no tempo;

Esta dimensão foi composta pela somatória de todos os projetos de todas as áreas temáticas, ponderados pelo número total de professores da IES, mais a somatória do público atingido por eles, ponderado pelo número total de professores da IES.

- **A segunda dimensão considerada foram os cursos de extensão presenciais (com até 30 horas) e o número de alunos que eles atenderam e foram aprovados.**
- Cursos com no mínimo oito horas e ter um processo de avaliação formal.
- Foi dada uma ponderação maior aos cursos voltados para as áreas médicas (em decorrência da necessidade de mais equipamentos que esses cursos requerem. A sua oferta implica em um esforço maior das universidades). Dessa forma tanto o número desses cursos como o número de participantes foram multiplicados por 2.

- As demais áreas das ciências exatas e da terra, ciências sociais aplicadas, ciências humanas, linguística, letras e artes – tiveram peso 1.

Essa dimensão foi composta pela somatória de todos os cursos de todas as áreas do conhecimento e algumas delas com peso 2, ponderados pelo número total de professores da IES, mais a somatória de todo o público respectivamente atingido por eles, ponderado também pelo número total de professores da IES.

- **A terceira dimensão a ser considerada são os cursos de extensão à distância (com até 30 horas) e o público por ele atingido.**

- O mesmo tipo de ponderação utilizado na dimensão anterior para os diferentes conjuntos de áreas do conhecimento foi aplicado. E todas as informações foram divididas respectivamente pelo número total de professores da IES.

A subdivisão 04, refere-se à prestação de serviço institucional:

- **A quarta dimensão considerada foi a presta**ção de serviços **institucionais.**

- Refere se à realização de trabalho oferecido pela IES ou contratado por terceiros (comunidade ou empresa). A prestação de serviços engloba sete tipos e cada um deles pode atender a oito áreas do conhecimento.

Cada tipo de prestação de serviços pode ter subdivisões:

4.1 - Atendimento ao público em espaços de cultura, ciência e tecnologia

- Espaços e museus culturais;

- Espaços e museus de ciência e tecnologia;

- Cines-clube;

- Outros.

4.2 - Serviço eventual

- Número de assessoria;

- Número de consultoria;

- Número de curadoria;

- Número de outros.

4.3 - Atividades de propriedade intelectual

- Número de depósitos de patentes e modelos de utilidades;

- Número de registro de marcas e softwares;

- Número de contratos de transferência de tecnologia;
- Número de registros de direitos autorais.

4.4 - Exames e laudos técnicos

- Número de laudos emitidos.

4.5 - Atendimento jurídico

- Número de atendimentos.

4.6 - Atendimento em saúde humana

- Número de consultas ambulatoriais (programadas);
- Número de consultas de emergência e de urgência;
- Número de internações;
- Número de cirurgias;
- Número de exames laboratoriais;
- Número de exames complementares;
- Número de outros atendimentos.

Foi acrescentada a quinta dimensão, que se refere aos cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* Presencial e aos cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu*:

- **Quinta dimensão - Programas de Pós-graduação *Lato* e *Stricto Sensu***
- Número de Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*;
- Número de Programas de *Stricto Sensu*;
- Número de Grupos de Pesquisas Vinculados aos PPGs.

Justifica-se a inclusão de uma quinta dimensão na análise do índice, por considerar que os cursos de pós-graduação *Lato Sensu* oportunizam uma especialização após a conclusão da graduação e uma melhor qualificação profissional. Se as instituições possuem bons cursos, os egressos retornarão à instituição. Esta é uma das maneiras das universidades contribuírem com a inserção dos seus egressos no mercado de trabalho.

Com relação aos Programas *Stricto Sensu*, justifica-se, considerando que esses programas consolidam grupos de pesquisas, que contribuem com o desenvolvimento da região, onde as pesquisas buscam entender os problemas locais e propor novas alternativas para solução e alternativas para melhorias de processos.

PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para realizar a coleta de dados para o cálculo do IIR, foi realizado contato via ACAFE, com dirigentes de seis universidades do Sistema, contemplando as mesorregiões do estado de Santa Catarina. Os dados iniciais para o cálculo do IIR foram coletados por meio do instrumento detalhado das cinco dimensões dos últimos cinco anos.

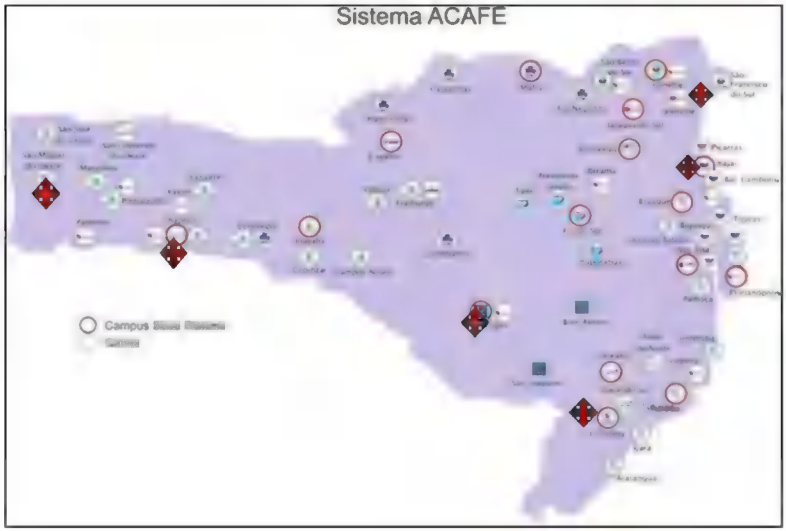


Figura 07 – Mapa do estado de Santa Catarina com as universidades da rede ACAFE

Fonte: Site da ACAFE (2016).

Além do cálculo do IIR das ICES, foram realizadas entrevistas com os dirigentes das seis universidades. O questionário base da entrevista buscou compreender junto aos dirigentes das ICES, se as ações promovidas pela Instituição estavam interagindo com a comunidade e contribuindo para o desenvolvimento regional por meio das ações de ensino, pesquisa e extensão.

Foram realizadas entrevistas com os representantes das associações empresariais dos municípios sedes das ICES, visando verificar se as atividades praticadas pelas instituições e as propostas definidas e divulgadas por elas, são percebidas da mesma maneira pela comunidade organizada local e regional. Em síntese, esta pesquisa buscou avaliar se as ações e as atividades de inserção comunitária divulgadas pelas instituições de ensino são conhecidas pela sociedade organizada da região, como ações que efetivamente contribuem para o desenvolvimento do entorno da universidade e da comunidade.

Foi utilizada a fórmula para o cálculo do IIR:

$$Isd\ ij = \frac{Sdij\ - Xsdi\ minimo}{Xsdi\ máximo - Xsdi\ minimo}$$

Sendo que:

Isd ij = Índice da subdimensão i na IES j;

Xsd ij = Valor que a subdimensão i assume na IES j;

Xsd i máximo = Valor máximo que a subdimensão i assume no conjunto das IES;

Xdi mínimo = Valor mínimo que a subdimensão i assume no conjunto das IES;

Após o cálculo dos índices, chega-se ao índice agregado para a dimensão, que é a média aritmética simples desses ***i*** índices. O processo é repetido para cada uma das cinco dimensões consideradas, obtendo o indicador procurado, o qual foi denominado de Inserção Regional (IIR), que consiste na média aritmética simples das quatro dimensões. A fórmula final do índice para cada uma das ***j*** IES consideradas é a que segue:

$$IIR = \frac{Id\ 1 + Id\ 2 + Id\ 3 + Id\ 4 + Id\ 5}{5}$$

O IIR irá variar entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1 maior será o grau de integração da IES com a sua região.

CATEGORIAS DE ANÁLISE

As categorias para análise propostas por Rolim (2009) para calcular o IIR que as ICES desenvolvem e contribuem com a região em que atuam, tem como base as seguintes dimensões:

1ª. Dimensão: Contribuição da Pesquisa à Inovação Regional - (Resposta às Demandas e Necessidades Regionais; Condições Estruturais para Promover a Pesquisa e a Inovação; Processos Facilitadores da Transmissão e Aproveitamento do Conhecimento);

2ª. Dimensão: Contribuição do Ensino e Aprendizado ao Mercado de Trabalho e à Profissionalização – (Territorialização do Processo de Aprendizagem; Atração de Estudantes e Emprego Regional; Promoção de Educação Contínua, Treinamento e Aperfeiçoamento Profissional; Formas Alternativas de Ensino; Otimização do Sistema Regional de Aprendizagem)

3ª. Dimensão: Contribuição ao Desenvolvimento Social, Cultural e Ambiental – (Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Cultural; Sustentabilidade Ambiental);

4ª. Dimensão: Capacitação Para a Cooperação Regional – (Mecanismos para Promover o Envolvimento Universidade-Região; Promoção Conjunta do Diálogo e Iniciativas de Interesse Regional; Avaliação e Mapeamento do Impacto da Universidade; Capacitação Institucional Para o Envolvimento Regional; Gerenciamento dos Recursos Humanos e Financeiros; Criação de uma Nova Cultura Organizacional).

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DOS LOCAIS DE PESQUISA

A definição das regiões que foram pesquisadas teve como base as características citadas, o Índice de Desenvolvimento Econômico Municipal Sustentável (IDEMS) calculado pela Federação Catarinense dos Municípios (FECAM), que concentra uma base de indicadores municipais nos seguintes temas: assistência social, demografia, economia, educação, finanças públicas, gestão de risco, saúde, habitação, segurança pública e meio ambiente. Este Índice é uma das ferramentas de indicadores com objetivo de avaliar os municípios segundo seu nível de desenvolvimento sustentável.

O referido índice é composto por 04 dimensões que representam 25% do total do índice geral e alguns índices possuem subdimensões com pesos diferentes, conforme se apresentado no quadro 03.

Dimensão	Subdimensão	Peso
Sociocultural – 25%	Educação	45%
	Saúde	35%
	Cultura	10%
	Habitação	10%
Economia – 25%	Economia e renda	100%
Ambiental – 25%	Meio Ambiente	100%
Político institucional – 25%	Participação social	30%
	Gestão pública	30%
	Finanças	40%

Quadro 03 – Composição do IDMS

Fonte: SIDMS/FECAM.

A determinação do IDMS é dada por meio do cálculo da média aritmética dos índices de cada dimensão e os índices das dimensões são calculados pela média ponderada das subdimensões, conforme os pesos de cada subdimensão demonstrada no quadro 03; e os índices das subdimensões são calculados pela média aritmética dos indicadores. Assim, a fórmula de cálculo do índice geral é:

$$IDMS = \frac{ID\text{-}SC + ID\text{-}E + ID\text{-}A + ID\text{-}PI}{4}$$

Onde:

IDMS - Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável

ID-SC - Índice de Desenvolvimento Municipal Sociocultural

ID-E - Índice de Desenvolvimento Municipal Econômico

ID-A - Índice de Desenvolvimento Municipal Ambiental

ID-PI - Índice de Desenvolvimento Municipal Político-institucional

Os índices e os subíndices municipais são classificados conforme o quadro 04, na classificação é utilizado indicadores e variáveis em todos os níveis do sistema, para verificar as classificações dos municípios e regiões tanto para o índice geral, quanto para dimensões e subdimensões. No quadro 04, apresenta-se a classificação do índice conforme o valor do IDMS calculado:

Valor do IDMS	Classificação
Maior ou igual a 0,875	Alto
Maior ou igual a 0,750 e menor do que 0,875	Médio alto
Maior ou igual a 0,625 e menor do que 0,750	Médio
Maior ou igual a 0,500 e menor do que 0,625	Médio baixo
Menor que 0,500	Baixo

Quadro 04 – Classificação do IDMS

Fonte: SIDMS/FECAM (2017a).

A parametrização das variáveis, ou seja, os valores fixados como máximos e mínimos para encaixar os índices dentro das classificações, foram definidos por meio de três métodos:

- Metas, pactos ou valores sugeridos por órgãos de referência nacional ou internacional, como a Organização Mundial de Saúde (OMS), Ministério da Educação etc.;
- Média do estado ou dos 25% melhores/ piores;
- Variáveis binárias, que só suportam os índices 0 ou 1.

No quadro 05, apresenta-se o índice calculado dos municípios que possuem ICES que são representativas nas mesorregiões do estado de Santa Catarina. Nesse quadro mostra que os municípios relacionados, possuem índices superiores à média estadual, o que pode ser um indicativo da contribuição das universidades comunitárias.

Ordem	Municípios	ID-SC	ID-E	ID-A	ID-PI	IDMS
1	Itajaí	0,783	0,793	0,674	0,812	0,766
2	Joinville	0,821	0,703	0,862	0,684	0,768
3	Criciúma	0,787	0,595	0,624	0,622	0,657
4	Lages	0,719	0,537	0,713	0,636	0,651
5	Chapecó	0,818	0,655	0,645	0,685	0,701
6	São Miguel do Oeste	0,803	0,58	0,413	0,639	0,609
	Média Estadual	0,721	0,559	0,48	0,669	0,608

Quadro 05 – Média dos Índices IDMS dos Municípios

Fonte: SIDMS/FECAM (2017c).

No quadro 06, apresenta-se os índices das mesorregiões do estado de Santa Catarina, e das seis mesorregiões, quatro possuem índice acima da média estadual que é de 0,608. Ainda se observa que as regiões localizadas no litoral catarinense são as que possuem o índice maior que a média estadual, com destaque para o Vale do Itajaí com 0,766, onde encontra a segunda maior ICES em número de alunos.

Ordem	Municípios	ID-SC	ID-E	ID-A	ID-PI	IDMS
1	Serrana	0,656	0,54	0,491	0,642	0,582
2	Oeste Catarinense	0,726	0,571	0,388	0,684	0,592
3	Vale do Itajaí	0,733	0,564	0,595	0,68	0,643
4	Grande Florianópolis	0,711	0,557	0,551	0,641	0,615
5	Norte Catarinense	0,739	0,536	0,585	0,621	0,620
6	Sul Catarinense	0,734	0,548	0,485	0,673	0,610
	Média Estadual	0,721	0,559	0,48	0,669	0,608

Quadro 06 – IDEMS das mesorregiões de Santa Catarina

Fonte: SIDMS/FECAM (2017c).

Os índices apresentados justificam a escolha das regiões a serem visitadas, evidenciando que as regiões que possuem ICES, o IDMS apresenta-se acima da média estadual. A pesquisa poderá apresentar evidências que permitam justificar se as ICES contribuem ou não para o desenvolvimento regional.

As ações promovidas pelas instituições de ensino nas diversas áreas sociais, culturais, econômicas e as evidências apontadas pelos índices apresentados, estão relacionados ao fato das maiores ICES estarem instaladas nesses municípios do estado de santa Catarina. Questiona-se se o IDMS elevado pode estar relacionado à inserção das

universidades comunitárias nessas regiões.

Conforme proposto, foi encaminhado o instrumento para coleta de dados para os dirigentes de seis universidades do Sistema ACAFE das mesorregiões do estado de Santa Catarina. Foram realizadas contato com as seguintes ICES do estado:

- Unoesc - Universidade do Oeste de Santa Catarina;
- Unochapecó - Universidade Comunitária Regional de Chapecó;
- Uniplac - Universidade do Planalto Catarinense;
- Unesc - Universidade do Extremo Sul Catarinense;
- Univali - Universidade do Vale do Itajaí; e
- Univille - Universidade da Região de Joinville.

Simultaneamente ao envio do instrumento de coleta de dados, foram agendadas entrevistas no período de setembro a dezembro de 2016, junto às instituições de ensino e às associações empresariais dos municípios sedes das ICES, conforme a seguir:

ACIC – Associação Empresarial de Criciúma;

ACIL – Associação Empresarial de Lages;

ACISMO – Associação Empresarial de São Miguel do Oeste;

ACIC – Associação Empresarial de Chapeco;

ACIJ – Associação Empresarial de Joinville; e

ACII – Associação Empresarial de Itajaí.

As ICES visitadas encontram-se no quadro 07 e apresentam algumas características dos municípios, conforme dados da FECAM.

	Criciuma	Chapeco	São Miguel do Oeste	Lages	Itajai	Joinville
Associação	AMREC	AMOSC	AMEOSC	AMURES	AMFRI	AMUNESC
Secretaria Regional	ADR Criciúma	ADR Chapeco	ADR São Miguel do Oeste	ADR lages	ADR Itajai	ADR Joinville
Area	236 Km²	624 Km²	234 Km²	2630 Km²	289 Km²	1147 Km²
População	209.153,00	209.553	39.390	158.620	208.958	569.645
Eleitores	141.522	140.373	29.110	12.694	143.201	372.925
PIB	6.480.936,04	7.713.606,57	1.216.501,54	4.255.422,22	17.128.932,09	24.570.850,78

Quadro 07 – Características dos municípios visitados

Fonte: SIDMS/FECAM (2017a).

A FECAM calcula o IDMS pela média aritmética dos índices calculados em quatro dimensões: sociocultural, econômica, política e ambiental. O quadro 08 apresenta a composição dos Indicadores dos municípios visitados.

	Criciúma	Chapecó	São Miguel do Oeste	Lages	Itajai	Joinville
SocioCultural	**0,809**	**0,839**	**0,812**	**0,767**	**0,798**	**0,850**
Educação	**0,804**	**0,820**	**0,836**	**0,657**	**0,754**	**0,836**
Acesso e Permanência Escolar	0,707	0,726	0,748	0,617	0,730	0,723
Desempenho Escolar	0,664	0,844	0,773	0,383	0,844	0,937
Infra estrutura escolar	0,956	0,957	0,954	0,931	0,749	0,879
Qualidade no Ensino	0,890	0,754	0,870	0,696	0,692	0,805
Saúde	**0,726**	**0,783**	**0,744**	**0,730**	**0,799**	**0,754**
Cobertura Atenção Basica	0,602	0,793	0,891	0,917	0,773	0,421
Fatores de Risco e Proteção	0,750	0,837	0,619	0,665	0,842	0,787
Morbidade	0,757	0,673	0,646	0,627	0,820	1,000
Mortalidade	0,793	0,827	0,818	0,709	0,759	0,809
Cultura	**0,794**	**0,844**	**0,761**	**0,788**	**0,817**	**0,900**
estrutura de Gestão para Promoção da Cultur	1,000	1,000	0,500	0,800	0,900	1,000
Infra estutura Cultural	1,000	1,000	0,921	1,000	1,000	1,000
Iniciativas Culturais da Sociedade	0,936	0,936	0,837	0,936	0,837	0,936
Recursos da Cultura	0,241	0,441	0,786	0,416	0,530	0,665
Habitação	**0,913**	**0,909**	**0,907**	**0,893**	**0,824**	**0,911**
Estutura de gestão para Politicas habitacionai	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
Qualidade habitacional	0,826	0,817	0,813	0,786	0,648	0,821
Economica	**0,595**	**0,655**	**0,580**	**0,537**	**0,793**	**0,703**
Economia	**0,595**	**0,655**	**0,580**	**0,537**	**0,793**	**0,703**
Agregação do valor Economico	0,487	0,680	0,472	0,538	1,000	0,774
Dinamismo economico	0,632	0,645	0,646	0,564	0,665	0,633
Nivel de renda	0,667	0,641	0,622	0,508	0,715	0,702
Ambiental	**0,624**	**0,645**	**0,413**	**0,713**	**0,674**	**0,862**
Meio Ambiente	**0,624**	**0,645**	**0,413**	**0,713**	**0,674**	**0,862**
Cobertura saneamento Basico	0,926	0,659	0,696	0,888	0,909	0,835
Gestão Ambiental	0,500	0,500	-	0,250	0,750	0,750
Preservação Ambiental	0,445	0,776	0,544	1,000	0,364	1,000
Politico Institucional	**0,619**	**0,688**	**0,640**	**0,636**	**0,683**	**0,692**
Finanças Publicas	**0,637**	**0,661**	**0,627**	**0,631**	**0,658**	**0,612**
Saude Financeira	0,988	0,985	0,844	1,000	1,000	0,777
Estimulo ao Investimento	0,182	0,202	0,383	0,300	0,974	0,254
Capacidade de receita	0,740	0,797	0,654	0,593	-	0,805
Gestão Publica	**0,723**	**0,891**	**0,871**	**0,819**	**0,943**	**0,956**
Articulação com o Exterior	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
Capacidade de planejamento	0,287	0,862	0,862	0,862	1,000	0,862
Gestão Financeira	1,000	1,000	0,833	1,000	1,000	1,000
Governo Eletronico	0,500	0,833	0,667	0,250	0,750	0,917
Qualidade no quadro funcional	0,829	0,761	0,994	0,981	0,965	1,000
Participação Social	**0,497**	**0,512**	**0,422**	**0,458**	**0,449**	**0,508**
participação Eleitoral	0,428	0,476	0,344	0,362	0,362	0,453
Representatividade de generos	0,565	0,547	0,500	0,554	0,536	0,563

Quadro 08 – Indicadores dos municípios visitados

Fonte: SIDMS/FECAM (2017a)

A classificação das dimensões estipuladas pela FECAM está distribuída pelo nível alto, médio alto, médio, médio baixo e baixo. Percebe-se que a dimensão sócio cultural dos municípios visitados é classificada no nível médio alto. Na dimensão de análise da FECAM encontram-se subdimensões que podem ter influências das atividades desenvolvidas pela ICES.

APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Para o cálculo do IIR das Instituições Comunitárias foram coletadas as informações junto às seis Universidades, descritas na Planilha de Coleta de Informações (anexo C), contemplando os dados proposto no modelo de Rolim (2009).

No quadro 09, apresenta-se o IIR das ICES visitadas para entrevista com os gestores:

Periodo	UNOESC	UNOCHAPECO	UNIPLAC	UNESC	UNIVALLI	UNIVILLE
2011	0,13	0,71	0,51	0,55	0,46	0,54
2012	0,13	0,71	0,51	0,53	0,58	0,54
2013	0,38	0,76	0,53	0,60	0,58	0,51
2014	0,39	0,77	0,51	0,66	0,56	0,51
2015	0,39	0,71	0,50	0,63	0,59	0,51

Quadro 09 – Índice calculado das ICES do Sistema ACAFE

Fonte: Dados da pesquisa.

Com base nos índices demonstrados no quadro 09, percebe-se que a universidade que apresenta maior IRR, segundo a metodologia aplicada, foi a UNOCHAPECÓ, seguida pela UNESC e UNIVALI. Entre as universidades visitadas em que foi calculado o IRR, a maioria estão acima 0,50.

Em virtude de apenas uma instituição apresentar informações sobre a dimensão 03, que trata dos cursos de extensão a distância, esta informação não foi considerada para o cálculo do Índice. Dessa maneira, percebe-se que em 2015, os índices calculados variaram entre 0,39 para o menor índice e 0,71 para o maior índice, resultando num índice médio de 0,56.

O gráfico representado na figura 08, apresenta a distribuição dos índices das instituições em relação à média calculada.

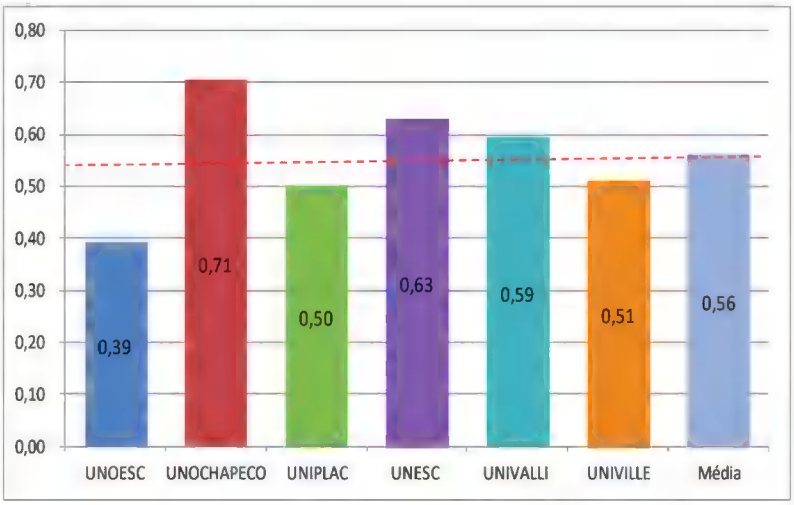


Figura 08 – Distribuição dos índices em relação à Média Calculada

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando os índices com base na média aritmética calculada de 0,56, verifica-se que, três universidades apresentam índices acima da média. E estes índices respaldam as informações coletadas nas entrevistas realizadas com os gestores das instituições e com os representantes das associações empresariais dos municípios sedes das instituições de ensino.

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Com base nas entrevistas, percebe-se que as características apontadas vão ao encontro das características apresentadas no capítulo 02, evidenciado que as atividades de extensão promovidas pelas ICES, promovem a interação entre a comunidade e a universidade.

Nas entrevistas realizadas nas universidades e nas associações empresariais, as falas foram unânimes quando ressaltaram a importância da universidade para o desenvolvimento local, contribuindo com a formação de mão de obra para a região, promovendo o empreendedorismo local, assim como contribuem com a formação de profissionais qualificados.

As associações empresariais apontam que uma das principais atividades promovidas pelas instituições de ensino é o assistencialismo, que muitas vezes substituem o papel do Estado. Porém, as instituições não se veem reconhecidas pelo governo pelas atividades prestadas à comunidade.

Por outro lado, as associações empresariais afirmam que as instituições de ensino poderiam ampliar a interação com a comunidade empresarial para pensarem juntos a promoção do desenvolvimento e o crescimento regional.

Considerando as categorias de análise de Rolim (2009), pode se dizer que:

1ª. Dimensão: Contribuição da Pesquisa à Inovação Regional - (Resposta às Demandas e Necessidades Regionais; Condições Estruturais para Promover a Pesquisa e a Inovação; Processos Facilitadores da Transmissão e Aproveitamento do Conhecimento)

Nas entrevistas com as universidades, elas afirmam que contribuem para a pesquisa e inovação para a promoção do desenvolvimento regional. As associações empresariais e as ICES afirmam que os processos de relacionamentos com as entidades ainda estão muito distantes. Alguns destacaram que existe um "divórcio" entre a academia e a classe empresarial e outros afirmam que a relação é muito tímida. De maneira geral, todos mencionam que é de extrema importância que esta aproximação aconteça o mais rápido possível, pois por serem instituições que pensam no desenvolvimento regional, precisam conversar e estreitar o relacionamento. Conforme mencionado nas entrevistas, "se não o fizerem por vontade própria, serão obrigadas a fazer pela dor e pela necessidade".

Nos quadros a seguir, demonstra-se um resumo das percepções encontradas nas entrevistas, com base nas categorias propostas por Rolim (2009). Serão descritos os indicadores apontados igualmente pelas seis universidades.

ordem	Evidências nas Instituições de Ensino	Unochapecó	UNESC	Itajaí	Univille	Uniplac	Unoesc	Categoria	Sub Categoria
1	Tem como diferencial o relacionamento com a comunidade por meio da atuação	x	x	x			x	1	1
2	Agente de desenvolvimento regional, sendo referência para o desenvolvimento da região	x	x	x	x	x	x	1	1
3	Prestação de serviço por meio de parques tecnológicos ou laboratórios	x	x	x	x	x	x	1	2
4	O modelo de governança integra a tríplice hélice	x						1	3
5	O município tem a instituição como parceira	x	x	x	x	x	x	1	1
6	Projetos de extensão atacam problemas locais e regionais e tentam resolver	x	x	x	x	x	x	1	1
7	A atuação como universidade comunitária corresponde à expectativa da sociedade	x	x	x	x		x	1	1

8	Construção do parque científico e tecnológico	x	x	x	x		x	1	2
9	Possuem depósitos de patentes	x	x					1	2
10	Possuem núcleo inovação tecnológica NIT	x	x		x			1	2
11	Projetos de P&D		x					1	1
12	Possuem núcleo de empreendedorismo		x		x			1	2
13	Pesquisa com reconhecimento internacional		x					1	3
14	Possuem incubadoras	x	x	x	x	x	x	1	2
15	Na pesquisa está envolvida em resolver questões que tem impacto na sociedade local	x	x	x	x	x	x	1	1
16	As ações da Instituição influenciam nas decisões da comunidade	x	x	x	x		x	1	1

Quadro 10 - Categoria 01- Contribuição da Pesquisa a Inovação Regional

Fonte: dados da pesquisa

Para as ICES, a contribuição da pesquisa e a inovação regional ocorre como agente de desenvolvimento regional, sendo referência quando prestam serviço por meio de parques tecnológicos ou laboratórios; quando o município tem a instituição como parceira; quando projetos de extensão resolvem problemas locais e regionais; quando possuem incubadoras; e quando a pesquisa envolve questões de impacto na sociedade local.

ordem	Evidências nas associações empresariais	ACIC Chapecó	ACIC Criciúma	ACII Itajaí	ACIJ Joinville	ACIL Lages	ACISMO S. M O	Categoria	Sub Categoria
1	Prestação de serviço ainda deixa a desejar devido ao distanciamento com o setor produtivo		x		x	x	x	1	1
2	As atividades da universidade contemplam em parte, o segmento empresarial		x		x		x	1	3
3	Tem conhecimento que na universidade existem projetos de P& D		x					1	2
4	Talvez com os parques tecnológicos seja o momento de aproximação		x					1	1
5	Falta de mobilização da universidade para divulgar os resultados de pesquisas					x		1	3
6	Falta o Link da universidade como empreendedor, a universidade precisa fomentar a visão do empreendedorismo aos professores e alunos					x		1	3
7	A universidade é um vetor do desenvolvimento, mas não é o canal do desenvolvimento					x		1	1
8	Universidade pesquisa mais para ela, para publicação, tem que continuar fazendo isso, mas vai ter que abrir uma área de pesquisa Empresarial		x			x		1	2
9	A produção científica deveria ter outro viés, além apenas da publicação, deveria o aluno saber o que aquele objeto de estudo reverte para a sociedade					x		1	1

Quadro 10.1 – Categoria 01- Contribuição da Pesquisa a Inovação Regional

Fonte: dados da pesquisa

Na percepção das associações empresariais, a contribuição da pesquisa a inovação regional ainda é falha, porque a prestação de serviço ainda deixa a desejar devido ao distanciamento com o setor produtivo e as atividades da universidade contemplam em parte o segmento empresarial.

Ordem	Subcategorias	ICES		ACICs	
		Quant.	%	Quant.	%
1	Resposta às demandas e necessidades regionais	08	50%	4	44,44%
2	Condições estruturais para promover a pesquisa e a inovação	06	38%	2	22,22%
3	Processos facilitadores da transmissão e aproveitamento do conhecimento	02	12%	3	33,33%
	Total	**16**	**100%**	**9**	**100%**

Quadro 10.2 – Análise da Categoria 01- Contribuição da Pesquisa a Inovação Regional

Fonte: dados da pesquisa

Em síntese, os resultados apontam na categoria de análise 01, dezesseis subcategorias por parte das ICES e nove subcategorias pelas ACICs, destacando que as associações empresariais apontaram para as necessidades de melhorar os relacionamentos entre as partes para que consigam corresponder com as propostas das subcategorias.

Enquanto as instituições mencionam que correspondem com as expectativas para o desenvolvimento regional, as associações empresariais destacam o distanciamento das universidades, chegando a afirmar que existe um divórcio entre as duas entidades. Umas das associações empresariais entrevistada afirma que "*este vácuo de espaço, este **gap** que existe entre os dois mundos, é que precisa avançar, a universidade é uma fonte de pesquisa* ***e se você partir para a vala comum, não se chega a lugar nenhum, tem que ser ousado e ousar é investir em pesquisa.***"

2ª. Dimensão: Contribuição do Ensino e Aprendizado ao Mercado de Trabalho e à Profissionalização – (Territorialização do Processo de Aprendizagem; Atração de Estudantes e Emprego Regional; Promoção de Educação Contínua, Treinamento e Aperfeiçoamento Profissional; Formas Alternativas de Ensino; Otimização do Sistema Regional de Aprendizagem)

As entrevistas nas ICES e nas associações empresariais, mostram que as atividades promovidas pelas universidades contribuem com a aprendizagem dos profissionais para o mercado de trabalho e para a profissionalização da mão de obra regional. As ICES atraem jovens de municípios vizinhos e município onde se encontra a universidade, contribuindo para o desenvolvimento desses municípios.

Ainda, contribuem com o movimento econômico local, atraindo estudantes que vem residir e trabalhar no município sede das ICES durante o período em que estão em formação, sendo potenciais estagiários ou empregados qualificados, contribuindo para o desenvolvimento econômico das empresas locais.

As entrevistas destacaram que as universidades comunitárias conseguem desempenhar o seu papel de formação de mão de obra qualificada, fato que é percebido e reconhecido tanto pelos gestores das instituições de ensino como pelas associações empresariais.

ordem	Evidências nas Instituições de Ensino	Unochapecó	UNESC	Itajaí	Univille	Uniplac	Unoesc	Categoria	Sub Categoria
1	Existência da proximidade com o setor produtivo	x		x	x		x	2	2
2	Mantêm o relacionamento com a comunidade por meio dos cursos de extensão e prestação de serviços	x	x	x	x	x	x	2	3
3	Proporciona a formação nas diversas áreas com cursos específicos	x	x	x	x			2	1
4	Cursos de graduação voltados para atividades econômicas regionais			x	x	x		2	1

Quadro 11 – Categoria 02 - Contribuição do Ensino e Aprendizado ao Mercado de Trabalho e à Profissionalização

Fonte: dados da pesquisa

Para as ICES, o ensino desenvolve o aprendizado necessário ao mercado de trabalho e a profissionalização ocorre quando mantêm o relacionamento com a comunidade por meio dos cursos de extensão e prestação de serviços.

ordem	Evidências nas associações empresariais	ACIC Chapecó	ACIC Criciúma	ACII Itajaí	ACIJ Joinville	ACIL Lages	ACISMO S. M O	Categoria	Sub Categoria
1	Precisa revisar currículos escolares de maneira a continuar sendo geradora de mão de obra qualificada		x					2	3
2	A Instituição ajuda o setor produtivo com cursos e atividades de extensão		x	x				2	3
3	A Universidade promove a formação e capacitação de profissionais que ficam no município e região			x		x	x	2	3
4	Possui programas de formação para as atividades econômicas locais e regionais			x				2	5

Quadro 11.1 – Categoria 02 - Contribuição do Ensino e Aprendizado ao Mercado de Trabalho e à Profissionalização

Fonte: dados da pesquisa

Para as associações empresariais, o ensino necessário para o mercado de trabalho e à profissionalização não foi relevante, visto que somente 3 associações empresariais apontaram que a Universidade promove a formação e capacitação de profissionais que ficam no município e região.

Ordem	Subcategorias	ICES		ACICs	
		Quant.	%	Quant.	%
1	Territorialização do processo de aprendizagem	2	50%	0	0%
2	Atração de estudantes e emprego regional	1	25%	0	0%
3	Promoção de educação contínua, treinamento e aperfeiçoamento profissional	1	25%	3	75%
4	Formas alternativas de ensino	0	0%	0	0
5	Otimização do sistema regional de aprendizagem	0	0%	1	25%
	Total	**04**	**100%**	**5**	**100%**

Quadro 12 – Análise da Categoria 03 - Contribuição do Ensino e Aprendizado ao Mercado de Trabalho e à Profissionalização

Fonte: dados da pesquisa

Nessa dimensão foram pontuadas algumas evidências destacadas nas entrevistas:

As ICES afirmam que o ensino contribui para o desenvolvimento da região por meio da oferta de cursos voltados para a necessidade da região, como destacada na entrevista da UNIVALLI, quando menciona que possui cursos voltados para a área portuária.

As associações empresariais não destacam a contribuição das ICES para o ensino e aprendizagem, pois, apresentaram críticas quanto a necessidade de cursos voltados para as características regionais, que contribuam com a demanda de mão de obra local e assim contribuírem com as empresas regionais.

3ª. Dimensão: Contribuição ao Desenvolvimento Social, Cultural e Ambiental – (Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Cultural; Sustentabilidade Ambiental)

Em todas as entrevistas, ficou evidente que as ICES contribuem significativamente para o desenvolvimento social, cultural e ambiental, e em algumas regiões, as atividades culturais acontece especialmente devido às ações promovidas pelas ICES. Muitas das atividades culturais constam nos calendários locais dos municípios, sendo este um dos diferenciais apontados pelas associações empresariais.

Com relação ao desenvolvimento social, foi destacado tanto pelas associações empresariais como pelas universidades, as ações promovidas pelas atividades de extensão na área assistencial na área da saúde e jurídica, tanto nos bairros como nos atendimentos nas próprias instituições.

Quanto à sustentabilidade ambiental, algumas das universidades são destaque nesta atividade por meio de projetos institucionais e projetos fomentados com recursos de empresas públicas. Algumas são reconhecidos pelas associações empresariais como destaque positivo das instituições de ensino.

ordem	Evidências nas Instituições de Ensino	Unochapecó	UNESC	Itajaí	Univille	Uniplac	Unoesc	Categoria	Subcategoria
1	Atuação nas áreas do esporte, cultura, e na parte de assistencialismos nas áreas da saúde e jurídica	x	x	x	x	x	x	3	1 e 2
2	Prestação de serviço, por meio de parques tecnológicos ou laboratórios	x	x	x	x	x	x	3	3
3	Relação de consultor produtivo na relação com a comunidade	x		x	x		x	3	3
4	A Instituição é reconhecida e lembrada como referência pelas atividades e ações desenvolvidas	x	x	x	x			3	1
5	Projetos de extensão atacam problemas locais e regionais e tentam resolver	x	x	x	x	x	x	3	3
6	Possuem envolvimento direto com a comunidade	x	x	x	x	x	x	3	1
7	Contribui com o desenvolvimento mobiliário		x		x			3	1

Quadro 13 – Categoria 03 - Contribuição ao Desenvolvimento Social, Cultural e Ambiental

Fonte: dados da pesquisa

Para as instituições de ensino a contribuição para o desenvolvimento social, cultural e ambiental ocorrem: 1) durante a atuação no esporte; 2) cultura; 3) assistencialismos nas áreas da saúde e jurídica; 4) prestação de serviço; 5) parques tecnológicos ou laboratórios; e 6) projetos de extensão que resolvem problemas locais e regionais com envolvimento direto com a comunidade.

ordem	Evidências nas Associações Empresariais	ACIC Chapecó	ACIC Criciúma	ACII Itajaí	ACIJ Joinville	ACIL Lages	ACISMO S. M O	Categoria	Subcategoria
1	A universidade é conhecida pelas diversas atividades que desenvolve	x	x	x	x		x	3	1
2	Conhecem as atividades assistenciais e culturais promovidas pela Universidade	x	x	x	x	x	x	3	1
3	A universidade possui atividades específicas para determinadas áreas voltadas para a comunidade em geral			x			x	3	1
4	A universidade é voltada ao assistencialismo, falta o link no fomento econômico					x		3	1

Quadro 13.1 – Categoria 03 - Contribuição ao Desenvolvimento Social, Cultural e Ambiental

Fonte: dados da pesquisa

A contribuição ao desenvolvimento social, cultural e ambiental é percebida pelas associações empresariais quando: 1) a universidade desenvolve diversas atividades na área; 2) as atividades assistenciais; e 3) nas atividades culturais promovidas pela universidade.

Ordem	Subcategorias	ICES		ACICs	
		Quant.	%	Quant.	%
1	Desenvolvimento Social	4	50%	4	100%
2	Desenvolvimento Cultural	1	12,5%	0	0%
3	Sustentabilidade Ambiental	3	37,5%	0	0%
	Total	**8**	**100%**	**4**	**100%**

Quadro 13.2 – Análise Categoria 03 - Contribuição ao Desenvolvimento Social, Cultural e Ambiental

Fonte: dados da pesquisa

Nessa dimensão, as ICES destacaram o Desenvolvimento Social, como as atividades sociais, culturais e ambientais promovidas com envolvimento das instituições de ensino dentro do ambiente interno da ICES, principalmente na área da saúde e no esporte, sendo apontado com destaque pela comunidade externa à instituição.

As ICES participam em projetos ambientais, porém, essas atividades são desconhecidas pela comunidade empresarial.

Outro ponto que foram destaques nas falas das ICES, são as atividades culturais e eventos que organizam, inseridos no calendário dos municípios, porém não foram destacados pelas associações empresariais.

4ª. Dimensão: Capacitação Para a Cooperação Regional – (Mecanismos para Promover o Envolvimento Universidade-Região; Promoção Conjunta do Diálogo e Iniciativas de Interesse Regional; Avaliação e Mapeamento do Impacto da Universidade; Capacitação Institucional Para o Envolvimento Regional; Gerenciamento dos Recursos Humanos e Financeiros; Criação de uma Nova Cultura Organizacional).

Com relação a essa categoria, as entrevistas demonstram a existência de vários mecanismos de extensão ou pesquisa que conseguem promover o envolvimento das universidades com a região, atividades estas que são destacadas por ambas as partes.

As falas foram unânimes em todas as universidades e associações empresariais: falta a promoção de um diálogo conjunto entre universidade e associação empresarial que busquem pensar juntos em soluções para as demandas regionais. De acordo com os entrevistados, em alguns municípios essa aproximação já ocorre, porém, necessita que estreitem o relacionamento para que pensem concretamente em mudanças estruturais que contribuam com o desenvolvimento da região.

Ambos entendem que as regiões possuem o grau de desenvolvimento que tem, em virtude da inserção das ICES. Não se cogita pensar o município sem a universidade, pois, tudo deixaria de existir também, ou tudo que aconteceu ou acontece devido às instituições de ensino.

ordem	Evidências nas Instituições de Ensino	Unochapecó	UNESC	Itajaí	Univille	Uniplac	Unoesc	Categoria	Subcategoria
1	Tem como diferencial o relacionamento com a comunidade por meio da atuação	x	x	x			x	4	2
2	Agente de desenvolvimento regional, sendo referência para o desenvolvimento da região	x	x	x	x	x	x	4	2
3	Prestação de serviço por meio de parques tecnológicos ou laboratórios	x	x	x	x	x	x	4	1
4	Relação de consultor produtivo na relação com a comunidade	x		x	x		x	4	1
5	Comunidade participa das decisões da universidade por meio dos conselhos	x	x	x	x	x	x	4	6

6	Existência da proximidade com o setor produtivo	x		x	x		x	4	2
7	Envolvimento com entidades regionais como Acic, conselhos e outros tendo representantes nestas associações	x	x	x	x	x	x	4	4
8	A instituição tenta mostrar que não tem cor e nem partido	x	x	x	x		x	4	6
9	Existe a relação com o poder público municipal	x	x	x	x	x	x	4	2
10	O município tem a instituição como parceira;	x	x	x	x	x	x	4	2
11	Construção do parque científico e tecnológico;	x	x	x	x		x	4	1
12	Possuem depósitos de patentes	x	x					4	1
13	Possuem núcleo inovação tecnológica NIT	x	x		x			4	1
14	Possuem envolvimento direto com a comunidade	x	x	x	x	x	x	4	2
15	A Instituição é muita acolhida pela comunidade	x	x	x	x		x	4	4
16	Possuem indicação geográfica		x					4	1
17	Na pesquisa está envolvida em resolver questões que tem impacto na sociedade local	x	x	x	x	x	x	4	2
18	As ações da instituição influenciam nas decisões da comunidade	x	x	x	x		x	4	3

Quadro 14 – Categoria 4 - Capacitação para a Cooperação Regional

Fonte: dados da pesquisa

As ICES destacaram que a capacitação para a cooperação regional ocorre: 1) como agente de desenvolvimento regional, sendo referência para o desenvolvimento da região; 2) prestador de serviço por meio de parques tecnológicos ou laboratórios; 3) participação da comunidade nas decisões da universidade por meio dos conselhos; 4) envolvimento com entidades regionais como as Associações Empresariais, conselhos e outros representantes nestas associações; 5) quando existe a relação com o poder público municipal; 6) quando o município tem a instituição como parceira; 7) quando possuem envolvimento direto com a comunidade; 8) quando a pesquisa busca resolver questões de impacto na sociedade local.

ordem	Evidências nas Associações Empresariais	ACIC Chapecó	ACIC Criciúma	ACII Itajaí	ACIJ Joinville	ACIL Lages	ACISMO S. M O	Categoria	Sub Categoria
1	A universidade é de extrema importância e desenvolve um papel especial em apoio ao desenvolvimento regional	x	x	x	x	x	x	4	3
2	O segmento empresarial está contemplado com as ações da universidade	x		x	x			4	4
3	A relação se estreita a partir da participação das decisões nos conselhos	x		x				4	6
4	Existe um vácuo entre o mundo acadêmico e o mundo empresarial		x			x	x	4	1
5	Precisa existir conversa entre os dois mundos para estreitar o relacionamento		x		x	x	x	4	1
6	Os dois mundos precisam se juntar para alavancar mais o desenvolvimento regional o envolvimento entre ambos ainda é muito tímido		x		x	x	x	4	2
7	Compete à universidade pelo papel pesquisador a fazer a frente e se abrir buscando mais o setor empresarial		x					4	2
8	A representação da universidade se dá por meio da participação nos conselhos	x	x	x	x	x	x	4	6
9	Deve se buscar alternativas de aumentar a velocidade de aproximação		x		x	x		4	2
10	A associação consegue ter uma participação bem ativa nas atividades desenvolvidas pela universidade	x		x	x			4	1
11	As associações não interferem nas decisões da universidade, mas sua opinião tem peso				x			4	4
12	Percebem que a Universidade tenta estar no meio da comunidade, mas nem sempre consegue					x		4	1
13	O segmento empresarial participa pouco das atividades promovidas pela universidade		x		x	x	x	2	2
14	Falta a comunidade saber o que a universidade tem além dos cursos de graduação e pós- graduação					x		4	3

Quadro 14.1 – Categoria 4 - Capacitação para a Cooperação Regional

Fonte: dados da pesquisa

Para as associações empresariais a capacitação para a cooperação regional, a universidade é de extrema importância e desenvolve um papel especial de apoio ao desenvolvimento regional e a representação da universidade se dá por meio da participação nos conselhos.

ordem	Subcategorias	ICES		ACICs	
		Quant.	%	Quant.	%
1	Mecanismos para promover o envolvimento universidade-região	6	33,33%	4	28,57%
2	Promoção conjunta do diálogo e iniciativas de interesse regional	7	38,89%	4	28,57%
3	Avaliação e mapeamento do impacto da universidade	1	5,56%	2	14,29%
4	Capacitação institucional para o envolvimento regional	2	11,11%	2	14,29%
5	Gerenciamento dos recursos humanos e financeiros	0	0%	0	0
6	Criação de uma nova cultura organizacional	2	11,11%	2	14,29%
	Total	**18**	**100%**	**14**	**100%**

Quadro 14.2 – Análise Categoria 04 - Capacitação para a Cooperação Regional

Fonte: dados da pesquisa

Nessa quarta categoria, destaca-se: a participação das ICES como agentes de desenvolvimento regional, percebido como ponto positivo pelas instituições de ensino e pelas associações empresariais, porém, existem críticas quanto ao distanciamento entre a academia e o setor produtivo.

Destacam-se algumas evidências relevantes dessa pesquisa: as associações empresariais afirmam que a universidade precisa se voltar para o setor produtivo e contribuir com pesquisas para o desenvolvimento regional. Em algumas regiões, há necessidade de cursos voltados para as competências econômicas da região, fato apontado como positivo no norte do estado, onde as duas ICES visitadas possuem cursos voltados para as demandas regionais.

Diante dessas considerações e na tentativa de demonstrar a contribuição desta pesquisa, destacam-se as características e percepções identificadas durante as entrevistas, que vão de encontro com os diversos estudos sobre o papel das universidades em responder as demandas da sociedade, descritos na fundamentação teórica.

ANÁLISE DOS DADOS

O estudo foi construído a partir de pesquisa em artigos e bibliografias sobre as características das ICES e como contribuem para o crescimento e desenvolvimento regional. Procurou demonstrar como a população e a classe empresarial percebem as interações entre as ICES e a comunidade regional.

Inicialmente procurou entender a origem das instituições de ensino superior e as características comunitárias dessas IES. As ICES surgiram por meio de fundações educacionais criadas pelos municípios do estado de Santa Catarina. Atualmente, são grandes instituições, devido a sua representatividade na comunidade regional, sendo

consideradas ícones nos municípios sedes em que atuam.

As universidades interagem com as comunidades, por meio do ensino, pesquisa e extensão, conforme pode ser evidenciado na figura 09, demonstrando o modelo sistêmico mencionado por (REIS; BANDOS, 2012).

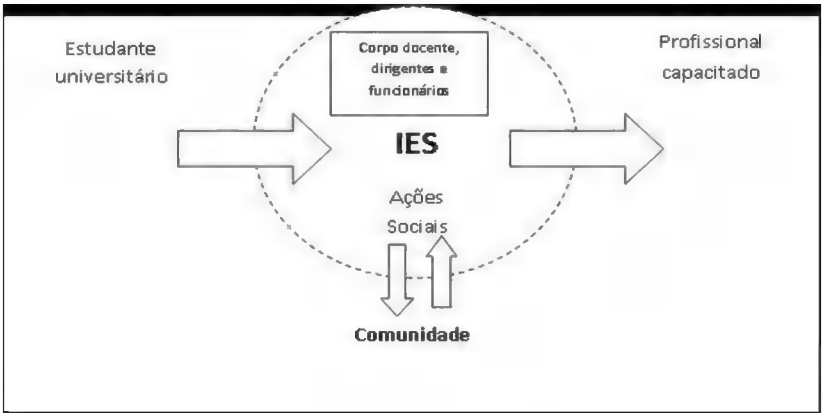


Figura 09 – Abordagem sistêmica da responsabilidade social das IES

Fonte: Reis e Bandos (2012).

A abordagem sistêmica da responsabilidade social das IES abordado por Reis e Bandos (2012), foram identificadas nas entrevistas com os gestores das ICES e com os representantes das associações empresariais. A interação das instituições foi apontada pelas atividades de caráter social realizados pelo corpo docente e discente por meio de projetos de extensão, ações culturais e esportivas.

Foram evidenciados que as ICES precisam ir além do ensino, necessitam buscar alternativas que fortaleçam os pilares que as caracterizam como universidade. Fato mencionado por Fleck (2011), para que as ICES possam contribuir para o desenvolvimento regional, devem se engajar nos objetivos que proporcionem o crescimento e melhorias socioeconômicas da região.

Os impactos regionais das ICES foram evidenciados pelas ações e pelos sentimentos demonstrados nas falas dos gestores das instituições e pelos representantes das associações empresariais, corroborando com Serra e Rolim (2009), conforme demonstra a figura 10:

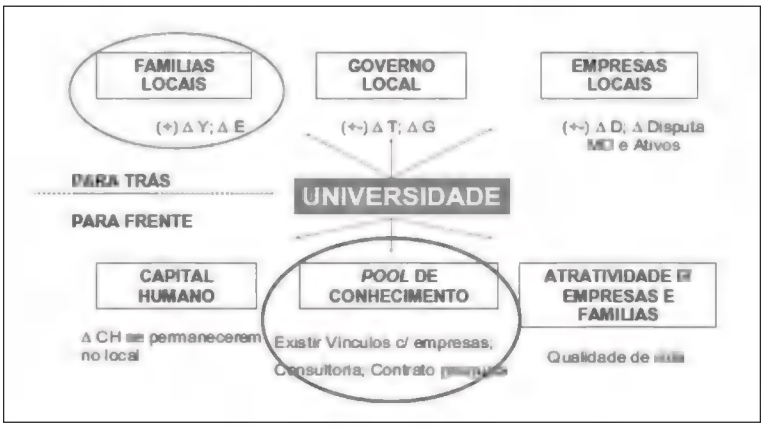


Figura 10 – Impactos regionais de uma universidade

Fonte: Serra e Rolim (2009a).

A teoria sobre os impactos regionais de uma universidade abordado por Serra e Rolim (2009), é desconhecida pelos gestores das IES e pelos representantes das associações empresariais. No entanto, as entrevistas demostraram que o Pool de Conhecimento necessita melhorar para justificar a existência de uma universidade como promotora do desenvolvimento em uma região.

Outro impacto reconhecido nas entrevistas foi a movimentação de renda regional abordado por Gumbowaky (2014), pois, com o crescimento e a valorização imobiliária das regiões, o desenvolvimento das atividades comerciais gerado pelo aumento do consumo de alunos, docentes e funcionários, bem como dos negócios imobiliários no entorno das universidades, constituiu em contribuição das universidades para o desenvolvimento regional ou local.

A figura 11 mostra a interação entre a tríade ensino, pesquisa e extensão, características propostas por Fleck (2011), como essencial para que ocorra o desenvolvimento regional. Apesar desse modelo não ser evidenciado em todas as universidades e nos municípios visitados, o pensamento dos gestores e dos representantes das associações comerciais é que o desenvolvimento é propiciado por esta interação. As ICES devem se tornar interativas e vinculadas com as questões socioeconômicas das regiões, criando mecanismos que facilitem a relação com o meio empresarial e a sociedade.

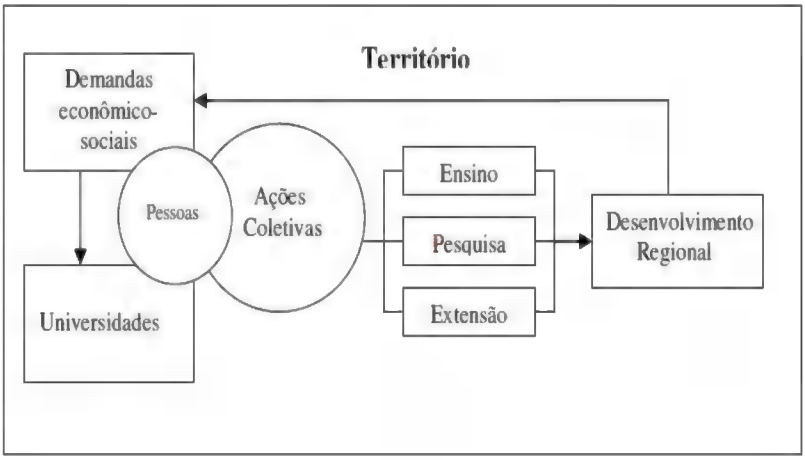


Figura 11 – Modelo teórico – inserção da tríade ensino, pesquisa e extensão no desenvolvimento regional

Fonte: Fleck (2011).

A inserção da tríade ensino, pesquisa e extensão no desenvolvimento regional proposto por Rolin e Serra (2009), foi evidenciado nas universidades e nas associações empresariais visitadas, por meio de ligações e comunicação interativas entre os agentes propulsores do desenvolvimento. Compreendeu-se que estes agentes podem ser constituídos por universidades, laboratórios de pesquisa básica, laboratórios de pesquisas aplicada, agências de transferência de tecnologia, organizações regionais de governança, públicas privadas e empresários dispostos a desenvolver novos produtos em parcerias de risco, com pequenas e grandes empresas interagindo (ROLIM; SERRA, 2009a).

Figura 12– Universidade e região

Fonte: Rolim e Serra (2009a).

Quanto a relação entre a universidade e a região, proposto por Caldarelli; Camara e Perdigão (2015), os gestores das universidades e os representantes das associações empresariais afirmaram que as instituições propiciam benefícios para a região por meio das ações de ensino, de pesquisa e de extensão realizadas pelas ICES.

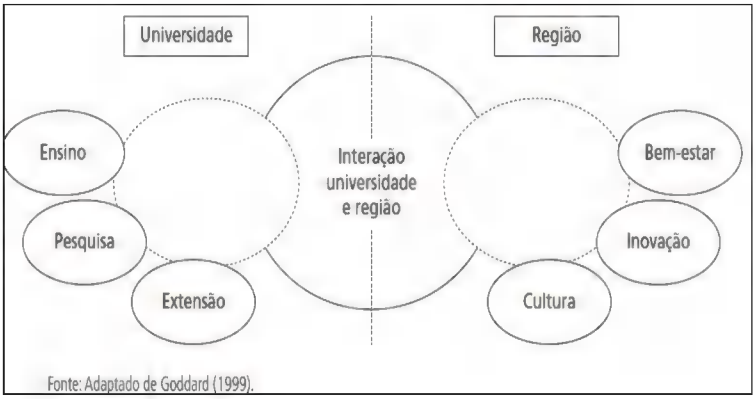


Figura 13 – Relação entre universidade e região

Fonte: Caldarelli; Camara e Perdigão, (2015)

A partir desses resultados, ficou evidente que as ações das ICES do Sistema ACAFE caracterizam como agentes de desenvolvimento econômico das regiões em que atuam. Entretanto, apesar das ações promovidas pelas ICES contribuírem significativamente para o desenvolvimento regional, ficou evidente que existe um distanciamento entre a academia e o setor privado empresarial, sendo necessário buscar mecanismos para ajustá-lo.

Dessa maneira, entende-se que as universidades são fundamentais para a sociedade do conhecimento e que o conhecimento é valorizado como capital intelectual. Constatou ao que Mota (1999) menciona, que o principal benefício para a universidade, é o conhecimento que ela adquire sobre o funcionamento e a necessidade das organizações para as quais está formando recursos humanos.

Apesar dos objetivos das universidades e das empresas serem diferentes, é fundamental a interação entre ambas para ocorrer o desenvolvimento da sociedade e da região onde estão inseridas. Assim, na sociedade do conhecimento, a dinâmica da inovação acontece quando vinculada aos processos de aprendizagem do conhecimento e relacionada aos processos de interação entre as organizações e agentes que permitem gerar, reproduzir e retroalimentar processos de aprendizagem, convertendo-os em atividades inovadoras (MOTA, 1999).

Como evidenciado nas entrevistas, apesar das universidades promoverem diversas ações que contribuem com o desenvolvimento regional – principalmente na assistência da população menos favorecida economicamente – a interação com o setor produtivo necessita de esforços conjuntos para que ocorra a *triple hélix*. Mota (1999) menciona que o processo de parceria entre universidade e empresa seguem algumas fases que inicia no

diálogo, intensifica-se com a convivência, até atingir a identificação cultural e a confiança.

Conforme Nunes e Silva (2011), o conhecimento científico produzido pelas ICES necessitam transformar a realidade social, intervindo em suas deficiências. A pesquisa demonstrou ser esse o anseio da sociedade produtiva. As pesquisas realizadas pelas universidades precisam promover mudanças na sociedade e principalmente contribuir no seu processo produtivo.

Ainda segundo Nunes e Silva (2011), a relação entre pesquisa e extensão ocorre quando a produção do conhecimento transforma a sociedade. Constatou que, por meio do assistencialismo, as ações para o setor produtivo e as mudanças tecnológicas contribuem para a sociedade na forma de agir, pensar e fazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que o número de universidades e associações contempladas na pesquisa deu suporte para atender os objetivos propostos, tendo em vista a representatividade no estado e na região onde cada uma delas desenvolvem suas atividades.

Essa pesquisa contribui para despertar o interesse de novos pesquisadores para aprofundar o estudo ora iniciado, visando colaborar com o Sistema ACAFE e com as ICES do estado de Santa Catarina, no entendimento do distanciamento da academia e do setor produtivo, mesmo que as partes entendam que a universidade é um dos agentes propulsores do desenvolvimento regional.

Uma das principais contribuições desse trabalho foi demonstrar a percepção da comunidade empresarial sobre as ações promovidas pelas ICES nas regiões onde atuam. Assim como, demonstrar o que as entidades representativas empresariais percebem da atuação das universidades comunitárias. Os resultados trazem evidências significativas para que as universidades analisem a condução de suas ações no ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento econômico e social.

As entrevistas demonstram que existem pensamentos comuns entre os entrevistados, tanto positivamente, quanto ao que precisa ser melhorado. Como por exemplo, o fato de a universidade ser essencial como um agente propulsor do desenvolvimento regional e a região sem universidade não alcançaria o nível de desenvolvimento atual. Porém, afirmam que há um grande distanciamento entre elas e que a universidade precisa trabalhar em conjunto com o setor produtivo.

As universidades necessitam buscar alternativas que incentivem os pesquisadores a se aproximarem da área produtiva e contribuir com o conhecimento científico, propondo melhorias no processo produtivo e na gestão das empresas da região, assim como no desenvolvimento social. Esse incentivo necessita ser promovido em todas as áreas do conhecimento e os pesquisadores precisam entender que podem contribuir nesse processo, independente da área.

Como alternativa, para desencadear a aproximação entre as partes, sugere-se que divulguem as ações que as universidades realizam na área social e nas pesquisas, pois, se a comunidade regional (re)conhecer o potencial das ações desenvolvidas pelas universidades, pode gerar interesse em patrocínio de pesquisa, por exemplo.

Constatou-se que a sociedade e os empresários desconhecem o que a universidade pesquisa e qual o conhecimento desenvolvido por ela. Nesse sentido, a universidade possui profissionais com capacidade de analisar um processo e incentivar melhorias nos produtos, processos ou rotinas. Essa aproximação pode iniciar via projetos de pesquisa de iniciação científica, por grupos de pesquisa e conforme a complexidade, pode gerar contratos de prestação de serviço. As ICES precisam demonstrar que além da formação técnica, podem estar presente na prestação de serviço técnico científico à sociedade.

A pesquisa demonstrou que as universidades atuam fortemente na extensão assistencial, porém, na prestação de serviço ainda é incipiente, necessitando de ações inovadores para utilizarem o conhecimento científico para contribuir com inovações e avanços técnicos científicos na nova sociedade do conhecimento.

Apesar da forte atuação das ICES no assistencialismo, a sociedade e as associações empresariais desconhecem o que realmente é promovido nessa área pelas universidades, demonstrando a necessidade de divulgar as ações na região, dando maior notoriedade do que fazem em prol da sociedade, além do ensino.

Constatou-se que as universidades necessitam procurar a classe empresarial para realizar convênios e parcerias para prestação de serviço, pois é fundamental que toda a comunidade receba o conhecimento das pesquisas para solucionar problemas e contribuam para o desenvolvimento da região. Agregado a isso, implementar o potencial das universidades em desenvolver pesquisas técnicas para as empresas da região ou contribuindo com assessorias para as empresas.

A pesquisa evidenciou que as universidades e as associações representativas nas diversas regiões pesquisadas no estado, corroboram do mesmo pensamento quanto ao papel das universidades para o desenvolvimento regional na sociedade do conhecimento e a necessidade de aproximação para o desenvolvimento de ambos.

Para trabalhos futuros, sugere-se ampliar a pesquisa para as demais ICES comunitárias do estado, além de aplicar entrevistas semiestruturadas junto aos gestores públicos, prefeitos e secretários de estados.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. **Como escrever teses e monografias:** um roteiro passo a passo. Rio de Janeiro: Elsever, 2007.

ARBO, P.; BENNEWORTH, P. Understanding the Regional Contribution of Higher Education Institutions: A Literature Review. **OECD Education Working Papers,** Paris, n. 9, Paris, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/161208155312>. Acesso em: 10 mar. 2017

BANDEIRA, A. C. M.; NOVO, L. F. A Universidade e Desenvolvimento Regional: Análise da Contribuição do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Sementes da UFPEL. In: XI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMERICA LATINA-GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 11., Florianópolis, 2011.

BERNHEIM, C. T.; CHAUÍ, M. S. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento**: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior / Carlos Tünnermann Bernheim e Marilena de Souza Chauí. Brasília: UNESCO, 2008.

BITTAR, M. **O Ensino Superior privado no Brasil e a formação do segmento das universidades comunitárias**. Universidade Católica Dom Bosco. Pagina comunitária. 2009.

BOVO, J. M (Org.). **Impactos econômicos e financeiros da UNESP para os municípios.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2003.

BRASIL. **Lei nº 12.881,** de 12 de novembro de 2013. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências.Disponível em: <http://www.comunitarias.org.br/>. Acesso em: 10 jan. 2016.

BRASILEIRO, S. F.; GONÇALVES, E. F.; TARGINO, M. das G. Novas perspectivas para a responsabilidade Social Universitária – Reflexão sobre o Projeto de educação popular e apoio a saúde da Família. Universidade federal de Teresina. **Revista FSA,** Teresina, v. 11, n. 3, art. 8, p. 208-229, jul./set. 2014.

BUENO, N. P. Lógica da Ação Coletiva, Instituições e Crescimento Econômico: Uma Resenha Temática sobre a Nova Economia Institucional. **Revista Economia**, Brasília (DF), v. 5, n. 2, p. 343-402, jun./dez. 2004.

CABELLEIRA, D. M. Comunidades de Prática – Conceitos e Reflexões para uma Estratégia de Gestão do Conhecimento. In: ENCONTRO DA ANPAD RIO DE JANEIRO, 31., Rio de Janeiro 2007. **Anais....** 2007. Disponivel em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ADI-B2953.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

CALDARELLI, C. E.; CAMARA, M. R. G.; PERDIGÃO, C. Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Econômico: o caso das universidades estaduais paranaenses. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 44, jan./jun. 2015.

CAVICHIOLI, R. das G. C. Sociedade do conhecimento: a educação como pilar. **Revista de Educação**. v. 13, n. 15, p. 141-154, out. 2011.

COOKE, A. I. Responsabilidade social universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**, Brasília, v. 24, n. 36, p. 7-22, jun. 2006. Edição Especial.

COOKE, P.; BRACZYK, H-J.; HEIDENREICH, M. **Regional innovation systems**: the role of governances in a globalized world. London: UC1. Press, 1998.

COOKE, P.; MORGAN, K.. **The associatinal economy**: firms, regional and innovaçtion. London: Oxford University Press, 1998.

CORREA, E.J. **Extensão Universitária**: organização e sistematização. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

CORRÊA, F. L.; FRANÇA, S. L. B.; BEZERRA, M. J. S. **Sociedade do conhecimento**: evolução, desafios, informação, aprendizagem e propostas para um mundo mais inclusivo. 2015. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/upload/paper/2015/29/2015_29_11805.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

CRESWEL, J. W., **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativos, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CZELUSNIAK, V. A.; CORDEIRO, P. V. M.; DERGIINT, D. E. A. **Contribuições dos quadros teóricos da tríplice hélice e dos estudos da ciência tecnologia e sociedade para políticas de inovação tecnológica na América latina.** 2010. Disponível em: <http://www.esocite2010.escyt.org/download_ponencia.php?file=Artigo_CTS_20100618(4)1276900885.doc&Code=3rjvntflbqnlhptfnmrg7a2fisp5mkp92xh57mwbq9dlqb5u1ws6tjp06byb.>. Acesso em: 08 maio 2016.

EXTENSÃO Universitária: organização e sistematização. In: CORRÊA, Edison José (Org.). Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

FECAM. **Educação.** [2017]. Disponível em: <http://www.fecam.org. br/>. Acesso em: 25 maio 2017.

FEREIRA, A.; LEOPOLDI, M. A. A contribuição da universidade pública para a inovação e o desenvolvimento regional: a percepção de gestores e pesquisadores. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p 60-82, jan. 2013.

FLECK, C. F. do. A tríade ensino-pesquisa-extensão e os vetores para o desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional,** Taubaté, v. 7, n. 3, p. 270-298, set./dez. 2011.

FOLLMANN, J. I. **As universidades confessionais e a sua natureza comunitária e Pública não estatal. Instituições comunitárias**: instituições públicas não estatais. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2009.

FRANTZ, W. **Universidade Comunitária:** uma iniciativa pública não-estatal em construção. 2004. Disponível em: <http://www.comunitarias.org.br/>. Acesso em: 10 jan. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOEBEL, M. A.; MIURA, M. N. A universidade como fator de desenvolvimento: o caso do município de Toledo-PR. **Revista Expectativa Secretariado Executivo**, v. 3, n. 3, p. 35-47, 2004.

GOMES, M. A. S.; PEREIRA, F. E. C. Hélice Tríplice: um Ensaio teórico sobre a relação Universidade-empresa-governo em busca da inovação. Int Knowl. **Eng Manage**., Florianópolis, v. 4, n. 8, p. 136-155, mar./jun. 2015.

GUIMARÃES, P. B; MAGALHÃES, A. de P. A importância da interdisciplinaridade no ensino superior universitário no contexto da sociedade do conhecimento. **Revista Científica Vozes dos Vales,** v. 5, n. 9, maio 2016.

GUMBOWAKY, A. Instituições de ensino superior fundacionais do estado de Santa Catarina: compromissos com o desenvolvimento regional. **Revista Univap,** São José dos Campos, v. 20, n. 36, dez. 2014.

LIMA, L. G. de. Contribuições das instituições de educação superior da associação catarinense de fundações educacionais a Santa Catarina e ao Brasil. In: SCHIMIT, João Pedro (Org.). **Instituições comunitárias:** instituições públicas não estatais. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2009. p. 93-107.

MACHADO, A. M. N. Universidades Comunitárias: Um modelo brasileiro para interiorizar a educação superior. In: In: SCHIMIT, João Pedro (Org.). **Instituições comunitárias:** instituições públicas não estatais. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2009. p. 74-92.

MAGALHÃES, A. D. D. et al. A universidade e o desenvolvimento regional: o caso da UFVJM – FAPEMIG. In: SEMINÁRIO ECONOMIA MINEIRA, 15., Diamantina, 2012. **Anais...** 2012. Disponível em: <http://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2012/arquivos/A% 20UNIVERSIDADE%20E%20O%20 DESENVOLVIMENTO%20REGIONAL.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

MELO, A. F. de. **Globalização, sociedade do conhecimento e educação superior:** os sinais de Bolonha e os desafios do Brasil e da América Latina. Brasília: Universidade de Brasília: 2011.

MOTA, T. L. Nogueira da Gama. Interação universidade-empresa na sociedade do conhecimento: reflexões e realidade. **Ciência da Informação**, v. 28, n. 1, p. 79-86, 1999.

NUNES, A. L. de P. F.; SILVA, M. B. da C. A extensão universitária no ensino superior e a Sociedade. **Mal-Estar e Sociedade,** Barbacena, v. 4, n. 7, p. 119-133, jul./dez. 2011.

PHILIPPI JUNIOR, A.; NETO, A. J. S. **Interdisciplinaridade em ciência tecnologia e inovação**. Barueri SP: Manole, 2011.

REIS, A. L; BANDOS, M. F. C. A responsabilidade social de instituições de ensino superior: uma reflexão sistêmica tendo em vista o desenvolvimento. PUC Minas – campus Poços de Caldas. **Revista Gestão & Conhecimento**, Nov. 2012. Edição Especial.

RIBEIRO; R. M. da C. A extensão universitária como indicativo de responsabilidade social. **Revista Diálogos:** pesquisa em extensão universitária, Brasília, v.15, n.1, jul. 2011.

RICHER, L. E; LEIDENS, L. V. – O marco legal do terceiro setor e sua (in)compatibilidade normativa com as instituições comunitárias. In: SCHIMIT, João Pedro (Org.). **Instituições comunitárias: instituições públicas não estatais.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2009. p. 38-55.

ROLIM, C. **Índice de inserção regional das instituições de ensino superior.** 2009. Disponível em: <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

ROLIM, C; SERRA, M. Ensino superior e desenvolvimento regional: avaliação do impacto econômico de longo-prazo. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 3, n. 1, p. 85-106, 2009a.

ROLIM, C; SERRA, M. Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: O Caso da Região Norte do Paraná. **Revista de Economia**, v. 35, n. 3, p. 87-102, set./dez. 2009b.

ROSA-CASTRO, R. de M; MARQUES JÚNIOR, E; ROSA MARQUES, E de M. Universidades comunitárias: características e desafios. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. 2014. **Anais eletrônicos**... 2014. Disponível em: <http://uniso.br/publicacoes/anais_ eletronicos/2014/2_es_politicas_publicas/12.pdf>. Acesso em: 28 maio 2017.

ROSSA, R. M; GARCIA, J. R.; LEZANA, Á. G. R. A abordagem hélice tríplice das relações entre universidade-Indústria- Governo. In: SIMPOI 2013. **Anais...** 2013. Disponível em: <http://www.simpoi.fgvsp.br/

arquivo/2013/ artigos/E2013_T00192_PCN67304.pdf>. Acesso em: 08 maio 2016.

SANTOS JUNIOR, A. L. **A extensão universitária e os entre-laços dos saberes.** 2013. 248 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia. Bahia, 2013.

SANTOS, A. P. dos; CERQUEIRA, E. A. de. ENSINO SUPERIOR: trajetória histórica e políticas recentes. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 9., 2009. **Anais...** 2009. Disponível em: < https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/35836>. Acesso em: 20 jan. 2017.

SCHIMDT, J. P. Comunidade e comunitarismo: considerações sobre a inovação da ordem sociopolítica. **Ciências Sociais.** São Leopoldo, v. 47, n. 3, p. 300-313, set./dez. 2011.

SCHMIDT, J. P. O Comunitário em Tempos de Público não Estatal. **Avaliação**. Sorocaba, v. 15, n. 1, p. 9-40, mar. 2010.

SCHNEIDER, J. R. **A Escola Comunitária – Trama Entre Sujeitos e Instituição,** 2008. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Escola Superior de Teologia Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Teologia, São Leopoldo, 2008.

SIDEMS. **IDMS de Criciúma - 2016**. 2017a. Disponível em: < http://indicadores.fecam.org.br/indice/municipal/ano/2017/codMunicipio/75>. Acesso em: 15 maio 2017.

SIDEMS. Índice de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios Catarinenses – 2016. 2017b. Disponível em: <http://indicadores.fecam. org.br/indice/estadual/ano/2017>. Acesso em: 15 maio 2017.

SIDEMS. **Mesorregiões catarinenses – média dos índices municipais - 2016**. 2017c. Disponível em: < http://indicadores.fecam.org.br/cms/

pagina/ver/codMapaItem/87813/ano/2017>. Acesso em: 15 maio 2017.

SIDEMS. **Metodologia IDMS**. 2017d. Disponível em: < http://indicadores.fecam.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/87813/ano/2017>. Acesso em: 15 maio 2017.

SILVA, F. M. da; MELO, P. A. de. **Universidade e compromisso social**: a prática da Universidade Federal de Santa Catarina. 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/ 97090/universidade%20e%20compromisso%20social%20a%20pr%c1tica%20da%20universidade%20.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 maio 2017.

SIRQUEIRA, F. J. S.; FERRAZ, M. I. F. **A universidade como fator de desenvolvimento regional.** 2014. Disponível em <http://www.uesb.br/eventos/semana_economia/2015/arquivos/13.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2016.

VENANZI, D; SANDANO, W. Universidades comunitárias: as características na prestação de serviços públicos. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 23, n. 2, p. 140-155, jul./dez. 2014.

VIANA, M. dos S. O desafio social do saber universitário. **REA,** n. 99, ago. 2009.

VOGT, P. O. – Capital Social e Instituições Comunitárias no Sul do Brasil. In: SCHIMIT, João Pedro (Org.). **Instituições comunitárias:** instituições públicas não estatais. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2009.

VOLPATO, G. A universidade na sua constituição: criação, reformas e implicações político-epistemológicas. **Rev. Bras. Est Pedag**., Brasília, v. 92, n. 232, set./dez. 2011.

ZABALZA, M. **O ensino universitário e seus protagonistas**. Trad Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

APÊNDICE

APÊNDICE A: CARACTERÍSTICAS E PERCEPÇÕES DETECTADAS NAS ENTREVISTAS

Gestores das Instituições

- Os gestores possuem longo tempo de trabalho nas instituições;
- As instituições possuem relacionamento com a comunidade;
- Entendem que as instituições contribuem com a promoção do desenvolvimento sendo um dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento regional;
- Possuem atuações nas áreas do esporte, atividades culturais e na saúde;
- Possuem parques científicos tecnológicos como instrumento de relação como setor produtivo;
- Possuem desenvolvimento de propriedade intelectual;
- Possuem desenvolvimento de produtos e patentes e pesquisa de P&D;
- Possuem em suas missões produzir conhecimento promovendo o desenvolvimento regional;
- Existe a participação da comunidade nas decisões;
- As decisões institucionais são colegiadas;
- Possuem relação com o setor produtivo e produção da inovação;
- Possuem o entendimento que é uma das funções das instituições em promover o desenvolvimento;
- Falta o estreitamento do relacionamento com o setor produtivo;
- As instituições não têm cor e nem partido;
- Tem as atividades de extensão como diferencial, sendo a Extensão na área da saúde um dos diferenciais;
- As instituições são conhecidas pelas atividades desenvolvidas;
- Atendem as necessidades das comunidades mais carentes;
- Os projetos de pesquisa e extensão são mantidos com recursos próprios;
- Possuem relação próxima com o poder público municipal, sendo parceiras em muitas atividades;
- Tem o pensamento que as políticas públicas deixam a desejar para com as comunitárias;
- Os projetos de extensão atacam os problemas locais;

- As instituições se preocupam primeiro com o ambiente local que estão inseridas, e a pesquisa e a extensão estão voltadas para o local.
- Existe a preocupação com a entrada das instituições privadas e principalmente do Capital estrangeiro no ensino superior, sendo este um desafio muito grande;
- A comunidade respeita muito a instituição, colocando-a como essencial para desenvolvimento;
- A pesquisa de inovação, ainda se é um pouco incipiente;
- As instituições que terão sucesso são aquelas que conseguirem entender o movimento da promoção do desenvolvimento regional pela inovação;
- Podem ser consideradas, como a comunidade do conhecimento, porque querem se transformar em um grande setor de soluções para comunidade na promoção do desenvolvimento regional.
- As regiões estão para as instituições, são intimamente articuladas e as instituições estão envolvidas nas demandas sociais que estão postas e que são emergentes;
- Contribuem fortemente com o desenvolvimento regional e um retroalimenta o outro.
- Estão envolvidas nos órgãos e entidades da sociedade regional, como ACIC, conselhos municipais e estaduais;
- As instituições se tornaram uma referência para a comunidade em todos os sentidos;
- Contribuem com o desenvolvimento imobiliário ao entorno da universidade e no município;
- Proporcionam formação nas mais diversas áreas do conhecimento;
- Possuem prestações de serviços por meio dos institutos para as prefeituras de toda região e até mesmo para fora do estado;
- Possuem ensino de qualidade em uma formação profissional que tenha vínculo com a necessidade da sociedade;
- Envolvimento com a comunidade em projetos que atendem as demandas dos menos favorecidos;
- As decisões institucionais passam por representação da comunidade externa;
- Em todos os sentidos, em todas as áreas tem a busca da universidade como referência para poder ajudar a decidir o rumo e o caminho que se vai tomar;
- Promovem para Municípios cursos e seminários para os técnicos de toda a região dos Municípios;
- Relação muito próxima com o poder público municipal, nas diferentes áreas e para os diferentes problemas;

- Entendem que as políticas públicas não contribuem com o crescimento e desenvolvimento da instituição quanto deveriam;
- Os projetos de extensão contribuem de maneira significativa nas diversas áreas, mas precisam avançar continuamente;
- Na área da pesquisa, tem-se a pesquisa de ponta com reconhecimento internacional;
- Entendem que a atuação das instituições corresponde às expectativas da comunidade, mas sabe-se que precisa melhorar;
- Existe um certo distanciamento com desconfiança em relação ao setor empresarial
- As instituições possuem incubadoras tecnológicas;
- Pesquisadores tem dificuldade de dialogar com a classe empresarial, porém já existe uma tentativa de aproximação.
- Promovem cursos que ajudam na mão de obra das estruturas comerciais da cidade;
- O envolvimento da universidade é social, comercial e industrial, a universidade desenvolve o todo, além, de estar vinculada às estruturas existentes está bem vinculada aos municípios da região e a própria estrutura microrregional e associação, dos municípios da microrregião;
- Existe a promoção de eventos para ajudar a comunidade e a participação nos mais variados eventos;
- Procuram cada vez mais fazer uma série de serviços para a comunidade industrial, comercial e de serviços;
- Com relação aos projetos de extensão e pesquisa, os mesmos em grande parte, atendem os problemas regionais, porém não amenizam os problemas;
- Existe dificuldade de promoção de projetos devido ás limitações do ponto de vista orçamentário.
- Possuem política de inovação e estão envolvidas no projeto de inovação tecnológica da região;
- Precisam cada vez mais tentar fazer que o empresário enxergue a universidade como parceiro;
- Na área da saúde, a formação inclusive nível de pós-graduação está nas instituições.
- Conseguem promover o movimento econômico via projetos ou programas junto ao parque de inovação Tecnológico
- Promovem cursos de capacitação específica, encontro de empresas que vem e ocupam as instalações da instituição, ou individualmente atendendo as demandas nas empresas da Comunidade.

- Nas questões ambientais sempre são consultadas, fazem parte dos conselhos municipais. Nos conselhos não há evolução em um tema nessa linha sem envolver a universidade;

- As Instituições estão sempre envolvidas a responder questões que tem algum impacto na sociedade seja social ou econômica, depende da área da atividade da pesquisa;

- Na área de humanas, cursos de pós, a pesquisa tem um reflexo na formação no adensamento técnico-científico das pessoas de desenvolver senso crítico;

- Atuação da instituição corresponde aos anseios da sociedade, pois a sociedade é deficitária em muitas coisas, e se a instituição pudesse oferecer mais, com certeza, seria muito bem-vindo para sociedade mais a universidade tem suas limitações;

- Possuem programas de empreendedorismo e polo de inovação e propriedade intelectual e participam do movimento dos centros de inovação;

- A relação que a instituição tem com as empresas da região, faz com que elas venham de maneira espontânea conhecer a estrutura de laboratórios da instituição, assim como na busca de prestação de serviço,

- Possuem muitas demandas e diversas ações de prestação de serviço, seja em análise Laboratorial capacitação, locação de espaço para se fazer determinadas ações.

- Reconhecimento das pessoas que sem a Universidade não estariam na posição que se encontram socialmente;

- Precisam avançar na promoção do desenvolvimento regional,

- Possuem grandes e bons projetos de extensão e pesquisa, mas eles são muitos locais, precisam avançar, sendo que os projetos estão concentrados na área de ação comunitária;

- A interação com a comunidade regional, ocorre por meio de ações pontuais, mas mesmo assim a comunidade tem acesso aos serviços que são colocados à disposição;

- Nos mestrados a interação maior por parte das pesquisas, pois possuem um porte maior, transcendem a questão da academia e vão muito para a comunidade e fazem essa inter-relação;

- Entende-se que não existe a nível estadual esta preocupação e nem Federal, com a formação superior;

- A atuação da universidade, não é somente assistencialista, ou então unicamente voltada para a questão da redução da pobreza, mas se você conseguir fornecer mecanismos ou conseguir interagir em vários aspectos pensa-se que essa possa ser a repercussão na comunidade da universidade.

- Na área de formação técnica acredita-se que consegue responder algumas expectativas, mas a universidade ainda está em dívida com a sociedade.

- A maioria dos cursos são bem conectados com a população, desta maneira, imagina-se que as universidades vêm concretizando as suas missões;
- A universidade tenta fazer o que é possível para atender a demanda da comunidade, porém às vezes as coisas escapam e que não é fácil atender tudo;
- A pressão da concorrência faz com que seja retomado um novo rumo, voltado para que a universidade vá atrás do seu cliente, com a concorrência a universidade tem que sair de dentro dela e buscar resultados fora.
- A universidade deve procurar suas demandas para a sociedade, ou a sociedade tem que vir propor essas demandas para instituição os dois setores têm que sentar juntos e pensar a região;
- As universidades têm que se adiantar, mas infelizmente todas estão sempre andando atrás desse movimento e não na frente dele;
- A participação da parte empresarial ainda é muito ruim, sendo a participação mais na área de gestão do quê de colaboração;
- Não é o suficiente ensinar a parte teórica, a universidade tem a pesquisa e extensão que devem caminhar lado a lado, o aluno deve aprender pesquisando;
- Conhecendo da sustentabilidade das instituições, e do tripé ensino-pesquisa-extensão, pensa que tem de incluir disciplinas de pesquisa e extensão como obrigatórios na grade, mas a resistência é muito grande porque a universidade tradicional é difícil mudar;
- As universidades estão muito presentes na comunidade, pelas características da gestão das instituições, que não possuem donos, pois foram criadas por lei municipal;
- A participação dos segmentos da comunidade na gestão, lhe dá um caráter comunitário de integração não apenas pelas ações que fazem, mas também pela sua gestão;
- Inicialmente foram criadas basicamente com a finalidade do ensino, a medida que foram crescendo se transformaram em universidades além do ensino, passaram a exercer sobretudo atividades de extensão e de pesquisa;
- Na extensão ocorre a inserção no desenvolvimento regional, pela participação da instituição;
- Praticamente quase nada se faz sem a consulta e a presença da universidade em todos os seguimentos;
- Pensa-se que as instituições comunitárias não possuem condições de pesquisa básica de longo alcance, possuem produtividade em pesquisas aplicadas, porém, sua força na extensão e atividades de serviços é grande;
- As instituições não possuíam muita influência comunitária, mas atualmente, possuem uma estrutura de expressão, com poder de organização, e com um contingen-

te de alunos e grupos de professores altamente especializados, sobretudo quando focam em atividades de *stricto sensu*;

- As instituições possuem pelos seus meios de comunicação influência na determinação de valores e rotas, inclusive políticas nas regiões;

- Atualmente o reitor da universidade e chamado para quase todas as grandes decisões, audiências públicas, sejam elas do poder executivo, do poder legislativo das câmaras de vereadores e inclusive nas ações do ministério público junto ao judiciário;

- A presença das universidades é muito forte e possuem uma posição, não apenas pela conversa pelas palavras, mas sobretudo pelas publicações, pelos resultados de suas pesquisas;

- Estão muito engajadas nas suas regiões, e por isto que se pensa que a sociedade sente, que estas instituições são delas, da comunidade;

- Com relação a participação da comunidade nas decisões da instituição pensa-se que a comunidade regional decide sobre os destinos da instituição pela participação nos seus conselhos.

- Não há dúvida que todas regiões tiveram uma mudança e uma condição de desenvolvimento fantástica ao longo destes praticamente 50 anos, que as fundações foram criadas;

- Talvez tenha sido a maior intervenção que a educação superior de SC tenha feito no estado, a formação de pessoas que permaneceram em suas regiões e que se não fossem estas instituições, não teriam condições de se aperfeiçoar, de se formar e melhorar sua condição profissional. Muito certamente teriam evadidos de suas regiões e se concentrado em grandes centros.

- Parece ser este o grande exemplo que um sistema educacional tem no estado, que a ACAFE tem das instituições comunitárias que permitiu ao estado de Santa Catarina um crescimento relativamente homogêneo.

- Existem limitações, porque tudo exige manutenção, mas a comunidade tem acesso permanente e irrestrito, nas bibliotecas não há restrição, os trabalhos dos Laboratórios, existem muitos Convênios enfim a relação é muito forte.

- Com relação às políticas públicas para o ensino superior, pensa-se que é sempre difícil manter parcerias com governo, é complicado porque juridicamente o estado, a união, municípios, e o estado Federado, não tem muito compromisso com os acordos que assumem;

- Com relação aos projetos de pesquisa e extensão, pensa-se ser uma parte fraca das instituições comunitárias;

- As instituições comunitárias têm duas dificuldades fundamentais, a primeira é pessoas com condições de realmente fazer pesquisa e a outra, é recurso público, recurso em dinheiro, sem isso é muito difícil fazer, então se faz aquilo que se pode;

- Atualmente as instituições comunitárias estão muito voltadas para a iniciação científica, e a iniciação científica não tem objetivo de resolver problemas regionais, embora muitas coisas possam nascer dali, mas tem o objetivo de fazer uma formação mais adequada para o profissional que se forma.

- Com relação a corresponder a expectativa da comunidade, se pensa que relativamente corresponde, se for comparada com as melhores universidades do mundo é das melhores universidades brasileiras;

- As instituições estão presentes e a sociedade percebe, embora que gostariam que a instituições estivessem mais presentes.

NAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS

- As universidades mantêm algum tipo de relação com as ACICs;

- As universidades são reconhecidas por desenvolverem papel extraordinário de apoio ao desenvolvimento econômico regional;

- A universidade desenvolve atividades de apoio empresarial nas áreas de gestão, qualificação e incorporação de novas tecnologias,

- O segmento empresarial está contemplado com as ações das universidades mediante ações especificas;

- Existe participação constante de ambas as partes nas atividades realizadas, que geralmente estão sempre conjuntas;

- Cada vez mais a universidade se faz presente, onde possui todo um grupo, um conjunto de grupo de pesquisas;

- As universidades têm suma importância pelo que ela já foi, e pelo que será no futuro próximo;

- A influência que as universidades geram para a região é considerada se suma importância;

- As instituições contribuem de forma total para o crescimento regional, sendo uma forte geradora de mão de obra qualificada,

- Precisa ser conversado no que se aproxima em trabalhar dentro do aperfeiçoamento de alguns currículos já existentes, ou da criação de novos currículos;

- Com relação a prestação de serviços, se entra um pouco na questão do divórcio, que existe entre o mundo acadêmico e o mundo empresarial no Brasil;

- Precisa ser melhorado o *guep* que existe entre os dois mundos e precisa avançar,

- As universidades possuem mão de obra qualificada com Laboratórios equipados e bem montados;

- Compete ao mundo acadêmico e empresarial conversar no sentido de aumentar a interação, e criar um volume de negócio e de interação na parte de pesquisa;
- Percebe-se uma dissociação muito grande, o que é um problema cultural entre o mundo acadêmico e empresarial e que talvez, compete mais a Universidade pela sua definição, pelo seu conceito, em procurar o mundo empresarial;
- As atividades desenvolvidas pela universidade contemplam em parte as atividades empresariais, mas não tem um culpado;
- Existe uma certeza de que se o setor empresarial se aproximasse mais das universidades, seriam bem recepcionados e a recíproca também é verdadeira;
- Os dois mundos ainda estão devendo;
- O empresário vive o momento, a universidade trabalha com o futuro, então talvez esta troca de comportamento seja o problema a ser enfrentado;
- Precisam trabalhar em conjunto, mas cabe à Universidade talvez o papel maior de pesquisador, de olhar mais o futuro, de fazer a frente, chamando a área empresarial para este problema que está começando a ver;
- O segmento empresarial ainda participa pouco das atividades promovidas pela universidade;
- As associações empresariais estão procurando ter uma conexão maior, mas existe a necessidade de uma interação mais forte;
- As universidades auxiliam com relação aos cursos de extensão aprimoramento de uma maneira geral;
- A Universidade por ser mais pesquisadora, poderia procurar o mundo empresarial e a aproximação do outro lado do empresário com a universidade cabe as associações empresariais;
- As lideranças do mundo acadêmico e as lideranças do mundo empresarial devem conversar, deve ser por aí a ponte de ter uma procura mútua;
- Com os parques científico-tecnológico em todas as regiões do estado, talvez possa ser este o momento do elo de ligação começar a fluir melhor;
- Como é que a universidade vai aprimorar o currículo ou gerar novos currículos se ela não tem uma visão clara do meio empresarial;
- A universidade a partir da sua criação se torna um marco para o município em estar promovendo, formando, capacitando, profissionais que atuam nos municípios;
- A massa formada se torna a massa crítica que a universidade formou;
- As universidades conseguem dar ao município uma estatística de crescimento tanto na área de serviços ou na área do Comércio e Indústria;

- Além da graduação surgem cursos de pós-graduação, os mestrados e doutorados sempre impulsionando e valorizando o mercado;
- As atividades desenvolvidas pelas Instituições são de conhecimento das associações que são convidadas a estar presente ou representada;
- As instituições possuem de maneira muito forte, a questão de palestras focadas para determinadas áreas;
- Os eventos que a universidade promove são voltados para comunidade, pois são Universidades comunitárias;
- Tem o compromisso por ser comunitária e precisa desse compromisso para com a comunidade, e isso cumpre rigorosamente e faz muito bem isso;
- Possuem condição de promover e desenvolver as pessoas para atuarem dentro de grandes empresas;
- A universidade tem atuado forte e desta maneira ela é uma mola propulsora é um lubrificante feito para girar a roda do município
- São nas universidades que se vai encontrar técnicos e conhecedores sobre determinados assuntos, que poderão ajudar com o conhecimento institucional
- As associações se garantem em propor várias situações, porque sabe que pode contar a universidade com o profissional que está lá dentro com aquele Professor, com aquele Doutor com aquele aluno;
- Às vezes pensa-se a Universidade somente na graduação ou pós-graduação, mas tem o lado do ensino médio, o jovem aprendiz que é uma área social fortíssima de atendimento às empresas e atendimento à legislação, onde as empresas estão muito abertas;
- Uma das atividades que existe na Universidade são as empresas Júnior, a qual tem o foco de promover projetos que venham dar tanto ao micro, pequeno e médio empresário, ações para melhoria de sua performance no mercado;
- As universidades conseguem contemplar a satisfação da comunidade empresarial do município e região;
- Pensa-se que a universidade contribui com o desenvolvimento, principalmente quando existe a responsabilidade na construção do profissional, trazendo a prática para dentro da realidade dos acadêmicos isto faz a diferença no resultado;
- As atividades realizadas pela universidade contemplam muitas demandas da parte empresarial, através dos cursos;
- Com relação ao volume de prestação de serviço das ICES ainda é pequena, tem empresários que buscam os serviços em pequenas proporções;

- Para aumentar a interação entre a universidade e a parte empresarial falta divulgação, muitas pessoas que estão iniciando um trabalho, os novos empreendedores eles precisam de orientação e não sabe onde buscar na universidade;
- As instituições ainda são muito de portas fechadas para conhecimento acadêmico, a produção, pós-graduações, mestrados, aos debates em sala de aula ficam em sala de aula;
- O envolvimento da instituição, ainda é muito tímido, a universidade precisaria se envolver mais;
- A universidade precisaria formar alunos que estejam conectados com os problemas sociais desenvolvendo propostas para resolver;
- Talvez o fato de a universidade não estar tão linkada com comunidade, seja um pouco a vontade do professor, ou falta de tempo ou incentivo;
- Existem os problemas que cada um pensa por si, Universidade e a sociedade empresarial, e assim de uma forma geral é cultural, a relação entre universidade e Associação;
- A universidade é como um polo que acaba atraindo investimentos, atraindo pessoas e concentrando uma população regional, tornando os municípios polos regionais, mas falta o link entre universidade e o empreendedor.
- A universidade pode ser considerada um vetor de desenvolvimento, mas ela não é o canal de desenvolvimento é o contato, o setor que atrai acadêmicos de outras regiões e isto fomenta o mercado, mas talvez, por ser uma universidade comunitária ela foca no assistencialismo;
- Não só o empresário tem que buscar a universidade, mas a universidade tem que buscar o empresário;
- Talvez falte às universidades abrir as portas para que as empresas busquem algo lá dentro;
- Precisa ser fomentada ao professor, a visão empreendedora para que eles possam independente da matéria e do curso, passar aos alunos a importância do empreendedorismo;
- Existe um distanciamento, uma barreira entre a universidade e a sociedade, ocorre que mesmo tendo a sociedade liberdade para direcionar demandas de problemas para que a universidade possa contribuir com soluções, não se consegue mensurar se isto acontece;
- Não se vê a universidade procurar a sociedade, não tem a questão comercial, você não vê a universidade buscar demandas na sociedade;
- A análise deste distanciamento serve como alerta para ambas as partes, pois se tem a liberdade de dispor as ideias, falta é a forma de como propor;

- Considera que existe um entrosamento e um clima de boa vontade entre as partes, porém falta uma proximidade maior.
- Pensa que a iniciativa poderia ser da própria universidade em levantar a disponibilidade e oferecer aos empresários, pois tem potencial para desenvolver projetos e atividades que envolvam mais a cidade e a região;
- Pensa que a comunidade não sabe o que tem dentro das universidades e nem tão pouco tem noção do que poderia ser oferecido para a comunidade;
- As Universidades prestam um bom serviço com bons profissionais que estão se formando e orientados pelos professores experientes;
- Com relação a contribuição da universidade para o desenvolvimento da região, não se tem dúvida que contribuem e podem contribuir muito mais;
- As universidades prestam o serviço muito importante para todos da região, e contribuem bastante para o desenvolvimento, prestando serviços excelentes para comunidade, e contribuindo com crescimento dos movimentos da cidade.
- As instituições estão perdendo muito espaço e dando oportunidade para se criar outras universidades;
- Com relação ao segmento empresarial estar sendo atendido pelas atividades da universidade, pensa-se que está aquém daquilo que poderia ser considerado como desejável;
- Com relação a interação da comunidade empresarial e da universidade, talvez exista falha da própria comunidade empresarial em levar as demandas;
- Talvez esteja faltando solicitar mais do mundo empresarial, mas em serviços mais entrosamento com a comunidade acadêmica, este entrosamento é teórico;
- O que precisa ser melhorado é a interface entre a universidade e a região onde precisa se abrir um pouco mais, mostrar melhor o que oferece;
- Atualmente perdem muitos alunos para as outras universidades para os cursos a distância, para faculdades privadas por falta de uma comunicação maior;
- Possui uma excelente infraestrutura e um bom nível de professores são boas em praticamente tudo, em laboratórios que dificilmente alguma outra universidade possui;
- Precisam fazer um esforço de mostrar para a comunidade seu verdadeiro potencial;
- Pensa-se que pela extensão e pela potência que são as instituições, poderiam estar fazendo muito mais em prol da sociedade, mas são bem atuantes, e ninguém pode reclamar, mas são bem participativos se envolvem bastante com a comunidade, pensa-se que não teria com o que reclamar nesse sentido;

- Dentro das ações que promovem, destaca-se a formação de mão de obra e principalmente o conhecimento trazem, porque, trabalhar com pessoas que tem um grau de instrução maior, em relação a uma pessoa que não teve esta oportunidade é diferente;

- Se pegar uma região que não possui uma faculdade e uma região que possui, você percebe que o desenvolvimento da região que tem a oportunidade de possuir uma faculdade, é talvez mais estruturado e tenha um desenvolvimento mais sólido.

- Com relação aos segmentos empresariais está contemplado com as atividades da instituição, pensa-se que na parte da indústria ainda não tem muita interação;

- As universidades contribuem em várias ações com os municípios, mas pela potência que são poderiam contribuir muito mais com a sociedade, poderia ajudar mais;

- Existe falha da universidade, mas se tem noção que existe a falha por parte da associação, pensa-se que de ambas as partes existe a dificuldade de se procurarem um ao outro e interagirem;

- Pensa-se que existe uma lacuna, não há uma procura entre as partes, mas se acredita que se houver esta necessidade os dois lados vão estar abertos, e pode haver uma proximidade sem dificuldades nenhuma, em um ambiente maior.

ANEXOS

ANEXO A

Mestrando – Janir de Quadra Paim

Orientadora - Profa. Dra. Cristina Keiko Yamaguchi

Coorientador: Prof. Dr. Miguelangelo Gianezini

ENTREVISTA COM GESTOR DA IES

1. Há quanto tempo está na Instituição?
2. Em quais funções e atividades já atuaram na instituição?
3. Como você percebe o envolvimento da instituição junto à região onde está inserida a universidade?
4. Você considera a sua Instituição, como um agente promotor do desenvolvimento regional?
5. Quais seriam as políticas macros da Instituição que subsidiam o envolvimento com a comunidade regional?
6. Como ocorre a interação IES X Comunidade regional?
7. Como identifica a participação da comunidade regional nas decisões institucionais?
8. O inverso, como percebes as ações da instituição influenciarem nas decisões da comunidade regional? Quais
9. Com relação as atividades de extensão existem a promoção destas atividades para a comunidade local e regional? Quais?
10. A instituição possui atividades de extensão assistencial? (Clínicas, casa da cidadania, assessorias e outras) fale sobre
11. A comunidade regional conhece a UNIVERSIDADE? A comunidade possui acesso e trânsito pelo *campus*?
12. Como ocorre a relação da IES com o poder público municipal?
13. As Políticas públicas com relação ao ensino superior, contribuem com o crescimento e desenvolvimento da instituição? (ensino, pesquisa e extensão)
14. Os programas e projetos de pesquisa e extensão atendem e conseguem resolver ou amenizar os problemas regionais nas diversas áreas?
15. A atuação da instituição está correspondendo a expectativa da comunidade organizada da região? Em que sentido?
16. Com relação a pesquisa em inovação, a instituição possui políticas próprias a inovação? Quais? Possui incubadora, núcleo de patentes, projeto de empreendedorismo etc.

ANEXO B

Mestrando – Janir de Quadra Paim

Orientadora - Profa. Dra. Cristina Keiko Yamaguchi

Coorientador: Prof. Dr. Miguelangelo Gianezini

A proposta da pesquisa intitulada "Papel das universidades comunitárias de ensino superior de Santa Catarina para o desenvolvimento regional", buscará identificar como a comunidade organizada percebe a interação regional das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES de Santa Catarina.

Questionário para auxiliar na entrevista com as representantes entidades de classes

1. Há quanto tempo exerce a função de representante deste segmento empresarial?
2. Você conhece a Universidade?
3. Qual sua opinião sobre as atividades desenvolvidas pela universidade (instituição) em prol da comunidade regional?
4. Você conhece algumas das atividades desenvolvidas pela universidade (instituição)?
5. Na sua percepção como a universidade contribui para o desenvolvimento e o crescimento regional?
6. O segmento empresarial que você representa é contemplado com as atividades promovidas pela universidade? De que maneira?
7. O segmento empresarial que você representa participa das atividades promovidas pela universidade?
8. A Associação empresarial possui representatividade nas decisões da Universidade? Se sim de que maneira? É importante por quê?

ANEXO C: PLANILHA DE COLETA DE INFORMAÇÕES

Mestrando - Janir de Quadra Paim

			Ano 01	
	Dimensão	**Observações**	**Quant Projetos**	**Quant Pessoas Atingidas**
1	**Primeira dimensão - relativa aos projetos de extensão realizados e ao público atingido por esses projetos.**	Projetos de extensão vinculados a um programa . Esses projetos podem atender as seguintes áreas temáticas: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, trabalho.		
2	A **segunda dimensão considerada foram os cursos de extensão presenciais (com até 30 horas) e o número de alunos que eles atenderam e foram aprovados.**	Esses cursos devem ter no mínimo oito horas e ter um processo de avaliação formal.		
	Cursos da Area da saude			
	Demais Areas do conhecimento			
3	**A terceira dimensão considera os cursos de extensão à distância (com até 30 horas) e o público por ele atingido.**			
	Cursos da Area da saude			
	Demais Areas do conhecimento			
4	**A quarta dimensão considerada foi a prestação de serviços institucionais.**		Quantidade	
	4.1 - Atendimento ao público em espaços de cultura, ciência e tecnologia			
	Espaços e museus culturais			
	Espaços e museus de ciência e tecnologia			
	Cines-clube			
	Outros			
	4.2- Serviço eventual			
	Numero de assessoria			
	Numero de consultoria			
	Numero de curadoria			
	Numero de outros			
	4.3- Atividades de propriedade intelectual			
	Numero de depósitos de patentes e modelos de utilidades			
	Numero de registro de marcas e softwares			
	Numero de contratos de transferência de tecnologia			
	Numero de registros de direitos autorais			
	4.4 -Exames e laudos técnicos			
	Numero de laudos emitidos			
	4.5- Atendimento Jurídico			
	Numero de atendimentos			
	4.6- Atendimento em saúde humana			
	Numero de consultas ambulatoriais (programadas)			
	Numero de consultas de emergência e de urgência			
	Numero de internações			
	Numero de cirurgias			
	Numero de exames laboratoriais			
	Numero de exames complementares			
	Numero de outros atendimentos			
5	**Quinta dimensão- Programas de Pós Graduação lato e Stricto Sensu**			
	Número de Cursos de Pós Graduação Lato Sensu			
	Número de Programas de Stricto Sensu			
	Número de Grupos de Pesquisas Vinculados aos PPGs			

SOBRE OS AUTORES

JANIR DE QUADRA PAIM - Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico, especialista em Gerência Financeira e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. Nascido em 15 de março de 1973 no município de Criciúma - estado de Santa Catarina. Cresceu no município de Bom Jardim da Serra e aos 09 anos de idade retornou para o município de Criciúma onde reside até a presente data. Serviu o exército em 1992 e foi membro do PELOPES – Pelotão de Operações Especiais no 28° GAC de 1993 a 1996. Trabalhou no ramo farmacêutico e atualmente é responsável pelo setor financeiro na Universidade do Extremo Sul catarinense - UNESC. Casado desde o ano de 1997 com a Fabiana Paim, com quem possui dois filhos, sendo Jheniffer com 21 anos e Carlos Henrique com 14 anos, aos quais dedico este livro.

CRISTINA KEIKO YAMAGUCHI - Pós-doutoranda em Engenharia e Gestão da Inovação. Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Mestre em Administração. Especialista em Administração Global e em Produtividade e Qualidade Total. Graduada em Ciências Contábeis e Administração. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Associado em Sistemas Produtivos – PPGSP entre a UNIPLAC, UNESC, UNIVILLE e UnC. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Saúde - PPGAS na UNIPLAC. Líder do Grupo de Pesquisa em Conhecimento, Inovação e Desenvolvimento - GECID e do grupo Estratégia, Sustentabilidade, Inovação e Saúde - GPESIS. Avaliadora do BASis/INEP. Gerente da Qualidade da TRANSUL. Conselheira Administrativa do Órion Parque, membro do Núcleo da Mulher Empreendedora e do Núcleo de Educação da ACIL e Conselheira do Paternidade Responsável em Lages - SC. Realiza pesquisas em Gestão do Conhecimento; Inovação; Desenvolvimento; Empoderamento; Empreendedorismo; Bem-estar no Trabalho e Responsabilidade Socioambiental.

Contribuições das Universidades Comunitárias de Santa Catarina para o **Desenvolvimento Regional na Sociedade do Conhecimento**

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2021

Contribuições das Universidades Comunitárias de Santa Catarina para o **Desenvolvimento Regional na Sociedade do Conhecimento**

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2021